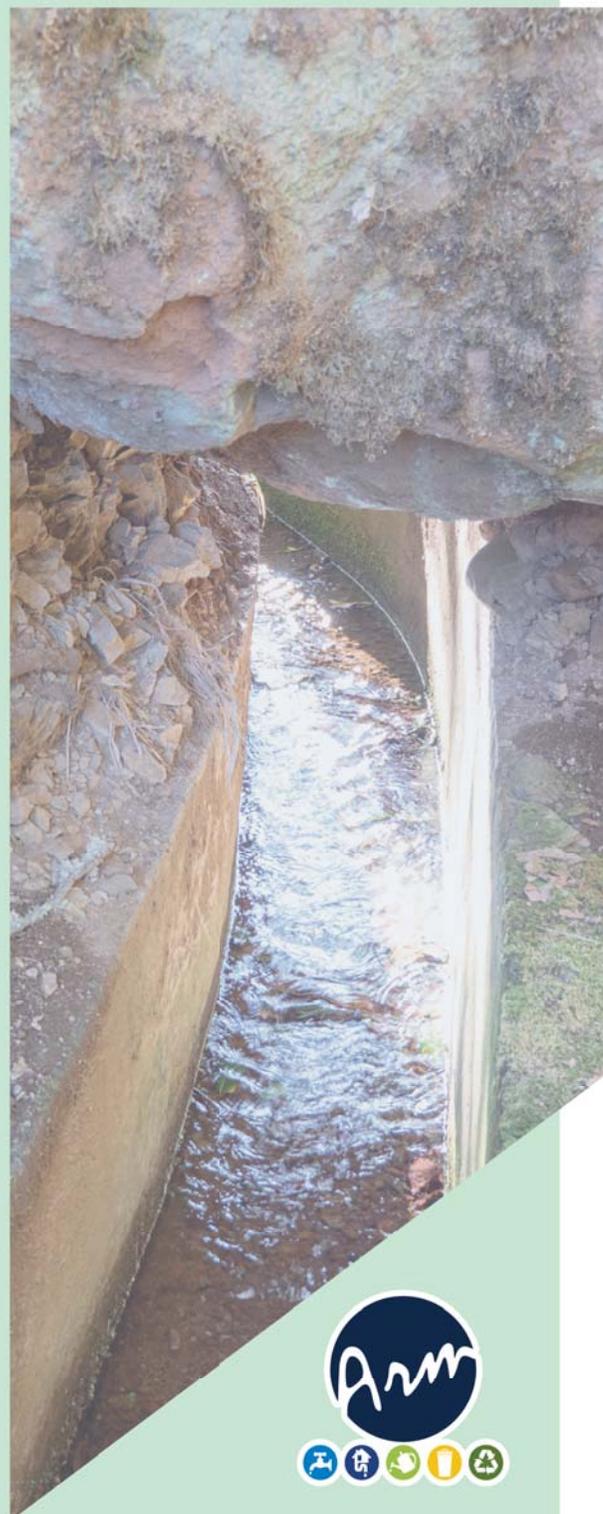


RELATÓRIO E CONTAS

2021



10 DE MARÇO 2022





INTRODUÇÃO

O presente documento visa sistematizar o desempenho da ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A. (ARM, S.A.), em cada uma das suas áreas de negócio, em 2021.

Nos pontos iniciais do presente documento procede-se à identificação da estrutura da ARM, S.A., quer em termos de organização, quer em termos de recursos humanos. Posteriormente, é apresentado o desempenho de cada uma das áreas de negócio e a comparação com os períodos homólogos.

É também apresentada uma sistematização das atividades desenvolvidas no âmbito da comunicação, nomeadamente das campanhas de sensibilização à população que têm vindo a ser desenvolvidas, visando contribuir para a adoção progressiva de comportamentos ambientalmente sustentáveis.

Por fim, é apresentada uma síntese do desempenho económico financeiro e uma demonstração não-financeira da empresa, referente ao ano de 2021.



ÍNDICE

Introdução	3
Mensagem do Conselho de Administração	9
A Empresa	10
Estrutura Orgânica e Capital Humano	15
Atividades desenvolvidas pela empresa nas diversas áreas de negócio	20
Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais em Alta	23
Abastecimento de Água em Alta	25
Tratamento de Águas Residuais em Alta	30
Distribuição e Drenagem	33
Abastecimento de Água em Baixa	35
Águas Residuais em Baixa	38
Reclamações dos Clientes dos Serviços em Baixa	39
Regadio	41
Fornecimento de Água para Regadio - Madeira	43
Fornecimento de Água para Regadio - Porto Santo	46
Recolha de Resíduos	49
Transferência, Triagem, Valorização e Tratamento de Resíduos	55
Monitorização e Controlo da Qualidade da Água	69
Produção de Energia Elétrica	73
Qualidade, Ambiente e Segurança	77
Atividades de Comunicação e Sensibilização	81
Investimentos	97
Desempenho Económico-Financeiro	103
Proposta de Aplicação de Resultados	121
Perspetivas Futuras	125
Demonstração Não Financeira	133



ARM
Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

Rua dos Ferreiros
n.º 148-150
9000-082 Funchal - Madeira
+351 291 20 10 20
geral@aguasdamadeira.pt



Mensagem do Conselho de Administração



Amílcar Gonçalves

Presidente do Conselho de Administração

É muito gratificante, enquanto Presidente da ARM, verificar que apesar de todos os constrangimentos deste último ano, as trabalhadoras e os trabalhadores da ARM continuaram fortemente empenhados na prossecução dos seus objectivos. Em 2021, ao mesmo tempo que promovemos o trabalho digno e a melhoria da qualidade de vida das populações que servimos, reforçámos o nosso compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável da Madeira e do Porto Santo, empenhados num futuro melhor e mais amigo do ambiente.



”



A EMPRESA

Forma Jurídica:
Sociedade Anónima

Número de Identificação Fiscal
(NIF): 509 574 513

Sede Social: Rua dos Ferreiros,
148 - 150, 9000-082 Funchal

Capital Social:
19 705 500,00 €

Objeto Social:
A exploração e gestão do sistema multimunicipal de águas e resíduos da Região Autónoma da Madeira (RAM), em regime de concessão de serviço público e de exclusividade.



A EMPRESA

A ARM, S.A., tem como acionistas a Região Autónoma da Madeira (RAM) com uma participação de 98,21%, e os municípios aderentes, com uma participação de 1,79%, de acordo com o quadro seguinte:

Acionista	nº de ações	Capital social	% de participação
RAM	3 870 600	19 353 000	98,21%
Município de Câmara de Lobos	22 500	112 500	0,57%
Município de Machico	17 500	87 500	0,44%
Município da Ribeira Brava	12 000	60 000	0,31%
Município de Santana	9 500	47 500	0,24%
Município do Porto Santo	9 000	45 000	0,23%
TOTAL	3 941 100	19 705 500	

Estrutura Acionista da ARM, S.A.

A representação do acionista RAM é, nos termos do determinado no Contrato de Concessão e nas Bases da mesma, assegurada pelos membros do Governo Regional que detenham a tutela do setor do ambiente e a tutela do setor das finanças.

A ARM, S.A., no seu modelo atual, resultou da fusão por incorporação, ocorrida em 30 de dezembro de 2014, das sociedades: IGSERV - Investimentos, Gestão e Serviços, S.A., IGH – Investimentos e

Gestão Hidroagrícola, S.A., IGA – Investimentos e Gestão da Água, S.A. e Valor Ambiente - Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A., que em consequência se extinguíram, tendo a totalidade do ativo e do passivo daquelas sociedades sido incorporado na ARM, S.A..

A 30 de dezembro de 2014, foi celebrado o "Contrato de Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Águas e de Resíduos da Região Autónoma da Madeira em regime de serviço público e de exclusividade entre a Região Autónoma da Madeira, e a ARM, S.A.", por um período de 30 anos.

Cada um dos cinco municípios aderentes (Câmara de Lobos, Machico, Porto Santo, Ribeira Brava e Santana) celebrou um contrato de adesão ao Sistema, pelo qual transferiu um conjunto de atribuições para a ARM, S.A., (abrangendo 40% da área da RAM e cerca de 29% da sua população).

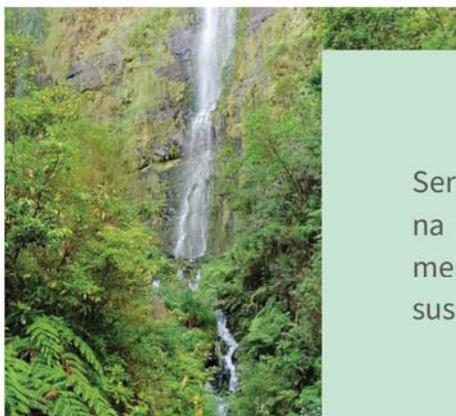
De salientar que, desde o exercício económico de 2017 e até ao final de 2021, a ARM, S.A., estava classificada como Entidade de Interesse Público, nos termos da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, e como tal, sujeita à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), sendo que, mediante alteração ao artigo 3.º do Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria, pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, deixou de o estar.

Órgãos da ARM, S.A.:

Assembleia Geral	
Presidente	Duarte Nuno Fraga Gomes Ferreira
Vice-Presidente	Altino Agostinho de Sousa de Freitas
Secretário	João Pedro Mota Castro
Conselho de Administração	
Presidente	Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves
Vice-Presidente	Olga Maria Silva Alves Faria Erra
Vice-Presidente	Nélia Maria Sequeira de Sousa
Vogal Não Executivo	Nuno Dinarte Gouveia
Vogal Não Executivo	José Luís Barradas Faria
Conselho Fiscal	
Presidente	João Albino Cordeiro Augusto
Vogal	José Ivo Correia
Vogal	Ricardo Nuno Abreu de Nóbrega
Revisor Oficial de Contas	
KPMG & Associados - S. R. O. C., S.A. representada pelo Dr. Pedro Manuel Bouça de Morais Alves da Costa (ROC n.º 1466)	

Órgãos da ARM, S.A.

Visão



Ser reconhecida pela gestão eficiente das águas e dos resíduos na Região Autónoma da Madeira e ser uma referência pelas melhores práticas, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

Missão

Gerir o sistema multimunicipal de águas e de resíduos da Região Autónoma da Madeira, atuando de forma integrada nas suas diversas vertentes, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, num quadro de sustentabilidade ambiental, económica e social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações e para o desenvolvimento da Região.



Valores



A empresa desenvolve a sua atividade assente nos valores da sustentabilidade, qualidade, legalidade, formação, criação de valor e responsabilidade social.

01

Sustentabilidade

A Sustentabilidade e a procura de soluções eficientes, com respeito pelo Ambiente e pelas Pessoas.

02

Qualidade

A Qualidade, a competência e o rigor.

03

Legalidade

A Legalidade, integridade e a transparência.

04

Formação

A Formação e a Informação, como processos de melhoria contínua.

05

Criação de Valor

A criação de valor para os stakeholders.

06

Responsabilidade Social

Através de iniciativas em prol da causa social, ambiental e cultural.

ESTRUTURA ORGÂNICA E CAPITAL HUMANO

Estrutura Orgânica

Conselho de Administração

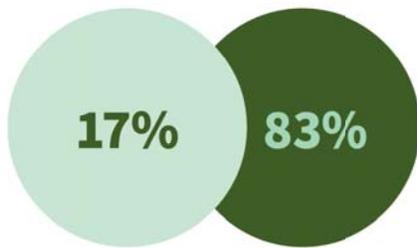


Capital Humano

A ARM, S.A., a 31 de dezembro de 2021, contava com 847 colaboradores, o que representa um acréscimo de 7,6% face ao ano anterior.

847

TRABALHADORES



142 Mulheres **705 Homens**

A distribuição dos colaboradores por género evidencia uma elevada preponderância dos homens em detrimento das mulheres, facto que é explicado pelo carácter iminente operacional das principais atividades exercidas pela empresa.



De entre os diversos tipos de vínculos existentes na empresa é de salientar que cerca de 73% dos colaboradores pertencem aos quadros da empresa, mediante contrato individual de trabalho e, aproximadamente, 21% possuem vínculo à administração pública.

Destaca-se, ainda, que apenas cerca de 6% dos colaboradores da ARM, S.A., estão afetos à empresa mediante contrato de trabalho a termo.



**Nº colaboradores
com vínculo à
Administração Pública**



**Nº colaboradores
com vínculo
privado sem termo**



**Nº colaboradores
contratados
a termo certo**

De destacar que, o número de colaboradores com vínculo à administração pública tem vindo a apresentar uma diminuição contínua ao longo dos anos. Tal resulta do facto destes trabalhadores, ao saírem da empresa (regresso ao serviço de origem ou por aposentação), serem substituídos por trabalhadores com regime de Contrato Individual de Trabalho. Não obstante esta diminuição progressiva, e que se espera ser mais acentuada nos próximos anos por motivos de aposentação de elevado número de colaboradores, ainda perdurará por vários anos a existência das duas principais tipologias de vínculos na empresa.



Não obstante constatar-se uma estrutura etária relativamente jovem, a pirâmide etária dos colaboradores da empresa apresenta um número significativo de colaboradores nas faixas etárias entre os 40 e os 59 anos.



Relativamente à estrutura dirigente e qualificação profissional, é possível verificar o cariz operacional desta empresa pois a maioria dos trabalhadores (56,8%) pertencem ao grupo de pessoal operacional. A empresa conta ainda com 27,2% de quadros técnicos, encontrando-se os restantes colaboradores (16,1%) distribuídos pelos grupos de quadros superiores, gestão intermédia e de topo e assessoria e apoio à gestão.



847

TRABALHADORES

9

**Conselho de Administração e
Assessoria e Apoio à Gestão**

40

Gestão de Topo e Intermédia

33

Supervisão

54

Quadro Superior

230

Quadro Técnico

481

Quadro Operacional



A ARM, S.A., deu continuidade à política de acolhimento de jovens para formação em contexto de trabalho de diversos níveis de ensino, ao abrigo de diversos programas de integração no mercado de trabalho, como aqueles organizados pela Direção Regional de Juventude. No total, 19 jovens passaram pela empresa em 2021.

Tendo a pandemia por Covid-19 continuado ao longo do ano a provocar várias limitações logísticas, a formação profissional foi também mais limitada. Ainda assim, registaram-se 31 ações de formação, 11 das quais em formato online, envolvendo 263 formandos num total de 4.068 horas de formação.

A partilha contínua de conhecimentos e experiências com outros participantes dos setores das águas e dos resíduos é considerada fundamental, pelo que a empresa tem vindo a alargar a sua representação em diversos grupos de trabalho, seminários, congressos, fóruns, etc., tendo participado em 2021 nos seguintes eventos:

- ✔ “Digital World Water Congress”;
- ✔ “Fact-finding trip to Denmark - Innovation and Best Practices in the Urban Water Cycle”;
- ✔ “ISWA - Waste management and COVID-19”;
- ✔ “ENEG 2021 - Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento”;
- ✔ “15.º Fórum Nacional de Resíduos”;
- ✔ Webinar "Biorresíduos: desafios e soluções”;
- ✔ Curso “Introdução às Alterações Climáticas” promovido pelo ITC – Instituto Tecnológico de Canárias, no âmbito do projeto ADAPTaRES;
- ✔ “Fórum de Resíduos – Terceira Ambiente: Novos Recursos e Oportunidades”;
- ✔ Formação “Estratégias de Identificação e Valorização de Resíduos de Plástico nos Oceanos”, promovida pela SRAAC em parceria com Smart Waste Portugal;
- ✔ Conferência de apresentação dos resultados do projeto “PORTO SANTO SEM LIXO MARINHO” promovida pela ANP – Associação Natureza Portugal.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EMPRESA NAS DIVERSAS ÁREAS DE NEGÓCIO



A ARM, S.A., é uma empresa de capitais exclusivamente públicos que tem por objeto a exploração e a gestão do sistema multimunicipal de águas e de resíduos da Região Autónoma da Madeira, bem como a conceção e construção das infraestruturas e equipamentos necessários à sua plena implementação, concedidas em regime de serviço público e de exclusividade.

O sistema multimunicipal de águas e de resíduos da Região Autónoma da Madeira foi criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2014/M, de 16 de dezembro, e compreende as seguintes áreas e atividades:

-  Gestão de água de abastecimento público em regime de alta, incluindo captação, transporte, produção, tratamento, armazenagem, adução, distribuição e aproveitamento hidroenergético;
-  Gestão de água de abastecimento público em regime de baixa, incluindo captação, transporte, tratamento, armazenagem e distribuição ao consumidor final;
-  Gestão de água para regadio em regime de alta e de baixa, incluindo captação, transporte, armazenamento e distribuição ao consumidor final;
-  Gestão de águas residuais urbanas em regime de alta, incluindo tratamento e/ou envio a destino final;
-  Gestão de águas residuais urbanas em regime de baixa, incluindo drenagem de águas pluviais nas situações de partilha de coletores;
-  Monitorização e controlo da qualidade da água;
-  Gestão de resíduos em regime de alta, incluindo as operações de valorização e eliminação de resíduos, nomeadamente transferência, triagem, valorização orgânica e energética, bem como outras formas de tratamento, e o envio ou deposição em destino final;
-  Gestão de resíduos em regime de baixa, incluindo recolha seletiva e indiferenciada.

De referir que, são entendidos como sistemas em alta as componentes relativas à captação, tratamento e adução, incluindo elevação e eventual armazenamento, enquanto os sistemas em baixa incluem as componentes relativas às redes de distribuição de água, ramais de ligação e, eventualmente, armazenamento a montante da rede.

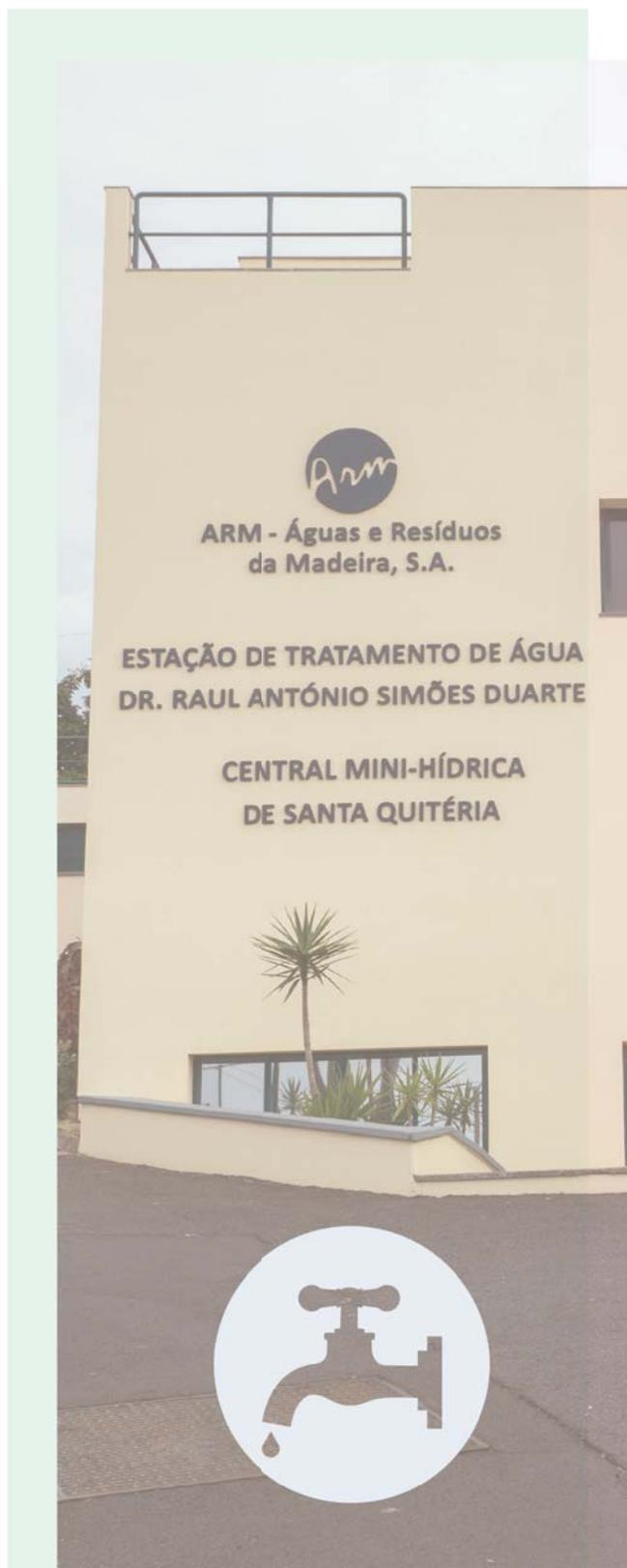
São serviços em baixa aqueles que são prestados diretamente aos utilizadores finais, como a distribuição de água às habitações e a recolha de resíduos.



Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra



ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS EM ALTA





Abastecimento de Água em Alta

No sector do abastecimento de água, a ARM, S.A., desenvolve as suas atividades em alta em toda a Região, com exceção dos concelhos de São Vicente e Porto Moniz.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA SISTEMA EM ALTA



Sistemas de abastecimento de água em alta
- Madeira e Porto Santo

As principais infraestruturas do setor do abastecimento de água em alta são as seguintes:



8
Galerias de captação de água doce



4
Galerias de captação de água salgada



1
Central Dessalinizadora



21
Furos de captação de água



16
Estações de Tratamento de Água



20
Estações de Cloragem



1
Central Hidroelétrica (i.e., mini-hídrica)



39
Estações Elevatórias



1
Lagoa de armazenagem (Fins Múltiplos)



60
Reservatórios de armazenagem



248 km
Extensão condutas adutoras

Durante o ano de 2021, o volume de água fornecida em alta pela ARM, S.A., fixou-se em cerca de 56,1 milhões de metros cúbicos, registando-se um decréscimo de 3,9% face ao ano de 2020. O volume registado no decorrer do ano de 2021 vem confirmar a tendência de decréscimo que se verificou no ano anterior, fruto do ano atípico que se vivenciou com a pandemia da Covid-19, que atingiu mais acentuadamente a atividade económica e o sector do turismo.

56,1 Milhões de m³ de água fornecida em Alta

Ilha da Madeira
54,5 Milhões de m³
fornecidos

67 % de Captações Subterrâneas
33 % de Captações Superficiais

Ilha do Porto Santo
1,5 Milhões de m³
fornecidos

100 % proveniente de Dessalinização

Concentração dos
volumes fornecidos
em alta

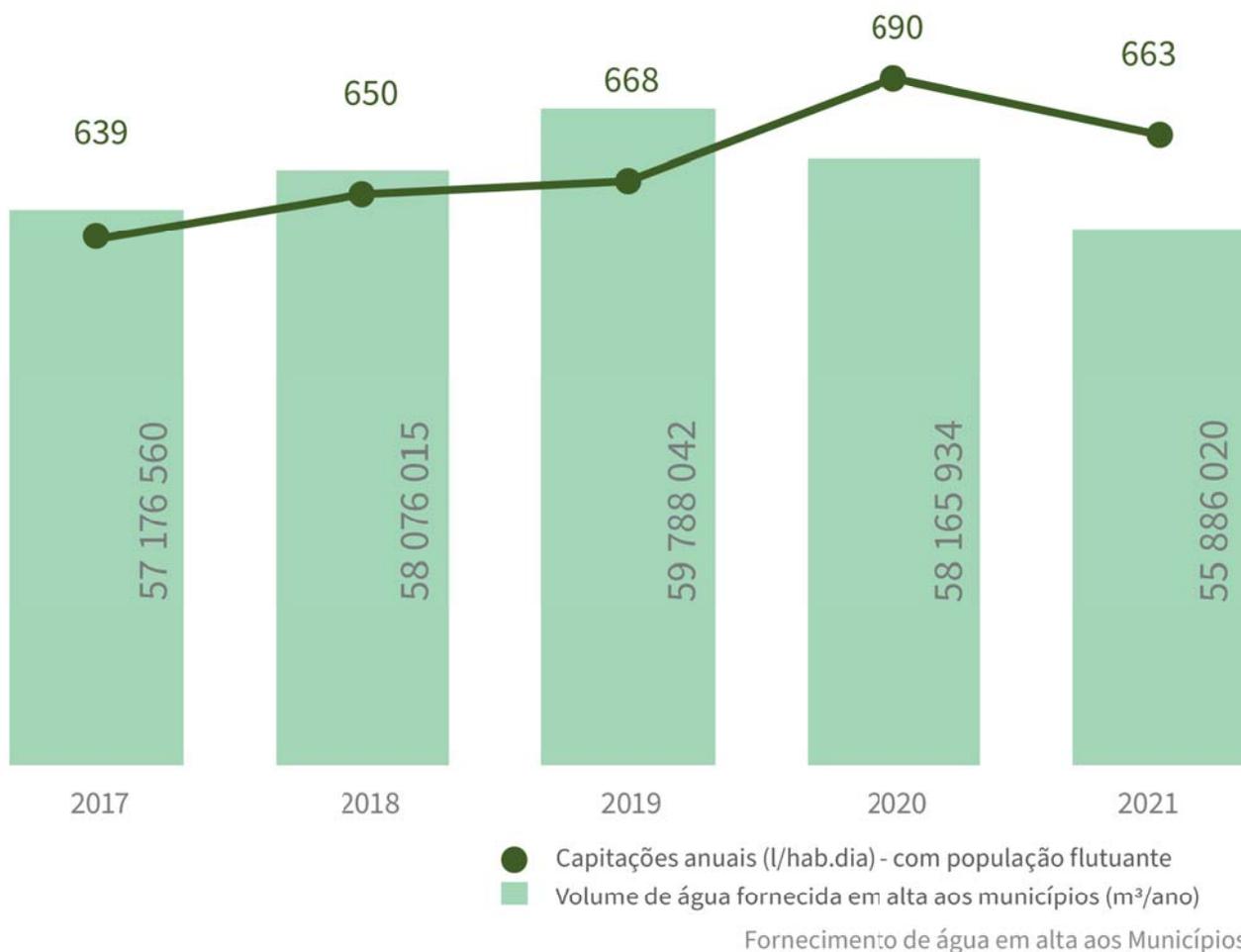
48 % Município do Funchal
31 % Municípios Aderentes à ARM, S.A.
16 % Município de Santa Cruz
5 % Demais Municípios e Clientes Privados

Indicador
Água Segura

99,9 % de cumprimento
Qualidade Boa

Do volume total de água fornecida em alta pela ARM, S.A., durante o ano de 2021, cerca de 99,7%, refere-se às aduções em alta aos municípios e apenas 0,3% são fornecimentos a outros clientes privados.

No gráfico seguinte, encontra-se representada a evolução dos fornecimentos de água em alta aos municípios, assim como a respetiva capitação.



Nota:

A capitação é calculada com base na Estimativa da População Servida (Residente e Flutuante). População Residente: Estimativas da população residente (31 de dezembro), por distribuição geográfica e sexo, segundo os anos (2020) (Fonte: Direção Regional de Estatística).

População Flutuante: Calculada com base na informação dos turistas alojados em alojamentos turísticos (estabelecimentos hoteleiros, turismo no espaço rural, moradias turísticas, alojamento local, colónias de férias e pousadas da juventude e parques de campismo).

(Fonte: Direção Regional de Estatística, Estatísticas do Turismo).

Estimativa da população servida (residente e flutuante) calculada com base no rácio do número de consumidores/contadores.

”

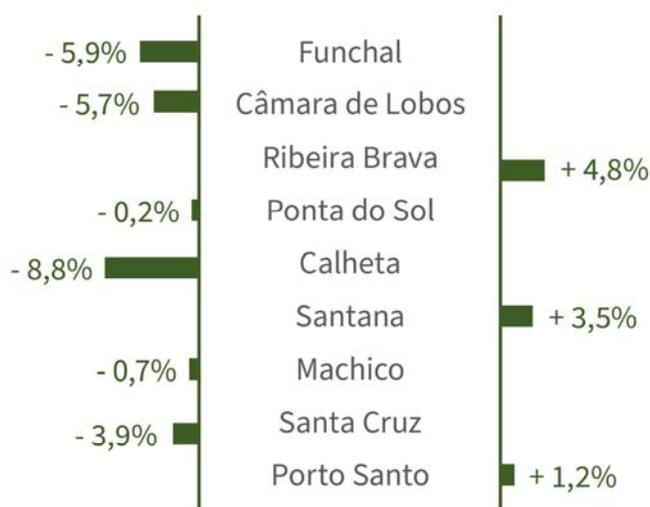
Os resultados obtidos nas análises de verificação de conformidade da qualidade da água para consumo humano, fornecida em alta durante o ano 2021, evidenciaram elevados níveis de cumprimento.

Fazendo uma análise à evolução da qualidade da água, permite-nos concluir que os progressos feitos pela DPA são positivos em todos os níveis envolvidos, desde a entrada da água nas instalações de tratamento até aos pontos de entrega às entidades gestoras em baixa.

Os resultados refletem uma crescente melhoria, indicando o bom funcionamento das instalações de produção e de distribuição de água destinada ao consumo humano, assegurando um elevado nível de proteção da saúde humana.

Nuno Pereira
Diretor de Produção

Verifica-se que, em seis dos nove municípios abastecidos em alta pela ARM, S.A., registou-se um decréscimo na quantidade de água fornecida face aos valores do ano de 2020. Nos municípios da Ribeira Brava, Santana e Porto Santo o volume de água aduzido aos sistemas foi superior ao registado no ano anterior.



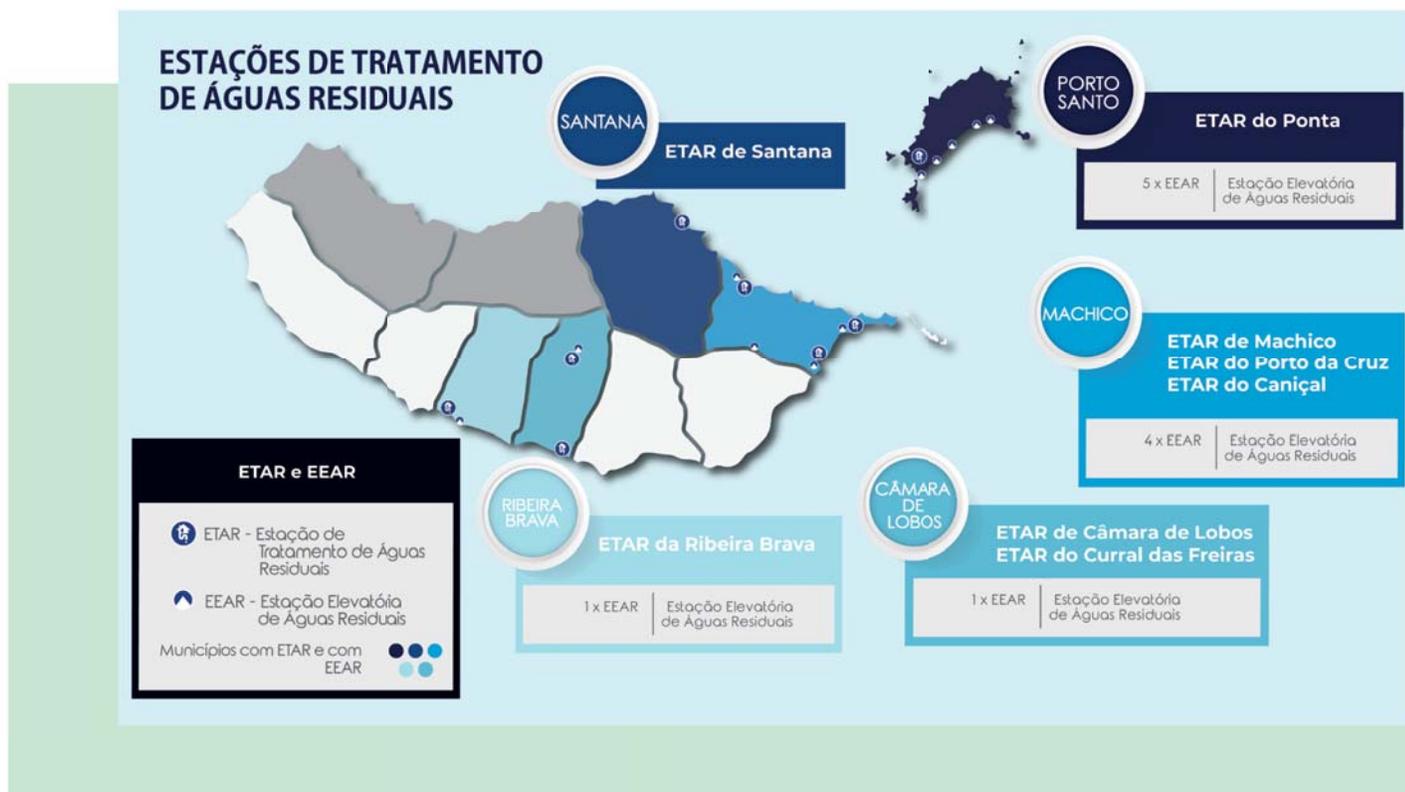
Variação do fornecimento de água em alta aos Municípios

Tratamento de Águas Residuais em Alta

No sector do tratamento de águas residuais esta sociedade, desenvolve as suas atividades em alta nos municípios aderentes à ARM, S.A..



Infraestruturas associadas à drenagem de águas residuais - ETAR de Câmara de Lobos



Sistema de Drenagem de Águas Residuais na Madeira e Porto Santo

No ano de 2021, o volume total dos caudais tratados nas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) sob gestão da ARM, S.A., apresentou um decréscimo de 0,3% face ao ano anterior.

3,3 milhões de m³ de Águas Residuais Tratadas (-0,3% face a 2020)

Ilha da Madeira
2,9 Milhões de m³
tratados

31 %

na ETAR de Machico

39 %

na ETAR de Câmara de Lobos

29 %

restantes (ETAR de Santana, ETAR do Porto da Cruz, ETAR do Caniçal, ETAR do Curral das Freiras, ETAR da Ribeira Brava e ETAR do Porto Santo)

Ilha do Porto Santo
0,4 Milhões de m³
tratados

100 %

do caudal tratado reutilizado
para regadio

514 ton
de lamas geradas

10 %

(face a 2020) integralmente tratadas
através de deposição em aterro sanitário



DISTRIBUIÇÃO E DRENAGEM





DISTRIBUIÇÃO E DRENAGEM

Abastecimento de Água em Baixa

A ARM, S.A., fornece água aos consumidores finais dos cinco municípios aderentes, nomeadamente Câmara de Lobos, Machico, Porto Santo, Ribeira Brava e Santana.

As redes de distribuição de água sob gestão da ARM, S.A., integram 1.466 km de condutas e ramais nos cinco municípios aderentes.



1 173 km
Rede de
Distribuição



293 km
Ramais



1 466 km
Extensão total
da Rede

Durante o ano 2021, foram aduzidos, a partir do sistema multimunicipal aos sistemas de abastecimento dos cinco municípios aderentes, cerca de 14,9 milhões m³ de água, tendo estes sistemas contado, ainda, com cerca de 2,4 milhões de m³ (14%) provenientes de nascentes existentes nos próprios municípios.

17,4 milhões m³ fornecidos aos sistemas municipais geridos pela ARM, S. A.



5,6 milhões m³ faturados
aos clientes dos
municípios aderentes



10 065 m³/km
Perdas anuais por quilómetro
de rede



68% Água não faturada



98,6% cumprimento
Qualidade Boa
5 130 análises realizadas



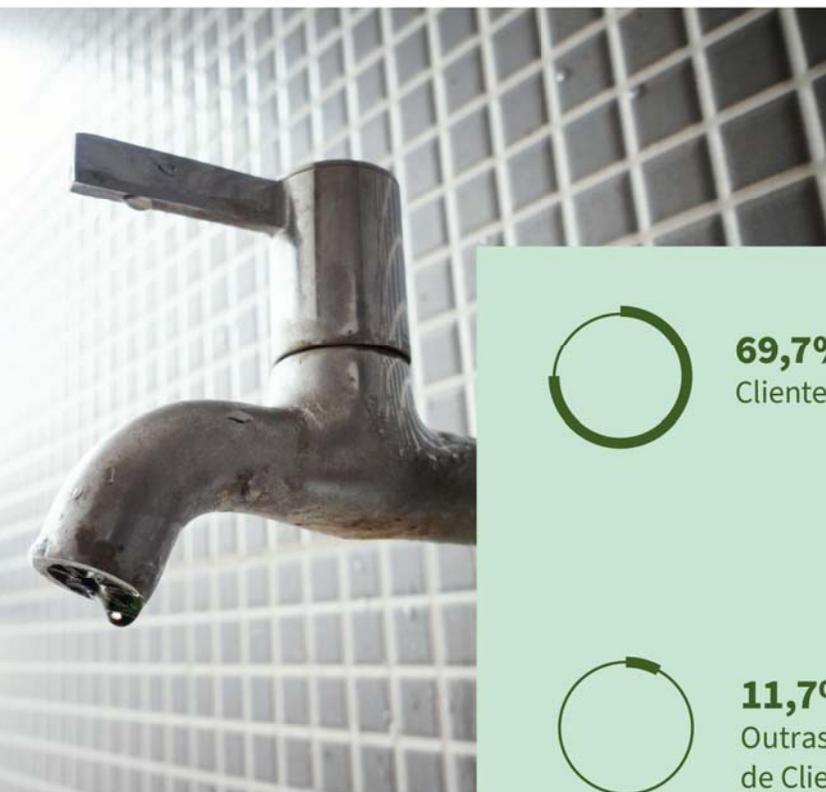
77 096 habitantes
População abrangida
39 014 Contratos ativos
(a 31 de dezembro de 2021)

As perdas anuais por quilómetro de rede nos municípios aderentes à ARM, S.A., são as seguidamente apresentadas.



Campanha "Água é Vida"

Relativamente ao volume de água faturada por tipo de cliente, é possível verificar uma diminuição do volume faturado no sector doméstico e acréscimo no sector comercial e industrial e outros, o que demonstra os efeitos da recuperação da atividade económica e do turismo no perfil do consumo de água por tipo de cliente, no decorrer do ano de 2021, consequência da pandemia COVID-19.



Água faturada em baixa



69,7%
Cliente Doméstico



18,6%
Cliente Comercial/
Industrial



11,7%
Outras Tipologias
de Clientes

”

A gestão e utilização eficiente dos recursos hídricos é um dos nossos grandes desafios. Em 2021, demos importantes passos no sentido da redução de perdas de água nas redes de distribuição. Estamos no caminho certo!

Madalena Fugaréu
Diretora de Distribuição de Água

Águas Residuais em baixa

A ARM, S.A., procede à recolha de águas residuais urbanas, nos cinco municípios aderentes. A rede de drenagem sob responsabilidade desta empresa atinge cerca de 440 km.



386 km
Rede de
Coletores



54 km
Ramais



440 km
Extensão total
da Rede



Viatura limpa fossas

Na área de saneamento, a ARM, S.A., presta serviços de limpeza de fossas sépticas e limpeza, desobstrução de coletores de drenagem de águas residuais urbanas ou equiparadas, limpeza de pavimentos e limpeza das redes, de modo a evitar obstruções antes da época das chuvas.

A viatura combinada de alta pressão dispendeu cerca de 2.228 horas na operação de limpeza de coletores e de fossas no decorrer do ano 2021, valor superior em cerca de 46% face ao período homólogo, devido à afetação exclusiva de uma viatura ao município do Porto Santo. Este acréscimo deveu-se igualmente à manutenção preventiva e reativa da rede de drenagem de águas residuais e às necessidades que foram surgindo ao longo do ano.

Reclamações dos clientes dos serviços em baixa

1 826

As reclamações dos clientes dos serviços de abastecimento de água em baixa, de drenagem de águas residuais e de recolha de resíduos (serviços em baixa) totalizaram 1.826, durante o ano de 2021.

1 439 Água

119 Saneamento

146 Recolha de Resíduos

122 Outras Categorias

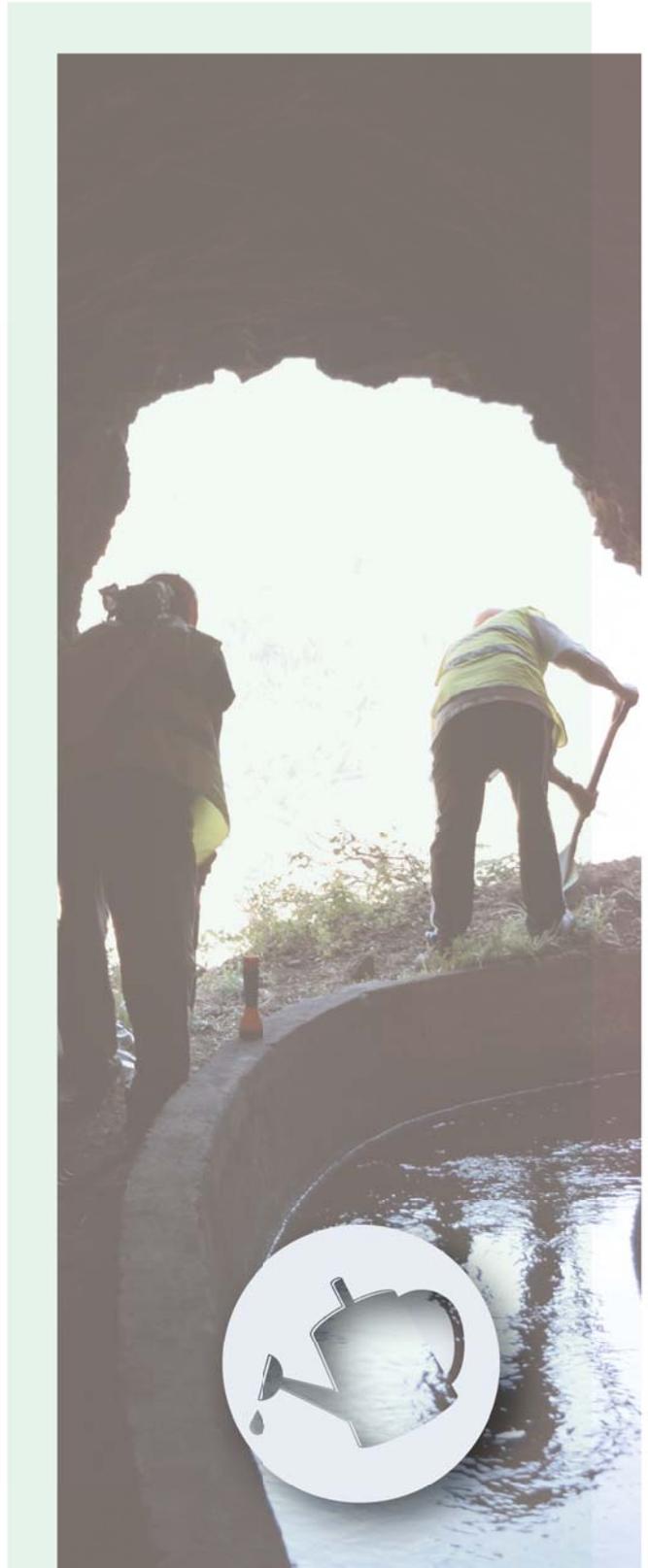
”

2021 foi, indubitavelmente, mais um ano marcado pela pandemia. No entanto, pretender-se-á que seja lembrado pelo ano em que se assinalaram 10 anos de ARM e de adesão dos municípios ao Sistema Multimunicipal de Águas e Resíduos da Região Autónoma da Madeira. Um bem-haja a todos os funcionários que integraram e integram a equipa da Direção Comercial. E porque as pessoas são mesmo o património mais importante das organizações, deixo aqui um abraço eterno ao “Senhor” Maurício Martins, que em 2021 passou para o outro lado.

Pedro Mota
Diretor Comercial



REGADIO





Fornecimento de Água para Regadio Madeira

A ARM, S.A., é responsável pela gestão e manutenção do sistema de regadio agrícola em alta (captações e grandes aduções) e em baixa (armazenagem e distribuição).

O sistema concessionado integra cerca de 32.571 pontos de entrega de água distribuídos pelos seguintes Sistemas de Regadio na ilha da Madeira: H01 - Funchal, H02 - Câmara de Lobos-Ribeira Brava, H03 - Ribeira Brava- Calheta, H04 - Calheta, H05 - São Vicente-Santana, H06 – Santana-Machico, H07 - Machico e H08 - Santa Cruz-Funchal.

SISTEMA DE REGADIO PÚBLICO DA MADEIRA



PRINCIPAIS INDICADORES DO SISTEMA

TOTAIS

NÚMERO DE REGANTES	40 771
Nº DE PARCELAS AGRÍCOLAS	42 322
ÁREA (HA)	5 381
EXTENSÃO DE CANAIS	2 790 km

OUTROS INDICADORES DE EXPLORAÇÃO

Pessoal afeito à distribuição	200
Tanques de rede Públicos	147
Tempo de água de rega	42 075

Sistema de regadio público da Madeira

A distribuição de água de rega, na ilha da Madeira, é efetuada 7 dias por semana e, em média, 12 horas por dia, existindo ainda 5 regadeiras em que a distribuição de água de rega é efetuada durante 24 horas. Dependendo da zona, a distribuição de água de rega ocorre, normalmente, das 7:00 às 19:00 ou das 8:00 às 20:00.

A distribuição da água de rega, vulgarmente chamada de “giro”, ocorre normalmente entre os meses de maio e outubro, meses em que as equipas afetas à distribuição de água (levadeiros) são normalmente reforçadas com contratações temporárias para fazer face ao volume acrescido de trabalho.

Contudo, quando os anos hidrológicos assim o justificarem, a época de regadio pode iniciar-se mais cedo e, ou terminar mais tarde, o que tem vindo a suceder nos últimos anos.

No decorrer do ano 2021, o número de horas de água de rega para uso agrícola e uso não agrícola distribuídas foi inferior às do ano de 2020, em virtude da contínua atualização do cadastro dos clientes de água de rega.

Relativamente ao armazenamento de água de rega para distribuição diurna, este é assegurado pelos 147 tanques de rede públicos, com capacidade útil total de 203.305 m³.

De seguida apresentam-se os principais indicadores relativos ao sistema de regadio:



Durante o ano de 2021, foram registados 2.467 atendimentos ao público. A maioria dos assuntos foram relativos à gestão de pedidos e, ou contratos, correspondendo a 41% do total. Seguiram-se as reclamações de natureza diversa e as regularizações de pagamentos, representando 25% e 12%, respetivamente, dos assuntos apresentados.

Pedidos em 2021

2 467

Atendimento Geral	125	300	Pagamento Regularizado
Atendimento Interno	32	107	Informações sobre Pagamentos
Gestão de pedidos/contratos	1 011	41	Pedidos de Parecer
Horário de Rega	236	615	Reclamações

615 Reclamações em 2021

10	Caudal Reduzido	182	Infiltrações
26	Conflitos entre Regantes	149	Infraestruturas Danificadas
34	Contaminação de Água de Rega	107	Infraestruturas Obstruídas
49	Falta de Entrega de Água	18	Serviço de distribuição
40	Limpezas de canais de regadio		



Com a premissa inerente da prestação de serviço público e com vista à satisfação dos clientes, em 2021, foram realizadas um total de 286 intervenções em infraestruturas/canais de regadio pelas equipas de manutenção, na tentativa de resolução dos problemas detetados.



A missão de garantir a adequada distribuição de água para fins hidroagrícolas é por si só uma tarefa de enorme grandeza, em particular se considerarmos a dimensão deste sistema vascular de abastecimento, juntando a carência hídrica, a antiguidade das nossas infraestruturas, os efeitos da pandemia Covid-19 e os recursos humanos disponíveis, facilmente se perceberá que a superação deste desafio só é possível graças ao esforço e resiliência dos funcionários afetos aos serviços hidroagrícolas da ARM, S.A.. Destes funcionários podemos retirar, acima de tudo, uma lição de humildade e perseverança, bem como da necessidade de colaboração e trabalho de equipa com os restantes departamentos da empresa.

Atendendo àquela que é uma das missões da ARM, S.A., em garantir o abastecimento de água de rega aos clientes, é imperativo inovar e melhorar os sistemas de distribuição, por forma a assegurar o adequado fornecimento de um bem essencial para a população e economia madeirense.

Nuno Gonçalves

Diretor de Distribuição Hidroagrícola

Fornecimento de Água para Regadio Porto Santo

Na ilha do Porto Santo, a água utilizada para rega pode ter as seguintes origens: água extraída de um furo e três noras, água pluvial armazenada na Barragem do Tanque, água residual tratada na ETAR da Ponta e água dessalinizada.

O sistema de rega do Parque Agrícola do Porto Santo permite a rega de áreas com potencial agrícola na envolvente do aeroporto, designadamente nas seguintes zonas:

- ✔ Cancelas;
- ✔ Campo de Cima e Lombas.

O abastecimento de água de rega deste parque tem como origem o Reservatório de Rega do Tanque, atualmente com uma capacidade de armazenamento de 400 m³, aduzido pelas águas das chuvas captadas e armazenadas no Açude do Tanque.

2021

4 522

Horas de Rega

77 809 m³

(+7% face a 2020)

92

Regantes

Relativamente à adução de água para regadio do Campo de Golfe da ilha do Porto Santo, esta sofreu um acréscimo de cerca de 21% durante o ano de 2021 face ao ano anterior.

De salientar que, durante este ano, houve necessidade de recorrer ao fornecimento de água dessalinizada para rega daquele campo.



Sabia que?

No Porto Santo, toda a água residual é tratada e reaproveitada para outros fins, nomeadamente a rega do campo de golfe.

Este Campo de Golfe é regado com
This Golf Course is watered with

água reutilizada
reused water



água reutilizada proveniente da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Ponta, que recebe e trata os efluentes de toda a ilha do Porto Santo
reused water from the Waste Water Treatment Plant of Ponta, which receives and treats the effluents from the entire island of Porto Santo

Usar água reutilizada é promover a
economia circular, é dar valor à água!

*Using re-used water is to promote
circular economy, it is to value water!*





RECOLHA DE RESÍDUOS





Recolha de Resíduos

A ARM, S.A., presta o serviço de recolha de resíduos nos cinco municípios aderentes ao Sistema Multimunicipal de Águas e Resíduos da Madeira.

Integram o sistema de recolha de resíduos um total de 8 680 contentores de recolha de resíduos de proximidade (quer indiferenciados quer de recicláveis), conforme seguidamente identificado.



O sistema afeto à recolha de resíduos integra ainda:

116

Circuitos de Recolha

31

viaturas da frota de resíduos

530 841 km

Percorridos



No decorrer do ano de 2021, foram recolhidas cerca de 30.629 toneladas de resíduos nos cinco municípios aderentes, representando os resíduos indiferenciados cerca de 90% da totalidade dos resíduos recolhidos.

A quantidade de resíduos recicláveis representa apenas cerca de 8% da quantidade total de resíduos recolhidos. A categoria “Outros Resíduos”, representa cerca de 2% da quantidade de resíduos recolhidos e inclui madeiras, verdes, monstros, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, pneus, metais e pilhas e acumuladores.

✓ 27 395 ton	✓ 512 ton
Indiferenciados	Embalão
✓ 967 ton	✓ 714 ton
Papelão	Outros Resíduos
✓ 1042 ton	✓ 30 629 ton
Vidrão	Total de Resíduos

Quantidade de resíduos recolhidos por tipologia

Relativamente à quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos, verifica-se ter ocorrido um acréscimo no ano de 2021 face ao ano anterior, confirmando a tendência que se tem vindo a verificar nos últimos anos (com exceção ao ano de 2019).

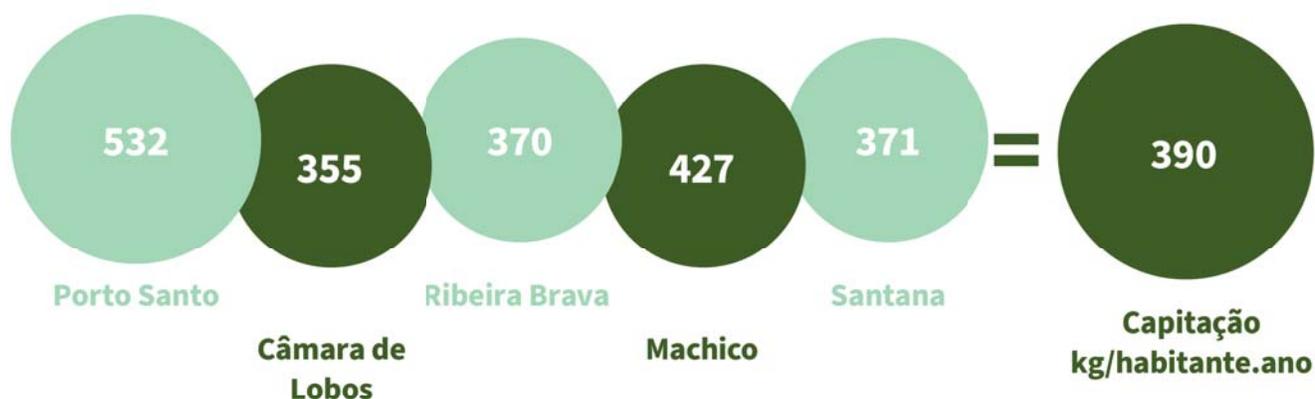
Após o decréscimo generalizado ocorrido no ano de 2020 nos resíduos recicláveis provenientes da recolha seletiva do papelão, vidro e embalão, como resultado da situação de pandemia verificada nesse período, no decorrer do ano de 2021 verificou-se um acréscimo nas quantidades recolhidas destes resíduos em todos os municípios aderentes.



Imagem geral da campanha "Os Resíduos Ganham Outra Vida"

Relativamente aos pedidos para recolha de resíduos, no ano de 2021, foram contabilizados nos cinco municípios aderentes à ARM, S.A., um total de 5.034 pedidos, o que representa um acréscimo de 15% relativamente ao ano anterior.

No que se refere à capitação dos resíduos recolhidos (kg/habitante.ano), nos cinco municípios aderentes, salienta-se a elevada capitação no município do Porto Santo, quando comparada com a capitação dos restantes municípios, resultante da dupla insularidade daquela ilha e do elevado número de população flutuante, em especial nos meses de verão.



Nota:

Capitação calculada tendo em consideração a população residente e a população flutuante.



A ARM, S.A., em colaboração com as autarquias dos cinco municípios aderentes, possui 61 oleões ao dispor da população que permite uma recolha de óleos alimentares usados, tendo em 2021 sido recolhidas 4,23 toneladas.

A ARM, S.A., encontra-se, ainda, dotada de duas viaturas para lavagem de contentores com vista a assegurar a lavagem periódica dos contentores, especialmente nas áreas com maior densidade populacional.



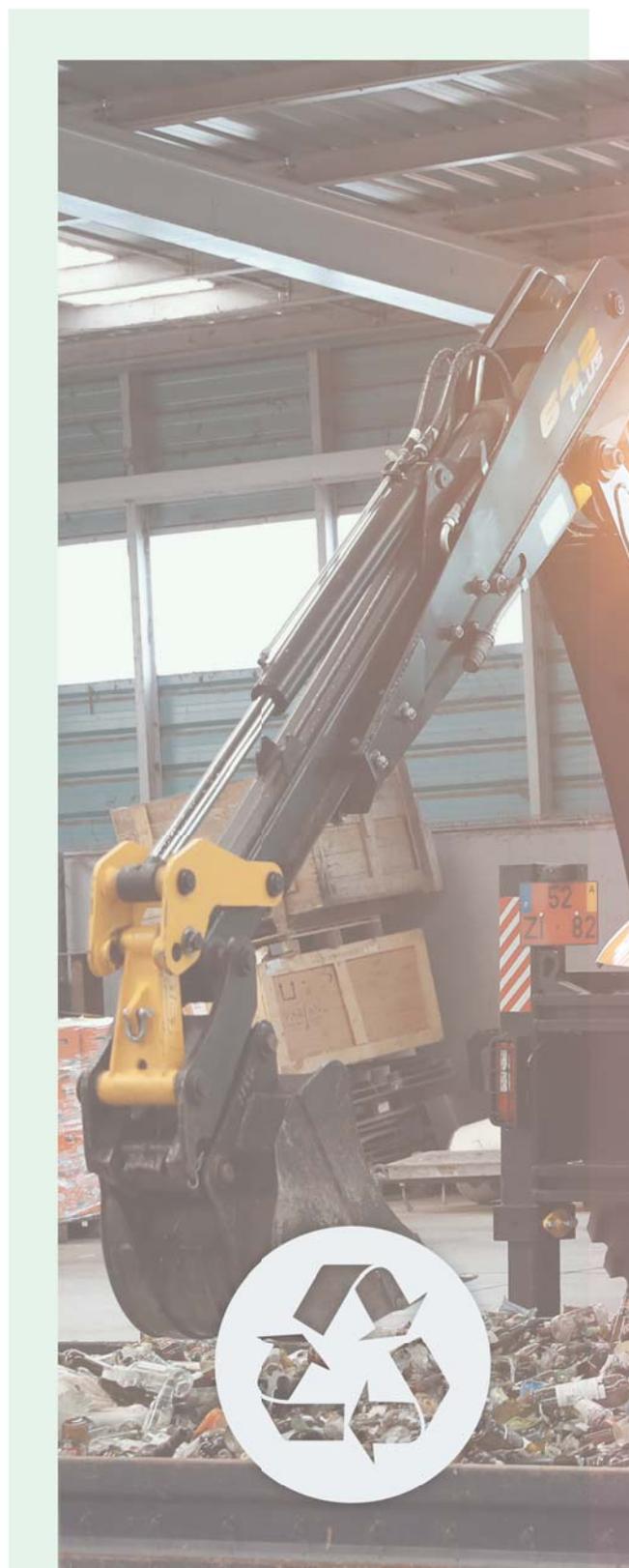
Viatura para lavagem de contentores da ARM, S.A.

”

O ano de 2021 foi um ano de retoma no sector dos resíduos em plena crise pandémica, situação que só foi possível vencer com o excelente trabalho de equipa de todos os colaboradores dos serviços de resíduos. OBRIGADO!

Sérgio Pedro
Diretor Geral de Serviços de Resíduos

TRANSFERÊNCIA, TRIAGEM, VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS





Transferência, Triagem, Valorização e Tratamento de Resíduos

A gestão dos resíduos em alta abrange todo o território da RAM.

A empresa conta com três centros operacionais na ilha da Madeira e um na ilha do Porto Santo, designadamente:



Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (ETRS) da Meia Serra, onde são desenvolvidas as seguintes operações de gestão de resíduos:

- Incineração de resíduos com aproveitamento energético;
- Compostagem de resíduos sólidos urbanos;
- Deposição em aterro sanitário;
- Armazenamento, trituração e encaminhamento para valorização de pneus usados;
- Desinfecção de Resíduos Hospitalares do Grupo III;
- Armazenamento temporário e encaminhamento para eliminação fora da região de Resíduos Hospitalares Grupo IV.



Estação de Transferência da Zona Leste e Estação de Triagem da ilha da Madeira (ETZL/ET), onde são desenvolvidas as operações de gestão de resíduos, de armazenamento, triagem e transferência de resíduos;



Estação de Transferência da Zona Oeste (ETZO), onde são desenvolvidas as operações de gestão de resíduos, de armazenamento e transferência de resíduos;



Centro de Processamento de Resíduos Sólidos do Porto Santo (CPRS), onde são desenvolvidas as operações de gestão de resíduos, de armazenamento, triagem, transferência e deposição em aterro sanitário de resíduos não perigosos, e deposição em aterro de resíduos inertes.

INFRAESTRUTURAS DE GESTÃO DE RESÍDUOS



Infraestruturas de gestão de resíduos em alta

Os resíduos urbanos não recicláveis, provenientes das recolhas indiferenciadas, são entregues para tratamento na ETRS da Meia Serra ou nas estações de transferência e nos ecocentros da ETZL/ET, ETZO e CPRS, para posterior transferência para a ETRS da Meia Serra.

Os resíduos provenientes das recolhas seletivas são rececionados por fluxo e, ou fileira e posteriormente triados, consoante as especificações técnicas definidas pelas respetivas entidades gestoras e, ou encaminhados para reciclagem ou para outras formas de tratamento (valorização ou eliminação) na Região ou no Continente.

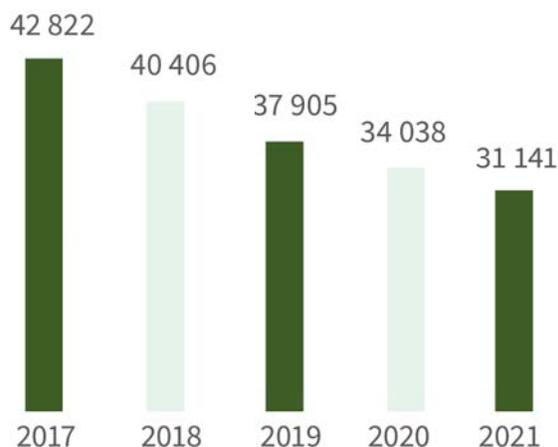
Os fluxos das recolhas seletivas incluem os resíduos de embalagens, resíduos biodegradáveis (verdes de jardins e parques), “monstros”, pilhas e acumuladores usados, pneus usados, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), baterias, sucata e os óleos alimentares usados.

Outras tipologias de resíduos não urbanos são recolhidos seletivamente pelos respetivos produtores ou outras entidades privadas contratadas para o efeito e entregues na ETRS da Meia Serra e, ou no CPRS, dos quais se destacam os subprodutos de origem animal, os resíduos da indústria agroalimentar, os resíduos do tratamento de águas residuais urbanas, os resíduos de construção, entre outros, os quais são posteriormente valorizados ou eliminados por via do seu encaminhamento para incineração na IIRSU ou para deposição em aterro sanitário.

Transferência de Resíduos entre Estações

Durante o ano de 2021, foram transferidas cerca de 31.141 toneladas de resíduos sólidos entre as várias estações da ARM, S.A., com vista ao processamento dos mesmos.

A quantidade de resíduos transferidos entre estações registou um decréscimo de cerca de 8,5% face ao valor registado no ano de 2020, tendência que se tem vindo a verificar desde o ano de 2018.



Transferência de resíduos entre estações (toneladas)

Receção de Resíduos nos Ecocentros e nas Estações de Triagem

Nos ecocentros e estações de triagem da ARM, S.A., são rececionados diversos tipos de resíduos, nomeadamente, resíduos de embalagem de papel/cartão, plásticos, metais e vidro, REEE, verdes, sucata, pilhas e acumuladores, pneus usados, óleos lubrificantes usados, entre outros.

No que concerne aos resíduos do embalão, papelão e vidro, durante o ano de 2021, foram rececionadas cerca de 7.520 toneladas destes resíduos nas estações de triagem e nos ecocentros da ARM, S.A., o que correspondeu a um acréscimo de 12% face ao ano de 2020.



2 875 ton
Embalão



2 386 ton
Vidró



2 258 ton
Papelão



7 520 ton
TOTAL

Receção nos ecocentros e estações de triagem de resíduos provenientes do embalão, vidro e papelão e respetiva variação face a 2020

Envio de Resíduos para Reciclagem ou Outras Formas de Valorização

No decorrer do ano de 2021, a ARM, S.A., encaminhou para reciclagem ou para outras formas de valorização um total de 12.063 toneladas de resíduos, o que representa um decréscimo de 6,7% face ao total registado no ano de 2020.

Relativamente às diferentes tipologias de resíduos encaminhados para reciclagem e outras formas de valorização é de salientar que:

- ✓ Apesar do decréscimo de 20% verificados no encaminhamento dos resíduos de papel/cartão, o encaminhamento direto destes resíduos pela ARM, S.A., representou apenas um decréscimo de cerca de 1 %;
- ✓ Os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos que assinalaram um acréscimo de cerca de 30% devido ao desenvolvimento de um maior número de campanhas de limpeza/recolha e à retoma económica;
- ✓ Por outro lado, as escórias ferrosas registaram um decréscimo nas quantidades enviadas para reciclagem no decorrer do ano 2021, consequência de uma diminuição dos quantitativos de resíduos efetivamente incinerados, com uma menor fração de resíduos metálicos;
- ✓ No que se refere aos óleos alimentares usados, pilhas e acumuladores, óleos lubrificantes usados e baterias ocorreu o envio dos resíduos que se encontravam acumulados desde 2020.

Resíduos enviados para reciclagem ou outras formas de valorização: 12 063 ton (-6,7%)

3 986 ton	- 20,1 %	Papel / Cartão
5 036 ton	+ 6,0 %	Embalagens Vidro
1 559 ton	+ 0,3 %	Embalagens de Plástico / Metal
648 ton	+ 5,6 %	Pneus Usados
215 ton	+ 29,6 %	Resíduos Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
348 ton	- 42,1 %	Escórias Ferrosas
246 ton	-3,4 %	Sucata
12 ton		Baterias
4 ton		Pilhas e acumuladores usados
4 ton		Óleos alimentares usados
4 ton		Óleos lubrificantes usados

Valorização e Tratamento de Resíduos

A ARM, S.A., durante o ano de 2021, rececionou um total de cerca de 132,5 mil toneladas de resíduos, de diversas tipologias, com vista ao seu tratamento ou encaminhamento adequado, valor que representa um acréscimo de cerca de 5,2% face à quantidade rececionada durante o ano de 2020, que seguidamente se sintetiza:

132 548 ton (5,2%) Resíduos Rececionados



Receção de resíduos para tratamento

Os resíduos rececionados, anteriormente identificados, foram objeto de diferentes tipologias de tratamento, sendo de destacar, pelo seu elevado peso, o tratamento por incineração.



Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra

”

2021 foi um ano desafiante, mas com a colaboração de todos os colaboradores da DVT foi possível alcançar grande parte dos objetivos previstos.

José Ponte

Diretor de Valorização e Tratamento

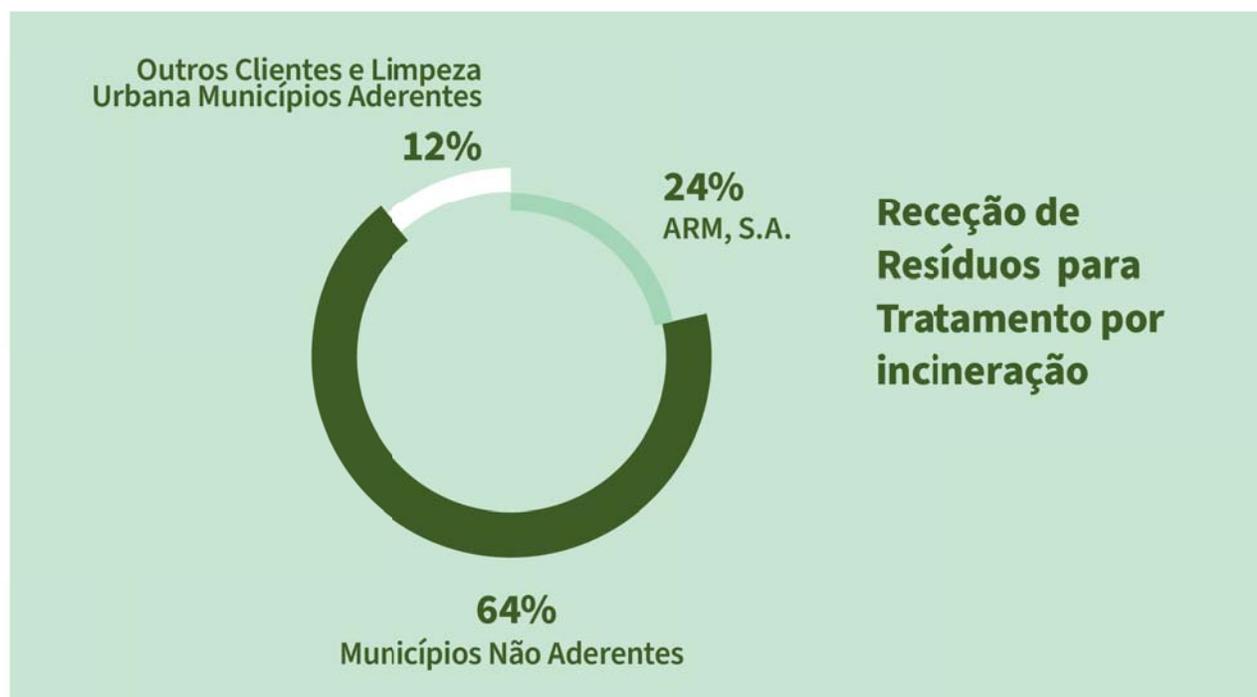
Tratamento de Resíduos por Incineração

Durante o ano de 2021, a ARM, S.A., rececionou cerca de 114.763 toneladas de resíduos urbanos para tratamento por incineração, valor que representa um acréscimo de cerca de 2% face à quantidade rececionada durante o ano de 2020.

É de salientar que, da quantidade total rececionada, cerca de:

- ✓ 64% provêm da recolha indiferenciada efetuada pelos municípios não aderentes;
- ✓ 24% foram entregues pela própria ARM, S.A.;
- ✓ 12% de entregas efetuadas por Outros Clientes e resíduos da limpeza urbana entregues diretamente pelos municípios aderentes.

Os municípios aderentes à ARM, S.A., registaram na sua globalidade um acréscimo nas quantidades de resíduos entregues para incineração, com exceção do município do Funchal, que registou um ligeiro decréscimo de cerca de 1,5%.

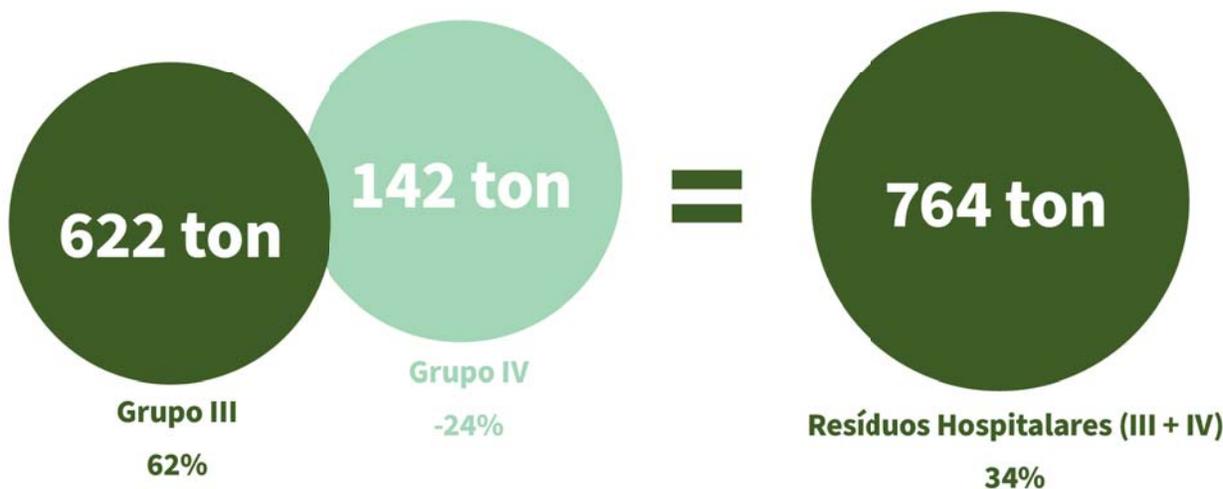


Tratamento de Resíduos Hospitalares

Os resíduos hospitalares são rececionados na Instalação de Desinfecção e Armazenamento de Resíduos Hospitalares (IDARH), da ETRS da Meia Serra, onde os resíduos hospitalares do grupo III são tratados por desinfecção térmica (autoclavagem) - solução que elimina a sua perigosidade, equiparando-os a resíduos urbanos - e posteriormente sujeitos a valorização energética na IIRSU.

No que se refere aos resíduos hospitalares do grupo IV, estes são armazenados em contentores marítimos refrigerados e encaminhados para o Continente, para tratamento por incineração por ser a solução técnica e economicamente mais vantajosa.

No ano de 2021, foram rececionadas na ETRS da Meia Serra 764 toneladas de resíduos hospitalares, o que representa um incremento de 34% face à quantidade rececionada em 2020.



Autoclavagem, ETRS da Meia Serra

Deposição de Resíduos em Aterro

A ARM, S.A., procedeu, no ano de 2021, à deposição de 31.256 toneladas de resíduos nos diversos aterros explorados pela empresa na Madeira e Porto Santo.

Deposição em Aterros 31 256 ton (-20%)

Aterro Sanitário

20 099 ton Célula de escórias e RSU e equiparados

9 652 ton Célula de cinzas inertizadas

Aterro Inertes (Porto Santo)

1 504 ton Inertes



Sabia que?

Os resíduos que são encaminhados diretamente para aterro são os inertes não combustíveis e não biodegradáveis (nomeadamente loiças sanitárias, caliças, restos de cimentos e outros) bem como alguns subprodutos de origem animal, que, devido à carga húmida ou à sua dimensão, não são passíveis de ser incinerados.



Aterro em operação, ETRS da Meia Serra

Receção de Resíduos Verdes

No ano de 2021, a ARM, S.A., rececionou 9.381 toneladas de resíduos verdes e madeiras, fazendo-o de forma gratuita com o objetivo de incentivar a entrega destes resíduos por parte dos produtores, evitando assim o seu abandono e a realização de queimadas ilegais pela Região.

Estes resíduos foram encaminhados para incineração e para compostagem na ETRS da Meia Serra e, na ilha do Porto Santo, para produção de estilha.



Sabia que?

A ARM, S. A., tem à disposição dos seus clientes domésticos um serviço de recolha de Resíduos Verdes e Monstros, nos municípios aderentes.

Para o solicitar, pode agendar o dia e hora de recolha dos resíduos através da Linha Verde – 800 910 500 (chamada gratuita) ou num dos balcões de atendimento da ARM, S. A., e acondicioná-los em local acessível.



Ação de limpeza de monstros e verdes em Câmara de Lobos

Receção e Incineração de Resíduos Silvícolas

Com vista a contribuir para a melhoria do ordenamento da floresta da Região, a ARM, S.A., procede à receção para valorização energética dos resíduos silvícolas, aproveitando assim a capacidade disponível na instalação de incineração da ETRS da Meia Serra.

A valorização energética de resíduos silvícolas conjuntamente com os Resíduos Urbanos tem como principais vantagens:

- ✓ A produção de eletricidade a partir de recursos energéticos regionais e renováveis;
- ✓ A diminuição da dependência externa dos combustíveis fósseis na produção de energia;
- ✓ A criação de emprego associada às atividades de gestão florestal;
- ✓ A contribuição para uma gestão ordenada da floresta;
- ✓ A produção de composto Biovalor, um produto 100% natural, de valor acrescentado para a agricultura.

Assim, durante o ano de 2021, a ARM, S.A., rececionou 5.629 toneladas de resíduos silvícolas na ETRS da Meia Serra, tendo sido integradas no processo de incineração cerca de 7.479 toneladas destes resíduos.



ETRS da Meia Serra



MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA





Monitorização e Controlo da Qualidade da Água

O Laboratório Regional de Controlo de Qualidade da Água (LQA), situado na Estação de Tratamento de Água Eng.º Manuel Rafael Amaro da Costa (mais conhecida por ETA da Alegria), assegura o controlo da qualidade da água da rede de abastecimento público da Madeira e do Porto Santo, procedendo à colheita de amostras de água e à sua caracterização físico-química e microbiológica em conformidade com as técnicas e os métodos que integram os programas de controlo da qualidade da água.

O LQA presta ainda serviços de análises de águas para clientes externos em várias vertentes, nomeadamente:

- ✔ Amostragem de águas de consumo humano, naturais doces (superficiais e subterrâneas), residuais e naturais salinas (balneares);
- ✔ Análises de água para consumo humano, particularmente a entidades gestoras com a responsabilidade de gerir o abastecimento de água em alta e/ou baixa, bem como a clientes públicos e privados;
- ✔ Análises para caracterização de origens de água doce superficial, subterrânea e salina;
- ✔ Análises para caracterização de água de Unidades industriais com necessidades específicas de qualidade de água para o seu processo industrial;
- ✔ Análises para caracterização de água residual de Estações de Tratamentos de Águas Residuais e unidades industriais;
- ✔ Análises para caracterização de águas balneares.

LQA 2021



Acreditado pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC), segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025

Concluída a transição da Acreditação para o novo Referencial Normativo de Qualidade: NP EN ISO/IEC 17025:2018

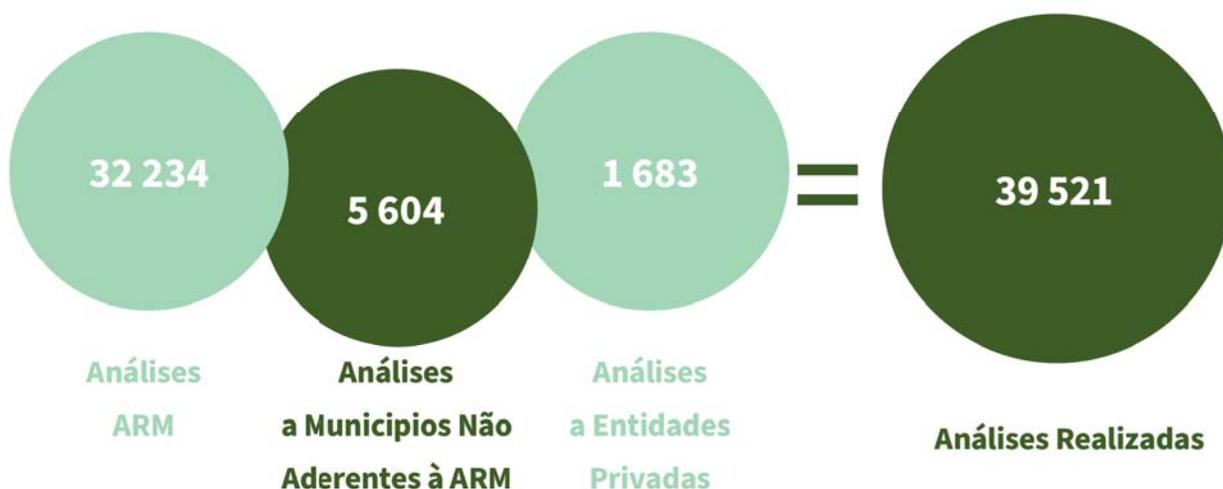
183 ensaios acreditados para diferentes produtos:

- água de consumo;
- água natural doce (superficial e subterrânea);
- água natural salina; e
- água residual

39.521 determinações físico-químicas e microbiológicas à generalidade das águas da RAM (3,6%)

A atividade do laboratório, desenvolvida no âmbito da acreditação, encontra-se de acordo com o anexo técnico de acreditação L0385 - 1 e Lista de Acreditação Flexível em vigor abrangendo:

- ✓ Colheita de amostras de águas de consumo e águas naturais doces (superficiais e subterrâneas);
- ✓ Determinações físico – químicas em águas de consumo, águas naturais doces (superficiais e subterrâneas), águas naturais salinas, águas residuais e águas residuais (exceto lixiviados);
- ✓ Determinações microbiológicas em águas de consumo, águas naturais doces (superficiais e subterrâneas) e águas naturais salinas.



Análises laboratoriais para controlo da qualidade da água em 2021

”

Assegurar uma eficaz e eficiente monitorização do Controlo de Qualidade de Água é um desafio diário. Tal só é possível graças ao excelente trabalho de equipa entre todos os Colaboradores do LQA, Direções da ARM, S.A., e Clientes Externos, bem como ao modo como todos desempenham as suas funções: elevado empenho, sentido de responsabilidade e espírito de missão.

Alexandra Reynolds
Diretora do Laboratório Regional de Controlo de Qualidade da Água

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA





Produção de Energia Elétrica

A atividade exercida pela ARM, S.A., permite que, como atividade complementar, seja produzida energia elétrica, a qual é utilizada para autoconsumo, sendo o excedente vendido à EEM - Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A., que a injeta na sua rede de distribuição.

A produção hidroenergética gerada na central Mini-hídrica da Terça está dependente do volume de água disponível no sistema adutor dos Tornos e, conseqüentemente, da variabilidade da precipitação que é drenada para este sistema, tendo registado em 2021 um acréscimo face ao ano anterior, na ordem dos 14,5%, totalizando 4,5 GWh.

A unidade de incineração de resíduos sólidos urbanos da ETRS da Meia Serra produziu 45,7 GWh, perfazendo 50,2 GWh de energia produzida neste ano de 2021, pela ARM, S.A..



Da quantidade total de energia produzida no ano de 2021, cerca de 10,6 GWh foram autoconsumidos pela ETRS da Meia Serra, sendo a restante injetada na rede de distribuição pública, mediante venda à Empresa de Eletricidade da Madeira (EEM).

Energia Produzida 50,2 GWh

Autoconsumo
(ETRS da Meia Serra)

Injeção na Rede da EEM

Incineração	10,6 GWh	35,1 GWh
Mini Hídrica		4,5 GWh
TOTAL		39,6 GWh



QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA





Qualidade, Ambiente e Segurança

A ARM, S.A., está licenciada para um conjunto de atividades às quais estão associadas obrigações de monitorização e de reportes periódicos às entidades competentes, das quais se destaca:

- ✓ Captação de Água;
- ✓ Rejeição de Águas Residuais Urbanas;
- ✓ Rejeição de Águas Residuais Industriais;
- ✓ Licença Ambiental da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra;
- ✓ Operações de Gestão de Resíduos.

Para além dos reportes obrigatórios no âmbito dos regimes aplicáveis, são ainda elaborados relatórios internos periódicos de acompanhamento das principais atividades com impacto na operação, nos clientes ou no ambiente, de forma a identificar a evolução dos principais indicadores e permitir intervir no sentido de melhorar o respetivo desempenho.

Por outro lado, a especificidade das atividades exercidas, nas suas diversas vertentes de negócio, implica a existência de uma diversidade de riscos profissionais associados que justificam a prioridade a dar à Segurança e à Saúde no Trabalho.

A estrutura organizacional da ARM, S.A., integra um Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, responsável pela avaliação de riscos, por assegurar o aprovisionamento e a disponibilização de equipamentos de proteção individual e coletiva adequados aos riscos existentes, pela elaboração de propostas de implementação de medidas de prevenção e de minimização dos riscos, pela promoção de formação nas áreas de segurança e saúde no trabalho, pela gestão administrativa dos processos de acidentes de trabalho e pelo controlo das avaliações de saúde dos colaboradores a realizar pela Saúde no Trabalho, entre outras atividades.

No respeitante à Saúde no Trabalho, esta é assegurada através de uma entidade externa, devidamente autorizada pela autoridade regional, para a prestação de serviços nesta área.

No âmbito das medidas de segurança e saúde no trabalho que a ARM, S.A., tem vindo a implementar na empresa, tendo em vista a melhoria das condições de trabalho dos seus colaboradores, em setembro de 2021, foi adjudicada a prestação de serviços de lavagem, higienização e tratamento das fardas dos colaboradores expostos a riscos biológicos. O serviço está implementado nas instalações da ETRS da Meia Serra, ETZL, Oficina de Gaula e CPRS.

A ARM, S.A., tem vindo a proporcionar aos seus colaboradores outras iniciativas promotoras da saúde e segurança no trabalho, como por exemplo a vacinação contra a gripe sazonal, administradas a cerca de 360 trabalhadores e a disponibilização da realização de testes rápidos de antigénio (TRAg) nas várias instalações nomeadamente: Sede, ETRS, ETZL, CPRS, ETA da Alegria e Estaleiro da Ribeira Brava, com periodicidade semanal.

MEDIDAS DE HIGIENE E DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

- FORNECER AO TRABALHADOR VESTUÁRIO DE PROTEÇÃO ADEQUADO.
- ASSEGURAR QUE TODOS OS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO SÃO GUARDADOS EM LOCAL APROPRIADO, VERIFICADOS E LIMPOS, SE POSSÍVEL ANTES E, OBRIGATORIAMENTE, APÓS CADA UTILIZAÇÃO, SEM COMO REPARADOS OU SUBSTITUÍDOS SE TIVEREM DEFEITOS OU ESTIVEREM DANIFICADOS
- POR À DISPOSIÇÃO DOS TRABALHADORES INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E DE VESTUÁRIO ADEQUADAS PARA A SUA HIGIENE PESSOAL.
- ANTES DE ABRANDONAR O LOCAL DE TRABALHO, O TRABALHADOR DEVE RETIRAR O VESTUÁRIO DE TRABALHO E OS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL QUE POSSAM ESTAR CONTAMINADOS E GUARDÁ-LOS EM LOCAIS SEPARADOS, PREVISTOS PARA O EFEITO.
- O EMPREGADOR DEVE ASSEGURAR A DECONTAMINAÇÃO, A LIMPEZA E, SE NECESSÁRIO, A DESTRUIÇÃO DO VESTUÁRIO E DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.

Segurança e Saúde no Trabalho 2021

Segurança

Identificação Riscos Profissionais

Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual

Acompanhamento das paragens para manutenção da IIRSU da ETRS da Meia Serra

Saúde

612 Avaliações de Saúde

Lavagem de fardas

16% Consultas de Admissão

73% Consultas Periódicas

11% Consultas Ocasionais

ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO





”

O desenvolvimento sustentável é um desafio global, que depende da relação harmoniosa entre Homem-Natureza, para o bem-estar e saúde das gerações atuais e futuras. Todos, sem exceção, têm um papel importante neste desafio e devem interiorizar e praticar comportamentos no seu quotidiano que visem o uso eficiente dos recursos naturais.

A ARM, S.A., definiu por isso objetivos estratégicos no que diz respeito às suas atividades de comunicação e educação ambiental, tendo em vista a promoção da economia circular, consciencializando para a reutilização dos materiais e reciclagem dos resíduos, pois permitem reduzir a extração de matérias-primas; e a melhoria da eficiência hídrica que tem uma relevância acrescida no atual contexto de alterações climáticas, designadamente para fazer face ao aumento da frequência e intensidade dos períodos de escassez de água.

Ricarda Barbosa

Diretora de Comunicação, Imagem e Educação

Ações de Sensibilização

Em 2021, devido às medidas de prevenção e combate à Covid-19, foram realizadas apenas 36 ações de sensibilização em escolas da Região Autónoma da Madeira, das quais 21 sobre a temática dos resíduos e 15 sobre a temática das águas. No total, as ações contaram com cerca de 840 participantes, sobretudo alunos dos 1º e 2º ciclos do ensino básico, alguns alunos do ensino Secundário, mas também idosos frequentadores de centros de convívio sociais.

36

Atividades

21

Ações de sensibilização:
temática resíduos

15

Ações de sensibilização:
temática águas

840

Participantes



Comunicação Covid-19

Em tempos de crise, a comunicação assume um papel essencial, através da transmissão de informação credível e perceptível que chegue a todos, por forma a se evitar mal-entendidos, distorções da realidade e sentimentos de medo, insegurança desconfiança entre os colaboradores, clientes e demais partes interessadas, que possam comprometer a prestação de serviços.

Desde o início da pandemia, a ARM, S.A., optou por estabelecer procedimentos de comunicação internos e externos, para acompanhar todos os públicos nos principais momentos da pandemia, relacionados com a empresa e os serviços que presta. A comunicação interna, em especial, desempenhou um papel crucial na gestão emocional dos colaboradores, através da transmissão de informação clara e transparente acerca da pandemia, bem como das medidas preventivas adotadas internamente na empresa, de acordo com as orientações e recomendações das autoridades de saúde e governamentais.



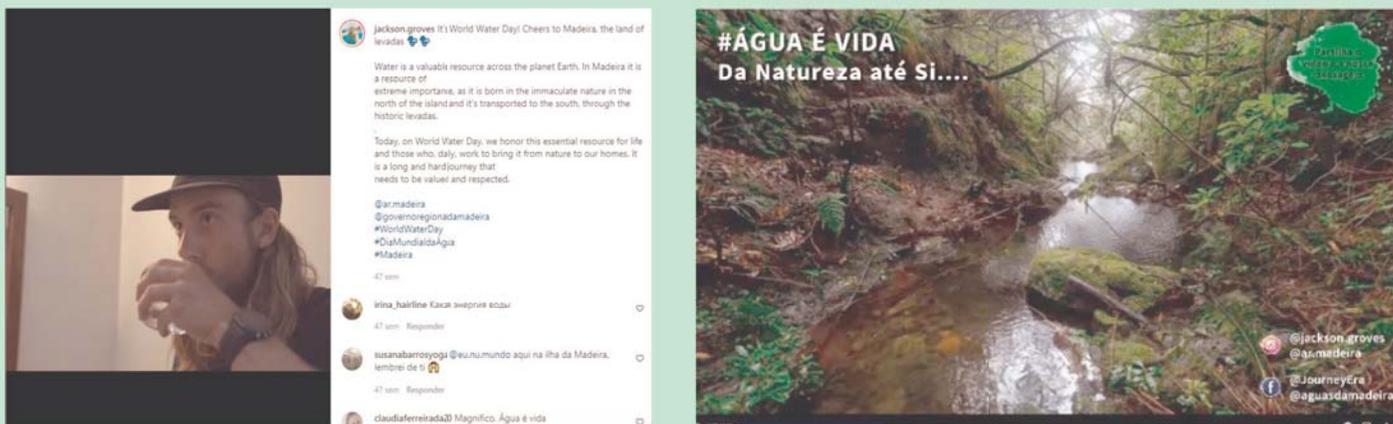
Publicações nas redes sociais da ARM, S.A., sobre a prevenção e mitigação do Covid-19

Celebração do Dia Mundial da Água, a 22 de março

A 22 de março de 2021, a ARM, S.A., para assinalar o Dia Mundial da Água, em parceria com o nómada australiano Jackson Groves, lançou um vídeo com o mote “ÁGUA é vida. Da natureza até si... | WATER is life. From nature to you...”, com o objetivo de sensibilizar para a importância e valor da água na Madeira.

O vídeo que foi divulgado, em português e inglês, nas redes sociais (Facebook e Instagram) do nómada – Journey Era Travel Blog, e que atingiu milhares de visualizações nas redes sociais, um pouco por todo o mundo, foi dedicado ao ciclo da água na Madeira, ao valor do recurso hídrico, mas também a todos

aqueles que trabalham diariamente para que a água chegue até às nossas casas. Pretendeu-se ainda consciencializar para a importância da preservação deste bem essencial à vida, que é escasso e que deve ser utilizado de forma eficiente em todas as atividades do nosso quotidiano.



Divulgação nas redes sociais do vídeo “ÁGUA é vida. Da natureza até si... | WATER is life. From nature to you...”

Homenagem ao Dr. Raúl António Simões Duarte

No dia 30 de março de 2021, a ARM, S.A., realizou um evento de homenagem ao Dr. Raúl António Simões Duarte, através da atribuição do seu nome à Estação de Tratamento de Água (ETA) de Santa Quitéria, devido ao trabalho desenvolvido em prol do abastecimento público de água na Região Autónoma da Madeira (RAM). Os trabalhos realizados pelo Dr. Raul António Simões Duarte na RAM assumem um especial relevo ao longo da sua atividade, não só pelo número significativo de intervenções, como também pela elevada complexidade técnica associada em muitos dos casos, devida à natureza geológica das formações ocorrentes.



Evento de homenagem ao Dr. Raúl António Simões Duarte

Campanha de divulgação do composto BIOVALOR

Tendo a ARM, S.A., retomado a operação da Instalação de Compostagem da ETRS da Meia Serra para a produção de composto BIOVALOR, através do tratamento dos resíduos verdes de jardins e parques recolhidos seletivamente, foi necessário lançar uma campanha de divulgação deste produto 100% natural.

Para a promoção do composto BIOVALOR foi criada a imagem do produto e desenvolveu-se diversos materiais que têm sido utilizados nas várias plataformas de comunicação da empresa, nos meios de comunicação social regionais e ainda nos locais o produto é disponibilizado à população, designadamente nas instalações desta empresa: ETRS da Meia Serra, ETZL/ET no Porto Novo e CPRS, no Porto Santo, bem como nos Mercados Abastecedores dos Prazeres, de Santana e da Santa (Porto Moniz).



Exemplos de utilização da imagem do produto BIOVALOR (contentor personalizado e folheto)

Foram ainda realizados eventos de apresentação do composto Biovalor em diversas localidades da Região, nomeadamente nos Prazeres, em Santana, na Santa – Porto Moniz e ainda no Porto Santo, que contaram com a presença da secretária regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas.

Campanha de sensibilização sobre a importância e valor da Água

Durante a época estival de 2021, como é habitual, promoveu-se uma campanha tendo em vista a consciencialização da população para a importância do recurso hídrico na RAM e para a necessidade do seu consumo moderado, evitando o desperdício.



Campanha “Água é Vida”

Campanha de sensibilização – “Pega O Monstro”

Em 2021, a ARM, S.A., deu continuidade à campanha de sensibilização – “Pega O Monstro”, que teve como rosto promocional o grupo humorístico regional “4Litro”, com o objetivo de, através do humor, apelar à consciência da população para evitar comportamentos prejudiciais para a saúde pública e para o meio ambiente, como é o caso do abandono de resíduos verdes e monstros (resíduos volumosos, tais como eletrodomésticos, móveis e colchões) junto aos contentores do lixo na via pública.

Foram realizadas várias atividades no âmbito desta campanha, que tem como público-alvo toda a população da Região, mas com particular incidência nos 5 municípios aderentes (Câmara de Lobos, Machico, Porto Santo, Ribeira Brava e Santana), onde a ARM, S.A., disponibiliza aos seus clientes um serviço gratuito de recolha dos referidos resíduos.



Campanha “Pega O Monstro”

Campanha “Reduzir, reutilizar e reciclar. E os resíduos ganham outra vida.”

Durante o ano de 2021, no âmbito da campanha de sensibilização, sob o mote “Os resíduos ganham outra vida”, a ARM, S.A., promoveu ações de rua, com distribuição de ecobags e guias de separação de resíduos, em pontos estratégicos onde se têm vindo a verificar casos de deposição desregrada de resíduos nos municípios aderentes à ARM, S.A., (Câmara de Lobos, Machico, Porto Santo, Ribeira Brava e Santana), tendo em vista a sensibilização da população para a correta separação e deposição dos resíduos nos contentores apropriados.



Ação de rua com distribuição de ecobags e guia de separação de resíduos



Sensibilização nos Contentores públicos de deposição de resíduos

Projeto “Porto Santo sem lixo marinho”

O projeto "Porto Santo Sem Lixo Marinho" conta com um cofinanciamento atribuído pelo Programa Ambiente dos EEA Grant e reúne como parceiros a ARM, S.A., a ANP – Associação Natureza Portugal, a AIDGLOBAL, a Câmara Municipal de Porto Santo e a ARDITI, e conta ainda com o apoio da WWF Noruega e da Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas.

Durante 2021, a ARM, S.A., participou e colaborou em várias ações de limpeza nas praias do Porto Santo, que possibilitaram a retirada de plástico do meio natural e o seu encaminhamento para valorização, bem como foi promovida uma campanha de comunicação, desenvolvida pela agência NOSSA com o intuito informar e estimular a mudança de hábitos das pessoas, para que

protejam a natureza e biodiversidade da ilha, atualmente considerada Reserva da Biosfera da UNESCO. O João (uma foca-monge) e o Tristão (uma tartaruga careta) foram apresentados ao público através das redes sociais dos parceiros, dos aderentes ao Selo da campanha (entidades comerciais locais) e ainda com muppis espalhados pela ilha do Porto Santo.



Imagem da campanha “Porto Santo sem lixo marinho”



Selo da campanha “Porto Santo sem lixo marinho”



A 23 de junho de 2021, num evento que juntou as diversas entidades do projeto, incluindo a entidade financiadora norueguesa, foram apresentados os resultados da primeira fase do projeto e entregues os selos “Porto Santo Sem Lixo Marinho” aos estabelecimentos aderentes.



Sessão de Apresentação dos resultados do Projeto Porto Santo sem lixo marinho – Centro de Congressos do Porto Santo

Atividades no âmbito da CECEA, da APDA

A ARM, S.A., integra, desde maio de 2018, a Comissão Especializada de Comunicação e Educação Ambiental (CECEA) da APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, que é constituída por representantes de entidades gestoras de serviços de águas em Portugal e as suas ações estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU, nomeadamente os referentes à proteção do ambiente e ao combate às alterações climáticas.

Em 2021, às 22 horas do dia 22 de março - Dia Mundial da Água, a CECEA promoveu o Movimento H2OFF – Hora de Fechar a Torneira, com o intuito de impulsionar a mudança de comportamentos e apelar a uma consciencialização clara e atuante sobre o uso correto e eficiente da Água.

A iniciativa excedeu as expetativas e contou com parceiros e embaixadores de várias áreas da sociedade, incluindo várias entidades Governamentais – Governo da República Portuguesa e o Governo Regional da Madeira, e com imensas figuras públicas ligadas à música, televisão, rádio, desporto, artes, entre muitos outros, e de diversas localidades do nosso país, indo além-fronteiras. Associaram-se ao movimento, promovendo-o publicamente, figuras públicas como Nini Andrade Silva, Carlão, Jorge Corrula, Rita Pereira, Jorge Benvinda, Anjos, Pedro Fernandes, António Pedro Cerdeira, Francisco Ferreira. O sucesso do movimento foi tão grande que será promovido anualmente pela CECEA da APDA.



Website do Movimento H2OFF – Hora de Fechar a Torneira

Ainda no âmbito da CECEA, são desenvolvidos diversos projetos por Grupos de Trabalho de menor dimensão, do qual se destaca o inquérito criado no sentido de avaliar a sensibilidade (e as práticas) das entidades gestoras para a importância da comunicação do risco e o seu relacionamento com as partes interessadas e os órgãos de comunicação nacionais e regionais, realizado pelo Grupo de Trabalho – Comunicação de Crise, onde a ARM, S.A., colabora mais diretamente. Os resultados, obtidos através do preenchimento do inquérito por algumas entidades gestoras nacionais, foram

apresentados no Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água - ENEG 2021, que se realizou em Vilamoura, no Algarve, entre os dias 23 e 26 de novembro de 2021.

Este projeto, para além de apresentar os resultados de um vasto inquérito, visa a elaboração de um modelo de Plano de Comunicação de Emergência para abastecimento de água, produzido por profissionais de comunicação, que permita apoiar as entidades gestoras na redação do mesmo, em complemento ao Guia Técnico 25 da ERSAR, publicado em fevereiro de 2018.

Atividades no âmbito do projeto ADAPTaRES

O projeto ADAPTaRES, do qual a ARM, S.A., também é associada, é financiado pelo Programa INTERREG MAC 2014-2020, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e estabelece uma parceria estratégica entre várias entidades da Macaronésia Europeia e Cabo Verde para promover a adaptação às alterações climáticas, através da sensibilização e formação para a participação ativa da sociedade no uso eficiente da água e assim, garantir o recurso em quantidade e qualidade às populações, presentemente e no futuro, como medida de resiliência às alterações climáticas, nomeadamente em situações de seca.

Durante o ano de 2021, na medida do possível, foram realizadas ações de sensibilização em escolas da Região Autónoma da Madeira, no total foram 15 ações, nas quais participaram cerca de 390 pessoas (alunos e professores), onde se abordou o tema da problemática das alterações climáticas, ressaltando as medidas que nos possam ajudar a adaptar a esta situação nas nossas ilhas, bem como se sensibilizou os presentes para um uso mais eficiente da água nas suas tarefas diárias. Durante estas ações foram utilizados materiais de comunicação e sensibilização concebidas no âmbito do projeto ADAPTaRES, que contaram com grande receção e interesse por parte dos alunos e professores participantes.



Ações de sensibilização sobre “O Valor da Água” em escolas da Região Autónoma da Madeira

Projeto “O Meu Composto”

No âmbito da estratégia de prevenção da produção de resíduos, a ARM, S.A., promove o projeto de compostagem doméstica “O Meu Composto”, com o objetivo de sensibilizar e promover a compostagem doméstica dos restos orgânicos ao nível das habitações, estabelecimentos de ensino e outras instituições, reduzindo assim a fração de orgânicos nos resíduos indiferenciados. Até 31 de dezembro de 2021 tinham sido entregues cerca de 2100 compostores.

Na sua larga maioria os utilizadores estão satisfeitos com os resultados da produção de composto nas suas casas e/ou instituições. Nos casos de insucesso, veio a constatar-se que o processo de compostagem não era bem executado, tendo os utilizadores nestes casos recebido novas orientações da equipa de acompanhamento do projeto da ARM, S.A..

O projeto contempla ainda a realização de ações de sensibilização sobre compostagem doméstica, a grupos que tenham interesse (escolas, casas do povo, juntas de freguesias, associações, entre outros), pela equipa de Educação Ambiental da ARM, S.A..



Anúncio jornal projeto "O Meu Composto"



Ação de sensibilização sobre compostagem doméstica – Vila Viva Estreito C. Lobos

Assinatura protocolo com a Associação de Criadores de Gado das Serras do Poiso

A ARM, S.A., assinou um protocolo com a Associação de Criadores de Gado das Serras do Poiso, tendo em vista a cedência da Casa do Pico Gordo, localizada na Meia Serra, para a promoção de

ações de educação ambiental, sobre as relações da ovinicultura, caprinicultura, bovinicultura e agricultura em geral com os recursos hídricos e gestão de resíduos, bem como a realização de exposições e outras divulgações, por iniciativa própria ou mediante marcação prévia, assumindo a responsabilidade com as condições de segurança dos visitantes naquele espaço.

Este protocolo insere-se na política de responsabilidade social e ambiental da de ambas as entidades, tendo em vista a promoção de boas práticas ambientais e a salvaguarda e preservação da natureza.



Assinatura de Protocolo entre a ARM, S.A., e a Associação de Criadores de Gado das Serras do Poiso

Iniciativa “Fica comigo até ao fim”

A ARM, S.A., juntou-se à Associação dos Amigos dos Cuidados Paliativos da RAM para uma caminhada pela cidade do Funchal, com o objetivo de assinalar o Dia Mundial dos Cuidados Paliativos, que se celebra a 9 de outubro e pretende sensibilizar todas as pessoas, através de mensagens positivas, reforçando a importância deste tipo de cuidados na vida de todos.

O lema “Fica comigo até ao fim” foi promovido através de vários materiais, designadamente um stand na zona de partida e chegada da caminhada e das garrafas de água distribuídas pelos participantes, cujo rótulo com a mensagem referida pretendia consciencializar para a importância dos cuidados continuados, mas também para a importância de reutilizar os materiais, e no final do seu encaminhamento para reciclagem.



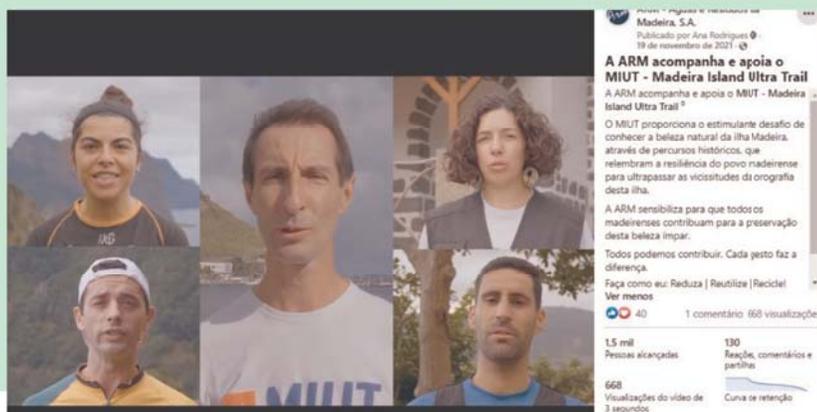
Garrafas e stand da iniciativa “Fica comigo até ao fim”



Caminhada da iniciativa “Fica comigo até ao fim”

Colaboração com o MIUT - Madeira Island Ultra Trail

A ARM, S.A., associou-se ao MIUT - Madeira Island Ultra Trail e colaborou, como em outros anos, com a disponibilização de ecopontos e informação para a correta separação dos resíduos produzidos durante a prova, colocados estrategicamente ao longo do percurso, nos pontos de apoio aos participantes.



Publicação do vídeo promocional do MIUT, criado pela ARM, S.A., no Facebook da empresa

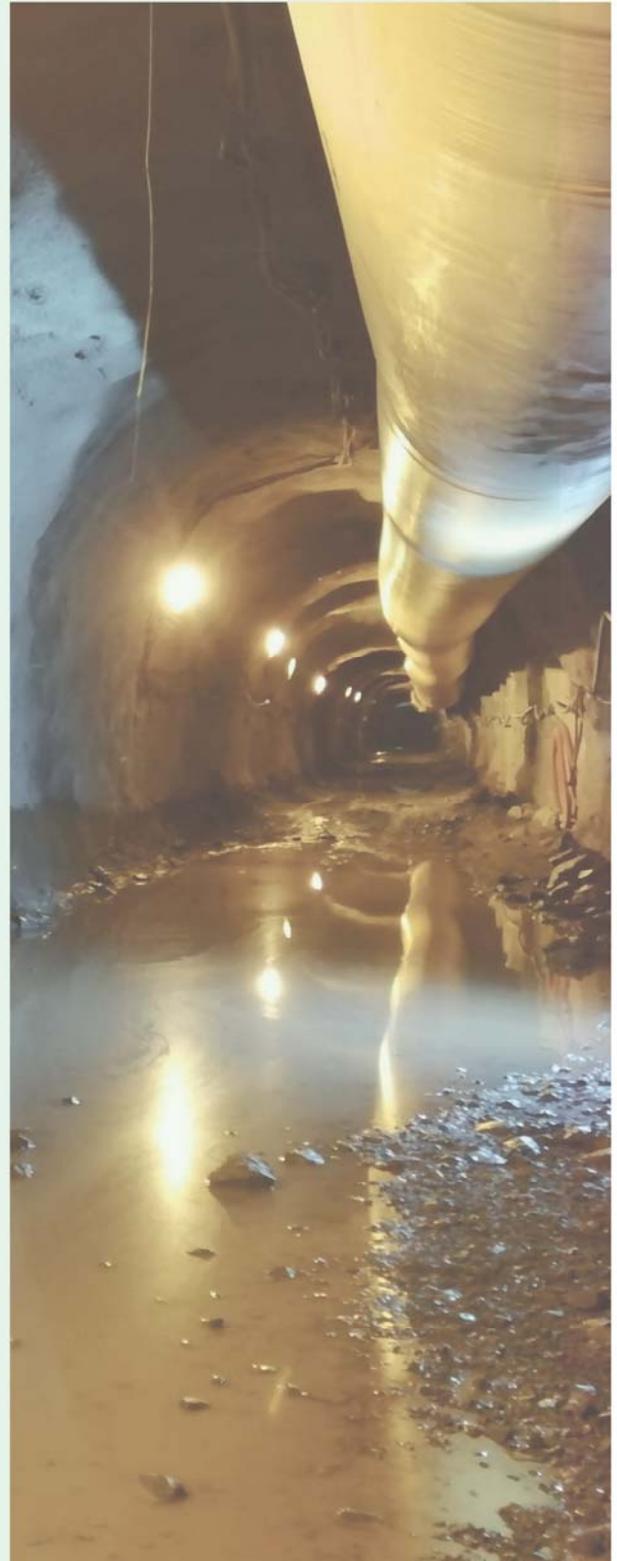
Neste âmbito, a ARM, S.A., lançou um vídeo promocional da prova, aproveitando a ocasião para sensibilizar a população para a preservação do nosso património natural e bem assim consciencializar para a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos. O vídeo teve como protagonistas os conceituados Atletas de Trail regionais – Luís Fernandes e Sónia Silva, o responsável da organização do MIUT – Sidónio Fernandes, e ainda Carolina Marques e João Paulo Rodrigues, membros do staff da organização e atletas, e que são também colaboradores da ARM, S.A..

Apadrinhamento do Projeto Abraço - Ser Criança

Alguns colaboradores da ARM, S.A., desde há 9 anos, na época de Natal, colaboram no projeto Abraço - Ser Criança, da Delegação da Abraço – Madeira, através de donativos para aquisição de prendas (este ano cheques-prenda, devido às contingências da pandemia) para as crianças e jovens ao cuidado da referida instituição. No Natal de 2021, foram apadrinhados 13 crianças/jovens.



INVERSIONES







Genericamente a Engenharia é essencial e indispensável para a ampliação, renovação e criação de novas infraestruturas capazes de responder às necessidades, exigências e desafios, contribuindo para a melhoria na qualidade nos serviços prestados à sociedade. Na ARM, S.A., também se impõe a necessidade de garantir a gestão eficiente de ativos e a otimização dos recursos, através da criação ou reformulação de sistemas, com o intuito de dotá-los de maior fiabilidade e eficiência, adequando o seu dimensionamento às necessidades atuais, melhorando assim a qualidade do serviço de abastecimento de água, de recolha, do tratamento e da valorização de resíduos na Região Autónoma da Madeira.

O ano 2021, tal como o anterior, fica marcado pelo contexto pandémico da Covid-19, uma adversidade extrema que motivou uma crise sem precedentes que trouxe novos desafios nas diversas áreas. A concretização das obras no terreno teve de obedecer a rigorosos planos de contingência, o que, inevitavelmente, afetou os prazos de execução. Outro fator determinante e bem atual é a falta de mão de obra no setor da construção e os atrasos que se verificam na importação de materiais e equipamentos decorrentes da crise global que se atravessa. Neste contexto, a execução do Plano de Investimentos ficou um pouco abaixo do ano transato.

A concretização de projetos/obras estruturantes no nosso sector, pela sua especificidade, é complexa e envolve alguns riscos em termos de segurança e saúde, pelo que manter o nível de "acidentes zero" constitui um "target" fundamental, que foi plenamente atingido no ano de 2021.

Carlos Cristóvão
Diretor de Obras

INVESTIMENTOS

No abastecimento em alta, destaca-se a conclusão da obra de “Execução do Furo 3 de Santa Cruz” (fase 1), tendo o atraso na execução condicionado a elaboração do projeto das infraestruturas (fase 2).

Na área de saneamento em alta, destaca-se o início da execução da obra de “Remodelação da EEAR do Caniçal”, cuja execução se encontra dentro dos valores planeados. Releva-se, igualmente, a contratação da obra “Reformulação de Destino Final das Águas Residuais da Ribeira Brava - Fase 2” que arrancará durante o ano de 2022.

Na área de Distribuição e Drenagem, em 2021, destaca-se a continuação da execução dos principais investimentos nas redes sob gestão da ARM, S.A., que atendem à minimização das elevadas perdas das redes, quer através de substituição de condutas, quer através da introdução de equipamentos de controlo de pressão nas redes, supressão da ausência de equipamentos de medida na rede, eliminação das descargas de águas residuais não tratadas e aumento da cobertura de redes de drenagem de águas residuais das redes sob gestão da ARM, S.A.. Algumas encontram-se já na fase final de execução, designadamente “Remodelação e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento e de Drenagem da Zona Leste – Fase 1”, “Remodelação e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento e de Drenagem da Zona Oeste – Fase 1”, “Remodelação dos Sistemas de Abastecimento e Drenagem do Porto Santo”. Destaca-se igualmente o arranque, ainda que tardio, de um conjunto de obras que atendem à “Renovação e Execução de novas Redes de Abastecimento e Saneamento da ARM, S.A.”, nos diversos municípios aderentes.

Na área do regadio agrícola, destaca-se a execução das empreitadas de “Remodelação do sistema de regadio e de fins múltiplos da ARM, S.A., na ilha da Madeira – Fase 1” e “Recuperação da Levada do Norte - Lanço Sul - Túnel do Pedregal”.

No setor de transferência e triagem destacam-se a execução da obra “Construção do EcoCentro da Ribeira Brava”, obra que decorre a bom ritmo.

Na área de valorização e tratamento destaca, o grande investimento realizado na turbina da ETRS da Meia Serra, assim como a prossecução dos procedimentos de contratação atendendo à execução de uma “Solução para a valorização e tratamento de resíduos silvícolas/biomassa residual” e da “Otimização da separação da escória ferrosa, não ferrosa e inertes das escórias resultantes do processo de incineração dos resíduos”.

O investimento realizado no decurso do ano de 2021, pela ARM, S.A., totalizou o valor de 13.639.476 €, representando uma execução de 40,45% face à previsão para o ano de 2021, correspondendo em cada setor de negócio os valores apresentados no quadro seguinte.



Remodelação da ETZO

Setor de Negócios	Previsão 2021	INVESTIMENTO TOTAL		% Execução 2021
		Valores Executados em 2021	%	
Abastecimento em alta	3 425 417 €	1 420 817 €	10,42 %	41,48 %
Saneamento em alta	3 344 458 €	911 393 €	6,68 %	27,25 %
Distribuição e drenagem	7 908 933 €	3 497 487 €	25,64 %	44,22 %
Rega e fins múltiplos	12 847 594 €	5 094 069 €	37,35 %	39,65 %
Recolha de resíduos	1 513 041 €	82 082 €	0,60 %	5,42 %
Transferência e triagem	2 134 060 €	1 277 323 €	9,36 %	59,85 %
Valorização e tratamento	1 902 620 €	1 051 325 €	7,71 %	55,26 %
Estrutura	643 771 €	304 980 €	2,24 %	47,37 %
TOTAL GERAL	33 719 895 €	13 639 476 €	100 %	40,45 %

Resumo do investimento realizado em 2021 (preços correntes)

”

O ano de 2021, face ao contexto pandémico e de alterações climáticas, tornou necessário compreender quais os desafios, respostas e adaptações que surgiram e emergiram destas realidades inauditas no mundo moderno. Apesar das dificuldades, as equipas da DEP demonstraram uma grande capacidade de adaptação, proficiência, abnegação e resiliência pessoal e profissional de modo a assegurar e concretizar os projetos e tarefas acometidas, por forma a contribuir para atingir os objetivos operacionais da ARM, garantindo e assegurando a sua resiliência aos diversos fatores externos e internos adversos em prol da população e da Região.

Higino Silva

Diretor de Estudos e Projetos



DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO





Desempenho Económico

O ano de 2021 foi fortemente influenciado pelas sucessivas variantes do covid e as suas consequentes vagas, com reflexos no comportamento das populações e nos respetivos indicadores macroeconómicos. Regista-se, com especial influência no desempenho económico da empresa, a disrupção nas cadeias de fornecimentos globais induzidas pelas medidas de combate à pandemia, verificando-se largos atrasos na entrega de bens, o aumento do preço do transporte marítimo, influenciando todos os bens adquiridos pela empresa, e a tendência inflacionista geral, observando-se um aumento generalizado de preços, sobretudo no segundo semestre do ano.

Nestes termos, não obstante os ajustamentos de gestão realizados no sentido de minorar financeiramente estes efeitos, registaram-se aumentos nos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e dos fornecimentos e serviços externos como forma de assegurar a execução da importante missão da empresa.

2.490 milhares €
(+515,2%)
Resultado
Líquido

41 266 milhares €

(+ 2,1 %)

Volume de negócios e subsídios à exploração

14 419 milhares €

(- 4,7 %)

EBITDA

3 422 milhares €

(- 21,7 %)

EBIT

924 milhares €

(- 76,6%)

Imposto sobre o rendimento

A relativa estabilização do volume de negócios deve-se:

- ✓ Manutenção das prestações de serviço: não obstante o registo de variações nas quantidades de prestação dos diferentes serviços, registou-se um equilíbrio em termos de rendimentos.
- ✓ Manutenção dos subsídios à exploração para ressarcimento da empresa dos montantes tarifários não imputados ao cliente final por decisão do Governo Regional (subsídio da tarifa).



Salienta-se que as vendas referem-se, essencialmente, à energia termoelétrica produzida, como subproduto, no decorrer do processo de incineração de resíduos na ETRS da Meia Serra, e vendida à EEM – Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A..

**Prestações de
Serviços :**

**32 337
milhares €
(+3%)**

1 096 milhares €
(+ 2,2 %)
Saneamento

19 049 milhares €
(+ 0,3 %)
Água

11 639 milhares €
(+ 7,4 %)
Resíduos

553 milhares €
(+ 15,8 %)
Serviços Secundários

Subsídios à Exploração

5 662 milhares €

1 708 milhares €

Não repercussão dos aumentos tarifários ao cliente final

3 009 milhares €

Subsídiação do preço da água para regadio

945 milhares €

Outros

Os rendimentos operacionais, que incluem o volume de negócios e os subsídios à exploração, apresentaram um aumento de 3,3 % face ao ano de 2020, conforme se segue.

41 266
milhares €
(+ 2,1 %)
Volume de negócios e
subsídios à exploração

**Rendimentos
e ganhos
operacionais :**

**48 481
milhares €
(+ 3,3 %)**

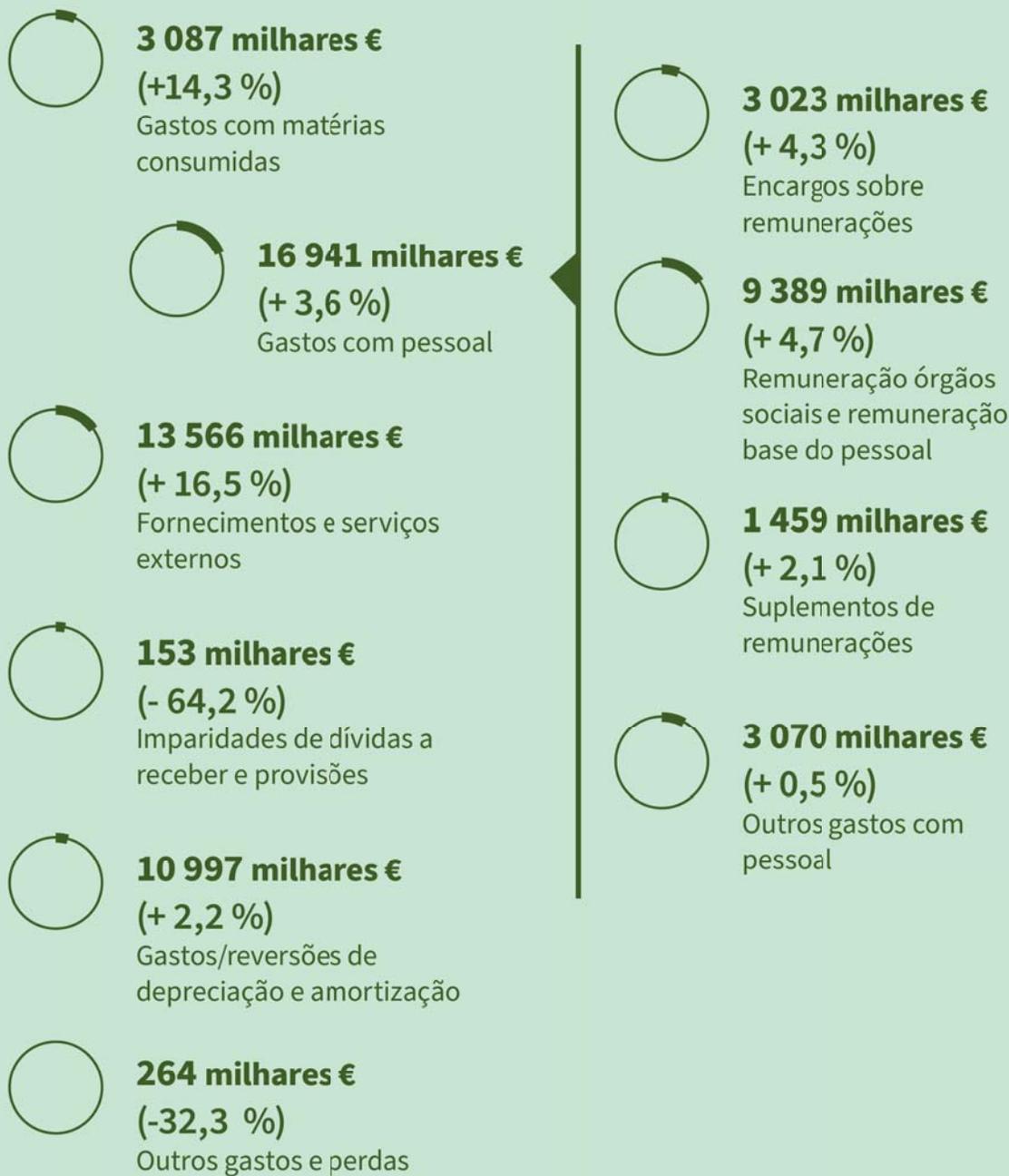
6 258 milhares €
(+ 2,6 %)
Outros rendimentos e ganhos

957 milhares €
(+ 118,7 %)
Reversões de imparidades e
provisões

Já em termos de gastos, a estrutura é a seguinte:

45 008 milhares € (+ 6,4 %)

Gastos operacionais

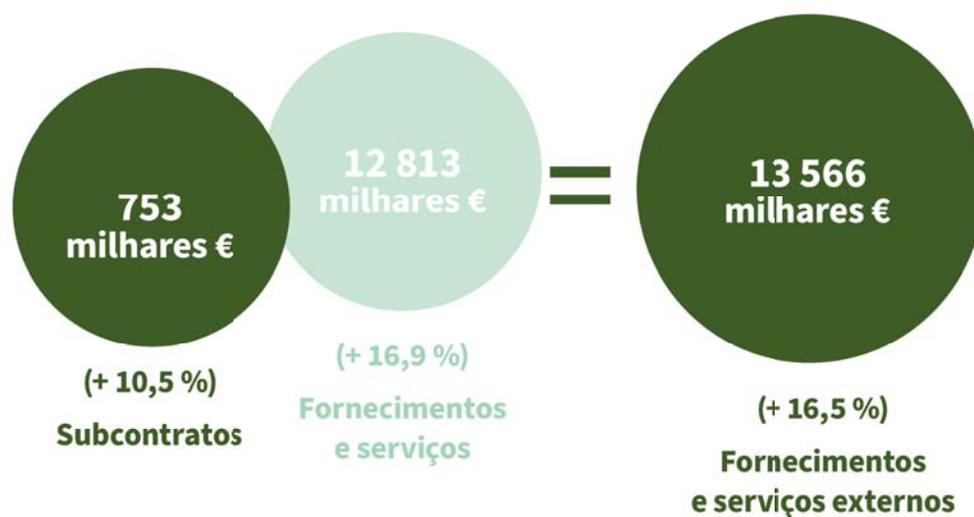


Os gastos com o pessoal apresentam um acréscimo de 595 milhares € em consequência:

- ✓ Do acréscimo do número de colaboradores;
- ✓ Do incremento do salário mínimo regional;
- ✓ Das progressões decorrentes da avaliação do desempenho;
- ✓ Do reenquadramento funcional de alguns trabalhadores;
- ✓ Outros suplementos remuneratórios.

Estes maiores gastos repercutiram-se igualmente em aumentos com encargos sobre remunerações e com seguros de acidentes de trabalho.

Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, os mesmos apresentam um aumento de 1 923 milhares € face ao ano 2020, sendo a sua decomposição entre subcontratos e fornecimentos e serviços apresentada na figura seguinte:



Relativamente aos subcontratos é de salientar que o aumento ocorrido em 2021 (+10,5%) decorre, essencialmente, do aumento dos gastos com o Transporte e Tratamento de Resíduos Hospitalares, consequência do aumento de Produção de Resíduos Hospitalares do grupo IV.

Subcontratos

417 milhares € (-0,02%) Transporte de Resíduos	8 milhares € (-35,5%) Trabalho Temporário	328 milhares € (+30,4%) Transporte e Tratamento de Resíduos Hospitalares
--	---	--

No que respeita aos fornecimentos e serviços saliente-se a preponderância dos gastos com os Serviços Especializados, a Energia e Fluídos e os Serviços Diversos, os quais, conjuntamente, representam cerca de 90% dos mesmos.

Fornecimentos e serviços

7 405 milhares € (+ 40,2 %) Serviços especializados	4 206 milhares € (- 8,5 %) Energia e fluídos	1 202 milhares € (+ 11,1 %) outros fornecimentos e serviços
1 694 milhares € (- 2,7 %) Trabalhos especializados	5 536 milhares € (+ 68,6 %) Conservação e reparação	175 milhares € (- 31,7 %) Outros

Note-se que o aumento dos gastos com os fornecimentos e serviços face ao período homólogo (1 923 milhares €) decorre, quase integralmente, do aumento dos gastos com a Conservação e Reparação, que registou um acréscimo de 2 252 milhares € (+68,6%) em virtude de trabalhos de construção civil e reparação de outro equipamento básico, compensado com a diminuição de gastos noutras rúbricas.

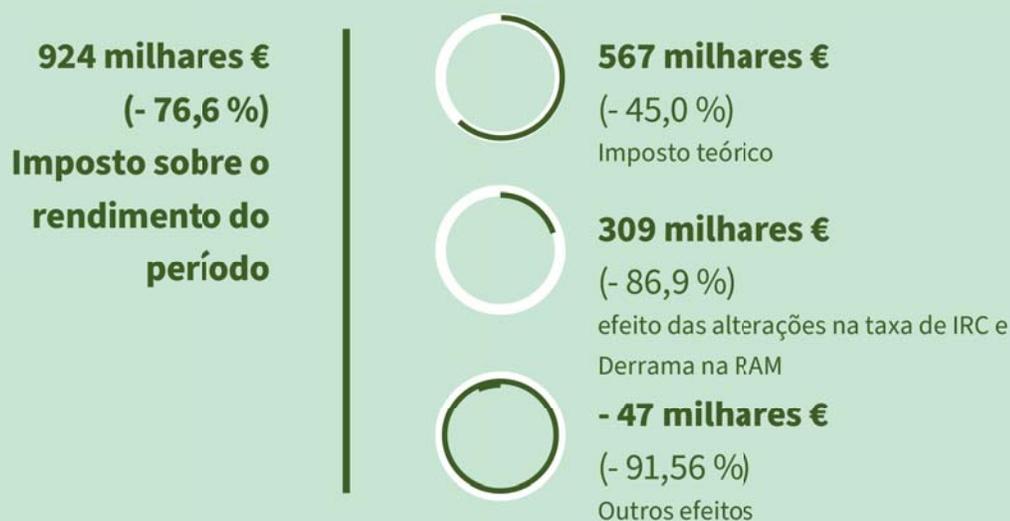
As amortizações do exercício ascendem a 10 997 milhares € e encontram-se em linha com as registadas no ano anterior (10 760 milhares €).

Os resultados financeiros são sintetizados de seguida:

0 milhares €	Resultado Financeiro :	- 7 milhares €
(- 100 %)	- 7 milhares €	(- 34,1 %)
Juros e rendimentos similares obtidos	(- 34,1 %)	Juros e gastos similares suportados

Refira-se que não existem instrumentos derivados contratualizados para cobertura de riscos de taxa de juro.

O imposto sobre o rendimento, que ascende a 924 milhares €, apresenta uma diminuição substancial face ao ano anterior, cujos motivos são demonstrados pela imagem seguinte:



Em consequência dos Rendimentos e Ganhos e dos Gastos e Perdas anteriormente descritos o Resultado Líquido do exercício económico de 2021 apresenta-se positivo, em 2 677 milhares €.



Desempenho Financeiro

Relativamente às rubricas do Balanço salientam-se os indicadores globais constantes do quadro seguinte:

337 873 milhares € (- 3,4 %) Ativo	173 667 milhares € (- 6,9 %) Passivo
	164 206 milhares € (+ 0,8 %) Capital próprio

No que respeita ao Ativo, a variação global face ao ano anterior é essencialmente decorrente da redução dos ativos intangíveis resultante da contabilização do reescalonamento do Plano de Investimentos e das amortizações, bem como da redução da caixa e outros depósitos bancários e dos créditos a receber.

Ativo: 337 873 milhares € (- 3,4 %)

253 136 milhares €

(- 2,3 %)

Ativos (tangíveis e intangíveis)

31 028 milhares €

(- 5,6 %)

Outras contas a receber

33 695 milhares €

(+ 15,5 %)

Clientes

8 381 milhares €

(+ 6,8 %)

Ativos por impostos diferidos

4 677 milhares €

(+ 6,8 %)

Outras contas de ativo

6 956 milhares €

(- 57,4 %)

Caixa e seus equivalentes

3 461 milhares €

(- 4,0 %)

Inventário

354 milhares €

(+ 25,6 %)

Diferimentos

862 milhares €

(+ 74,4 %)

Estado e outros entes públicos

O ano de 2021 regista ainda a continuidade do litígio com o município do Funchal relativamente ao tarifário aplicável aos serviços prestados pela ARM, S.A., representando as suas dívidas, a 31 de dezembro de 2021, cerca de 93,8% da totalidade das dívidas de clientes.

Neste ano, o município do Funchal continuou a pagar o fornecimento de água em alta aos mesmos valores de 2014 (i.e., sem ter em conta nenhuma das atualizações tarifárias entretanto ocorridas) e, no que respeita à receção e tratamento de resíduos em alta, continua apenas a reconhecer e a pagar os serviços prestados com a tarifa variável de 2014 (i.e., não reconhece nem paga o valor inerente à componente fixa da tarifa que existiu até 2017 e que a partir dessa data foi transformada em tarifa variável), não obstante as atualizações tarifárias ocorridas a partir de 2018 não terem sido objeto de qualquer processo judicial.

Em virtude desta situação, a ARM, S.A., viu-se obrigada a submeter a totalidade dos valores em dívida para Execução Fiscal. Assim, a 31.12.2021, as dívidas do município do Funchal apresentavam a seguinte situação:



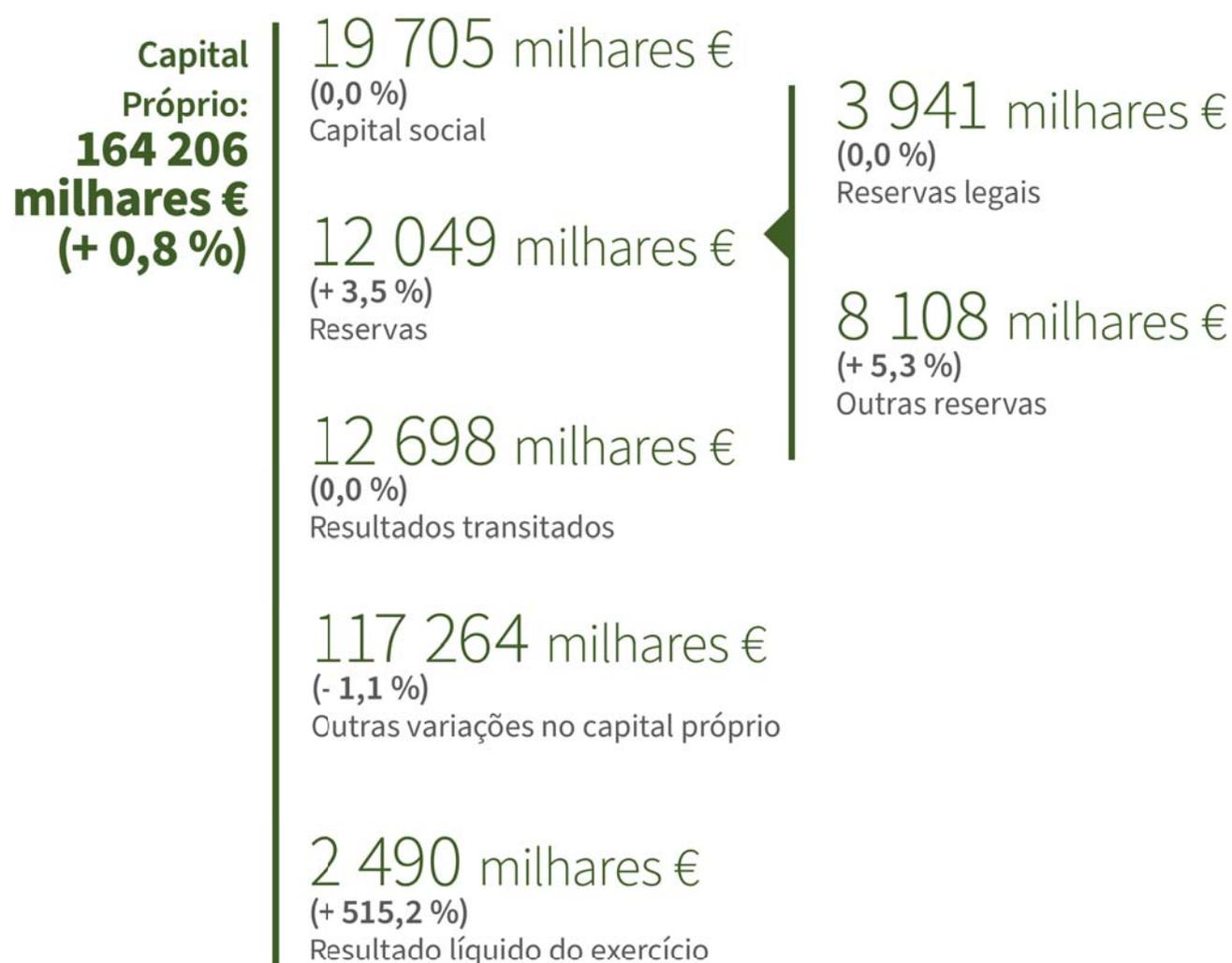
* Acrescem 2 700 milhares € de juros de mora incluídos nas certidões de dívida dos PEF

É importante referir que o município de Santa Cruz, que também havia contestado a componente fixa da tarifa dos resíduos e que, em consequência, não pagava essa componente das faturas, passou, com a implementação do tarifário de 2017, a proceder ao pagamento integral da fatura relativa aos resíduos tendo antecipado no final de 2019 a totalidade das prestações vincendas do acordo de pagamento.

Para a generalidade das restantes dívidas de clientes (municipais ou privados) foram estabelecidos acordos de pagamento que se encontram a ser cumpridos.

Relativamente à composição do capital próprio e à evolução verificada face ao período homólogo é de registar que o mesmo aumentou em 1 223 milhares € (+ 0,8%) em virtude de novos subsídios ao investimento atribuídos em 2021 e do resultado líquido (do próprio ano e do ano anterior inscrito como Outras Reservas).

Relativamente ao Capital Social, salienta-se que este se encontra inteiramente subscrito e realizado.



Em termos globais o Passivo evidencia um decréscimo global de 12 983 milhares € (-7%) decorrente essencialmente da redução das Provisões (9 026 milhares €) por via do investimento realizado em 2021, das Outras Contas a Pagar (-1 579 milhares €) e dos financiamentos obtidos (-4 938 milhares €).

Passivo:
173 667
milhares €
(- 7 %)

128 233 milhares €

(-6,6 %)

Provisões

29 401 milhares €

(- 5,1 %)

Outras contas a pagar

8 418 milhares €

(- 37,0 %)

Financiamentos obtidos

1 081 milhares €

(- 0,3 %)

Outras contas do passivo

6 535 milhares €

(+ 64,6 %)

Fornecedores

411 milhares €

(+ 1,6 %)

Estado

670 milhares €

(-1,4 %)

Adiantamento de clientes e
diferimentos

De evidenciar que os financiamentos obtidos apresentam uma redução sustentada, essencialmente em consequência da diminuição do stock de dívida contratualizada com Sociedades Financeiras e de não terem existido, em 2021, novos suprimentos realizados pelos acionistas.



No que respeita aos fluxos financeiros ocorridos no ano de 2021 é de salientar que os recebimentos tiveram uma diminuição global de 12 716 milhares €, sobretudo decorrentes da diminuição dos recebimentos de subsídios ao investimento, e os pagamentos sofreram também uma diminuição de 7 887 milhares €, essencialmente devido à diminuição dos pagamentos respeitantes a activos intangíveis, conforme ilustrado pelo quadro seguinte:

Saldo de Caixa e seus Equivalente Início do Ano: 16 342 milhares €

Saldo Atividades Operacionais: + 2 423 milhares € (+ 108,7 %)

Recebimentos:
30 986 milhares € (+ 2,2 %)

Pagamentos:
28 563 milhares € (- 2,0 %)

Saldo Atividades de Investimento: - 6 858 milhares € (+ 65,5 %)

Recebimentos:
7 460 milhares € (- 64,2 %)

Pagamentos:
14 318 milhares € (- 42,7 %)

Saldo Atividades Financiamento: - 4 950 milhares € (+ 214,5 %)

Recebimentos:
0 milhares € (0,0%)

Pagamentos:
- 4 950 milhares € (+ 214,5 %)

Saldo de Caixa e seus Equivalente no Final do Ano: 6 956 milhares € (- 57,4 %)

Assim, o saldo de disponibilidades apresenta uma variação de -9 386 milhares € no ano de 2021.

O valor de disponibilidades é fortemente influenciado pelos adiantamentos de subsídios ao investimento, em 3 772 milhares €, nomeadamente dos projetos financiados pelo PRODERAM – Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira e pelo POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

De registar que, em 2021, e nos termos do artigo 397º e 447º do Código das Sociedades Comerciais, a empresa:

- ✔ Não constituiu qualquer filial ou sucursal;
- ✔ Não adquiriu nem alienou participações sociais nem é detentora de ações próprias;
- ✔ Não tem dívidas à Segurança Social nem tem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.
- ✔ Ações próprias: Durante o exercício de 2021 a ARM, S. A., não adquiriu nem alienou ações próprias. A 31 de dezembro de 2021, a ARM, S. A., não era detentora de ações próprias.
- ✔ Negócios com a sociedade: Não foram concedidas autorizações ao abrigo do n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais. Não existem contratos celebrados entre a sociedade e os seus administradores.
- ✔ Indicação sobre o número de ações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização: Nenhum dos membros dos órgãos de administração e fiscalização foi titular de ações da ARM, S. A., em 2021.

Objetivos e Políticas da Sociedade em matéria de gestão dos Riscos Financeiros

Os riscos financeiros a que a ARM, S.A., se encontra exposta no decurso da sua atividade são monitorizados pela Administração com uma política ativa de gestão dos mesmos. Os principais riscos financeiros são:

- ✔ Risco de financiamento e taxas de juro - relacionado com a variabilidade dos juros associados a financiamentos e da tipologia do financiamento. No estudo económico da concessão encontra-se prevista uma componente significativa de financiamento do plano de investimentos por via de subsídios. A possibilidade de não obtenção dos referidos subsídios consistiria um risco para a capacidade de execução do plano de investimentos por exigir o recurso a outras fontes de financiamento.
- ✔ Risco de crédito - relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando em perdas financeiras. Assim, o risco de crédito situa-se essencialmente nas contas a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a sua atividade operacional, na medida em que existir atraso ou incumprimento por parte dos seus clientes.

Factos Relevantes após o Termo do Exercício

No dia 24 de fevereiro de 2022, a Federação da Rússia invadiu a Ucrânia, comprometendo a segurança e a estabilidade na Europa e no mundo. Para além de todo o sofrimento humano da população diretamente afectada, esta guerra na Europa acarreta enormes consequências para as economias europeias, provocando um aumento substancial do preço das matérias-primas, designadamente da energia e bens alimentares, com reflexos em todas as cadeias de produção, e aumentando o risco de estagflação. Por outro lado, registam-se efeitos negativos ao nível da confiança dos agentes económicos.

Embora o marco mais conhecido para o futuro próximo seja o da incerteza, as mais recentes projeções do Banco Central Europeu estimam uma inflação de 5,1 % em 2022 - podendo atingir num cenário adverso os 7,1% - diminuindo a projeção de crescimento das economias do eurosistema em 0,5 %.

Esta situação afeta diretamente a atividade da ARM, S.A., observando-se em alguns materiais – para além da presente delonga nos prazos de entrega provocada pela pandemia da covid-19 – cotações futuras que indiciam aumentos de preço que podem atingir os 50%.

Esta situação será objeto de acompanhamento diário pelo Conselho de Administração da empresa, procurando maximizar o interesse da empresa de acordo com as condições de cada momento e não prejudicar a eficácia no cumprimento da sua missão.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS





Proposta de aplicação de resultados

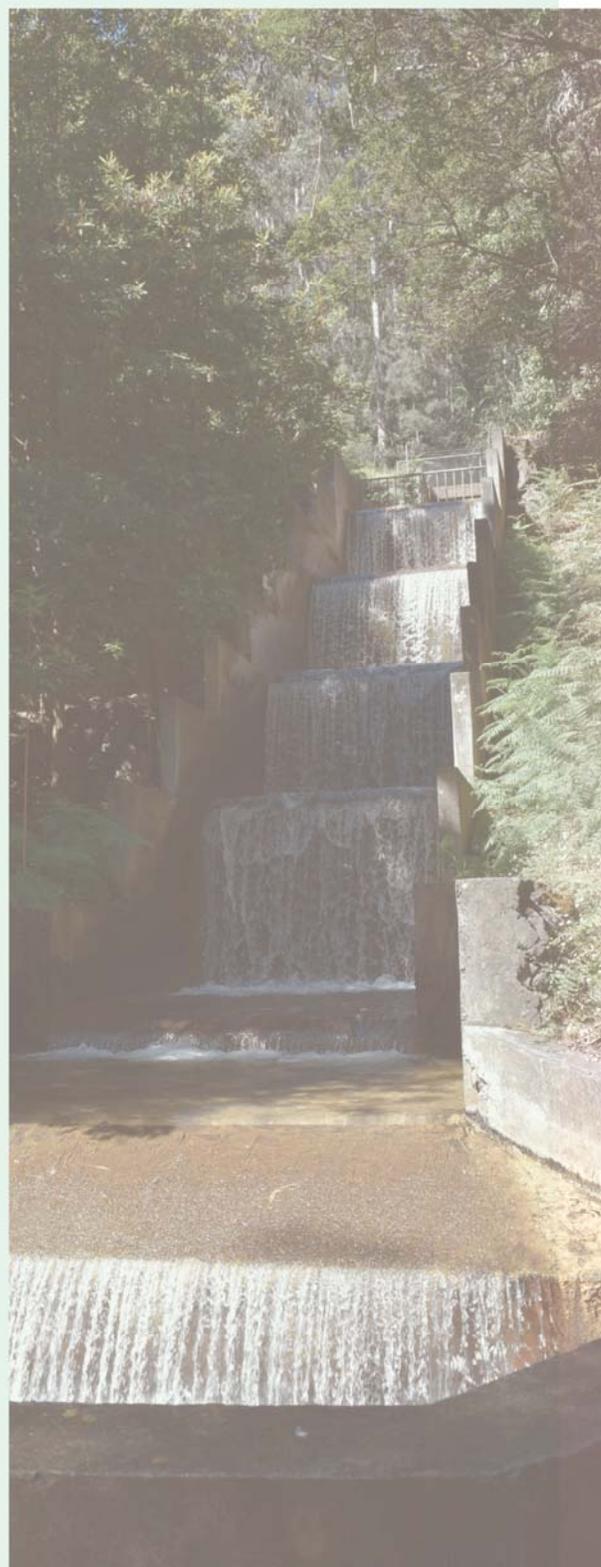
Nos termos do disposto no Artigo 26.º dos Estatutos da ARM, S.A., o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2021, no montante de 2.490.297,96 € (dois milhões, quatrocentos e noventa mil, duzentos e noventa e sete euros e noventa e seis cêntimos), seja aplicado integralmente no reforço das reservas livres.



Obra do Túnel do Pedregal



PERSPETIVAS FUTURAS





Perspetivas futuras

Ao longo dos últimos anos, foram realizados investimentos significativos no domínio das águas e dos resíduos. Foram criados sistemas multimunicipais de abastecimento - que servem 8 dos 10 municípios da ilha da Madeira, e foram criadas infraestruturas capacitadas para a valorização, tratamento e encaminhamento para destino final adequado dos resíduos produzidos na RAM.

Foram criadas reservas de água em altitude para maximizar o aproveitamento dos recursos hídricos e foi recuperada uma grande extensão de canais de rega e de fins múltiplos.

Nos principais aglomerados populacionais da ilha da Madeira (costa sudeste, eixo Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico) os sistemas de água para abastecimento público e para regadio partilham as mesmas origens de água. Em caso de conflitos de utilização, a legislação confere prioridade ao abastecimento público em detrimento do regadio.

Não obstante a diminuição circunstancial ocorrida em 2020 e 2021 do volume de água fornecido em alta aos municípios da Ilha da Madeira, devido em grande parte às repercussões associadas à pandemia, sentidas nas atividades económicas do canal horeca, verifica-se desde 2008 uma tendência de crescimento sistemático destes volumes. As perdas de água nas redes de distribuição são significativas e têm vindo a apresentar taxas de crescimento elevadas.

Os volumes de água subtraídos ao sistema público de regadio agrícola para satisfazer as necessidades de abastecimento de água potável do tecido urbano causam prejuízos significativos aos agricultores.

A ARM, S.A., e a Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas têm tentado sensibilizar as entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água, as entidades com responsabilidade direta e indireta na gestão e os utilizadores em geral para a importância do uso eficiente do recurso água e para a gestão eficiente dos sistemas, bem como para a importância da adoção de políticas tarifárias que promovam a racionalidade na sua utilização.

No que respeita à ARM, S.A., um elevado volume de investimentos encontra-se em curso, desde finais de 2018, nos municípios em que esta empresa fornece água em baixa, no sentido de inverter as perdas substancialmente elevadas e, conseqüentemente, diminuir o desperdício deste recurso. De igual modo, em diversos sistemas de regadio encontram-se em curso investimentos no sentido de reduzir as perdas e aumentar os sistemas de armazenamento.

O impacto das alterações climáticas implicam que o volume disponível para a recarga, designadamente através da pluviosidade, irá decrescer, aumentando a pressão sobre os sistemas de abastecimento e sobre os utilizadores em geral. É imprescindível proteger os recursos hídricos da Madeira, preparando-a e dotando-a de mecanismos de adaptação que permitam obviar os efeitos da redução progressiva dos recursos hídricos disponíveis.

Os principais objetivos no domínio das águas são:

- ✔ Aumentar a eficiência dos sistemas de distribuição de água (potável e regadio) através da redução progressiva das perdas para níveis eficientes e sustentáveis;
- ✔ Aumentar a cobertura das redes de drenagem de águas residuais;
- ✔ Contribuir para a proteção dos recursos hídricos, com destaque para as origens destinadas à produção de água para consumo humano;
- ✔ Promover e reforçar a capacidade de captação, armazenamento, tratamento e adução, para assegurar o fornecimento de água, em qualidade e quantidade, às populações e às atividades económicas, mesmo nos períodos de menor disponibilidade;
- ✔ Promover a sustentabilidade ambiental através da produção de energia através de fontes não poluentes, designadamente da produção hidroelétrica e da eficiência energética das instalações.

No domínio dos resíduos, em cumprimento dos normativos da União Europeia e da Legislação de âmbito nacional, a Região aprovou no ano de 2020 a Estratégia de Resíduos da Região Autónoma da Madeira (ERRAM), que estabelece a ambição e ação política para a gestão de resíduos entre 2020 e 2030, a qual influenciará e determinará em grande medida a atuação da empresa até 2030.

Pretendendo integrar os princípios da economia circular na gestão de resíduos, a EERAM constitui também um instrumento auxiliar de outras políticas ambientais, nomeadamente das políticas de mitigação e adaptação às alterações climáticas e de energia, bem como das políticas dos setores com maior peso para a economia da RAM, incentivando um consumo mais eficiente de recursos.

Os principais objetivos da empresa no domínio dos resíduos são:

- ✔ Garantir o tratamento adequado dos resíduos perigosos produzidos na Região - pelo investimento em formas mais económicas ou tecnicamente mais adequadas para a eliminação de determinados resíduos perigosos;
- ✔ Aumentar a eficiência dos sistemas de recolha seletiva e indiferenciada de resíduos;
- ✔ Promover a prevenção da produção de resíduos e fomentar a sua reciclagem – através do desenvolvimento de campanhas de sensibilização/informação da população, incentivando à adoção de boas práticas de gestão de resíduos;
- ✔ Promover a racionalidade e eficiência das atividades de gestão de resíduos reduzindo a sua deposição em aterro e aumentando a valorização dos mesmos, numa lógica de economia circular.
- ✔ Promover a racionalidade económica de atuação promovendo o recurso em regime de outsourcing em atividades de baixo valor acrescentado e de simples execução técnica.



Estação de Transferência da Zona Leste

No domínio das águas:

-  Dar continuidade às obras de remodelação das redes de abastecimento e drenagem da Zona Leste, Zona Oeste e do Porto Santo;
-  Realizar estudos e projetos com vista à implementação de novas origens de água e dar execução aos inerentes investimentos;
-  Incrementar a Comunicação e a Sensibilização para a necessidade de poupança de água (que abrangerá igualmente a sensibilização para a adequada separação de resíduos);
-  Alargar a cobertura da rede de drenagem de Águas Residuais;
-  Executar os projetos e obras previstas no Plano de Eficiência e Reforço Hídrico dos Sistemas de Abastecimento e Regadio, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) de Portugal;
-  Dar continuidade às obras do Túnel do Pedregal, importante infraestrutura que permitirá o armazenamento de uma reserva de água e melhorar as disponibilidades hídricas para a agricultura;
-  Dar continuidade à execução dos vários projetos, apoiados pelo PRODERAM, com vista à minimização das perdas de água destinada ao regadio e ao reforço do armazenamento e das disponibilidades;
-  Implementar soluções com vista à produção de energia mediante o aproveitamento dos recursos e atividades desenvolvidas pela ARM, S.A.;

No domínio dos resíduos:

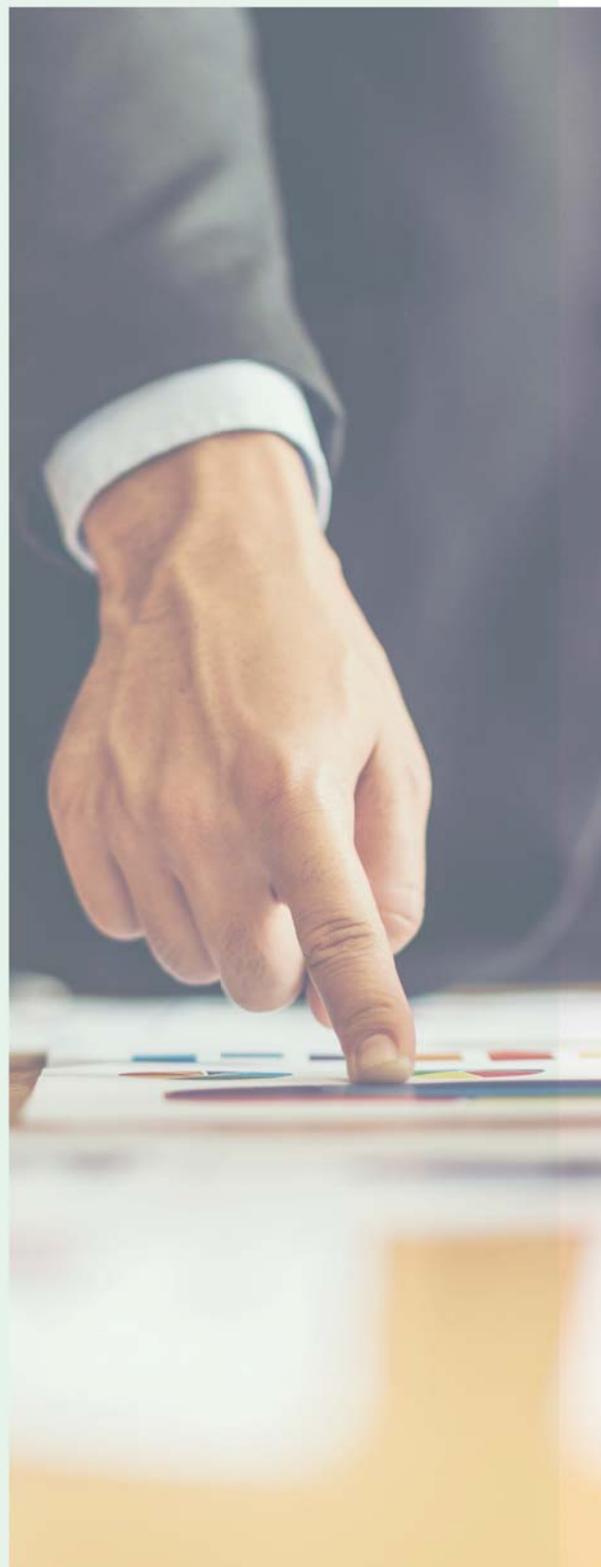
- ☐ Dar continuidade ao projeto de compostagem doméstica, iniciado em 2018, nos vários municípios aderentes;
- ☐ Incrementar os níveis de produção de compostagem na ETRS;
- ☐ Incrementar a comunicação e a sensibilização centrada na adequada prevenção, reutilização e separação de Resíduos;
- ☐ Implementar o projeto que visa a otimização do processo de recolha de resíduos (SINGERE);
- ☐ Reforçar a frota de viaturas de recolha de resíduos;
- ☐ Promover o projeto do aproveitamento de escórias resultantes do processo de incineração;
- ☐ Executar o projeto da Central de Biomassa.

Ao nível organizacional:

- ☐ Incrementar a formação disponibilizada aos colaboradores nos domínios específicos da atividade desenvolvida pelos mesmos;
- ☐ Implementar novos instrumentos de gestão da organização e de gestão de recursos humanos;
- ☐ Concluir e implementar/atualizar os regulamentos de serviços de todas as áreas de negócio da empresa;
- ☐ Implementar soluções conducentes à reorganização dos espaços de trabalho visando a melhoria das condições de trabalho;
- ☐ Promover o espírito de equipa, através de ações de motivação pessoal e profissional dos trabalhadores da ARM, S.A..



DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA





Introdução à Demonstração Não Financeira

Nos termos do artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, na redação introduzida pelo Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de Julho, a ARM, S.A., explicita no presente capítulo a demonstração não financeira da empresa, que contém informações sobre a evolução e o desempenho do impacto das atividades exercidas, nomeadamente as respeitantes às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, no exercício findo a 31 de dezembro de 2021.

A informação apresentada é a existente com base nos registos da entidade ou nas melhores estimativas (sempre referenciadas), num espírito de melhoria progressiva.

Neste enquadramento, a demonstração não financeira inspira-se nas normas Global Reporting Initiative (GRI), não verificando contudo todos os requisitos para se poder afirmar a sua elaboração em conformidade com as Normas GRI ou para declará-la como GRI-referenciada.

De salientar que, dado tratar-se de um reporte anual, integrado no Relatório e Contas da ARM, S.A., a informação que já conste de capítulos do Relatório de Contas não será reproduzida na demonstração não financeira mas apenas referenciada a respetiva página.

Orientações Estratégicas

A missão, política e objetivos da empresa foram estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração com o envolvimento dos responsáveis da empresa, quer ao nível da gestão de topo quer ao nível da gestão intermédia.

O processo de planeamento estratégico da empresa encontra-se alicerçado na visão, missão e valores identificados na página 13 e 14 do presente relatório e materializa-se no Plano de Atividades.

Com base nestes princípios, a ARM, S.A., desenvolve as suas atividades de gestão dos sistemas, cumprindo as obrigações estabelecidas pelo contrato de concessão e pela concedente, visando a melhoria gradual dos níveis de serviço e o cumprimento das metas estabelecidas, tendo em consideração o contexto regional.

Orientações Estratégicas



- Assegurar a qualidade do serviço e a proteção dos interesses dos utilizadores;
- Promover a transparência na prestação dos serviços;
- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira, infraestrutural, ambiental e operacional na gestão dos sistemas da empresa;
- Promover a capacitação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores;
- Promover o desenvolvimento e a implementação de soluções tecnologicamente avançadas, com envolvimento em projetos de I&D;
- Incorporar boas práticas de gestão, garantindo a prossecução dos objetivos definidos pela concedente;
- Contribuir para a solidariedade económica e social, para o correto ordenamento do território e para o desenvolvimento regional;
- Promover a responsabilidade ambiental.

Constituem documentos orientadores e de enquadramento no setor das águas e dos resíduos os constantes dos diagramas seguintes:

Águas

Programa do XIII Governo Regional da Região Autónoma da Madeira
(novembro 2019)

PGRH10 2ª geração - Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Arquipélago da Madeira para o ciclo de planeamento 2016-2021
(dezembro 2016)

Estratégia CLIMA-MADEIRA - Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas
(dezembro 2015)

PENSAAR 2020 – Uma estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
(abril 2015)

PNUEA – Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
(junho 2012)

PRAM – Plano Regional de Água da Madeira (agosto 2008)

Carta de Lisboa

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Princípios da OCDE para a Governança da Água

Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira 2014-2020

Plano de Recuperação e Resiliência - Região Autónoma da Madeira

Agenda da Região Autónoma da Madeira para a Economia Circular

Resíduos

Programa do XIII Governo Regional da Região Autónoma da Madeira (novembro 2019)

PERSU 2020+ – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (julho 2019)

Estratégia CLIMA-MADEIRA - Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas (dezembro 2015)

ERRAM – Estratégia de Resíduos da Região Autónoma da Madeira

The European Green Deal

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Agenda da Região Autónoma da Madeira para a Economia Circular

Plano Nacional de Gestão de Resíduos para o horizonte 2014-2020

Estratégia dos Biorresíduos

Plano Estratégico dos Resíduos Industriais (PESGRI 2001)

Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (PNAPRI)

Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares 2011-2016 (PERH 2011-2016)

De modo a promover a sua cooperação/colaboração com as diversas empresas e entidades do setor, através da partilha de ideias e experiências e da participação em fóruns e debates, a ARM, S.A., em 2021, era associada das seguintes instituições:

- ✓ APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Água
- ✓ APESB - Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária Ambiental
- ✓ APOTEC – Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade
- ✓ AVALER - Associação de Entidades de Valorização Energética de Resíduos Sólidos Urbanos
- ✓ ESGRA – Associação para a Gestão de Resíduos
- ✓ RELACRE – Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal

Principais Impactos, Riscos e Oportunidades

A ARM, S.A., como qualquer organização, está sujeita a um conjunto de Riscos e Oportunidades, os quais assumem especial relevância e particularidades pelo facto de a empresa lidar com a área do Ambiente e com setores de atividades essenciais ao bem-estar das populações.

Gestão dos Riscos e Oportunidades

Tendências dos Setores, Evolução Tecnológica e Problemáticas Globais

Diálogo construtivo entre Conselho de Administração e Direções

Literacia Ambiental e Educação de Comportamentos Sociais Responsáveis

Adoção do Princípio da Precaução*

Identificação de Pontos Críticos

Situação Geográfica e Ultraperiférica

* O “Princípio da Precaução” foi institucionalizado pela Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) das Nações Unidas (ONU), sendo definido nos seguintes termos: “Princípio 15: Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental” .

Os principais riscos e oportunidades da empresa constam da tabela seguinte:

Riscos	Oportunidades
Incumprimento de obrigações financeiras pelos Clientes	Estrutura tarifária sustentável
Reduzida participação e literacia ambiental da Comunidade	Dinamismo e Inovação
Condicionalismos afetos à ultraperiferia	Apoios de financiamento
Sustentabilidade da evolução tarifária	Potenciação dos ativos
Falhas ou indisponibilidades dos ativos	Comunicação Interna
Riscos de acidentes, desastres naturais, situações fortuitas	Formação contínua
Exposição e afetação decorrente das Alterações Climáticas	Disposição para a mudança
Condições de trabalho heterogéneas	Otimização da Estrutura Organizacional
Diferentes graus de motivação profissional	Eficiência Energética
Fraca cultura corporativa	Compras verdes
Guerra na Ucrânia	

Em 2021, e à semelhança do ano anterior, assumiram especial relevância os riscos associados à situação pandémica decorrente da pandemia da Covid 19, uma vez que foi necessário assegurar o normal e contínuo funcionamento da empresa e a prevenção da transmissão da doença.

Valores, princípios e normas de comportamento

Os membros do Conselho de Administração da ARM, S.A., têm conhecimento e cumprem integralmente com:

- ✔ O regime de incompatibilidades e impedimentos de titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, definido na Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, na redação em vigor, e no estatuto de gestor público em vigor na Região Autónoma da Madeira (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010/M, de 5 agosto, na redação em vigor);
- ✔ Os demais normativos da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, na redação em vigor, que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, tendo elaborado um Código de Conduta que estabelece, entre outros, os deveres de registo de ofertas e hospitalidades bem como o organismo competente para esse registo, e cumprem escrupulosamente as respetivas obrigações, nomeadamente declarativas.



Os valores da empresa resultaram de um processo conjunto e participado do Conselho de Administração e da gestão de topo e intermédia da ARM, S.A., e encontram-se enunciados na página 14 do presente relatório, sendo periodicamente lembrados aos trabalhadores.

O compromisso de Ética assumido pelos colaboradores da ARM, S.A., segue os princípios da Carta de Ética da Administração Pública, visando garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral e da cultura dos valores da ARM, S.A., por parte de todos os seus colaboradores.

Política de Remunerações

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são aprovadas pela Assembleia-Geral da ARM, S.A., nos termos do previsto no artigo 24.º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010/M, de 5 de agosto, na sua atual redação, e da alínea g) do n.º 2 do artigo 13.º dos Estatutos da ARM, S.A., com base nos critérios definidos na Resolução n.º 392/2015, de 27 de maio, e no Despacho Conjunto n.º 61/2015, de 29 de junho, que classifica a ARM, S.A., como empresa pública integrada no Grupo B (a partir de 2022, Despacho Conjunto 20/2022 de 25 de fevereiro).

As remunerações dos membros do Conselho Fiscal da ARM, S.A., são igualmente aprovadas pela Assembleia Geral da ARM, S.A., em conformidade com a Circular n.º 2/DRAFIN/2019, de 04 de março de 2019, da Direção Regional Adjunta de Finanças, relativa ao Enquadramento Remuneratório para os Órgãos de Fiscalização das Empresas Públicas Regionais do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira.

De salientar que as remunerações do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal são constituídas por remunerações exclusivamente fixas, não estando contemplada qualquer remuneração variável, prémios ou bónus, nem outras regalias com fundos de pensões ou complementos de reforma.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral da ARM, S.A., não são remunerados.

”

2021 trouxe com ele o desafio de, assegurando sempre a manutenção de todas as condições de segurança, proporcionar a estabilidade possível na organização do trabalho, por forma a evitar os receios de instabilidade que podiam ter sido gerados pela pandemia. Para o efeito, foi importante o contributo de todos na consolidação dos procedimentos implementados, quer em termos de segurança quer em termos de organização de trabalho.

Em paralelo, apostou-se numa revisão do sistema de avaliação tornando-o mais intuitivo, logo de mais fácil aplicação e percepção por parte dos trabalhadores.

Conseguiu-se ainda, com recurso à contratação de pessoal, reforçar algumas áreas operacionais.

Bárbara Santos
Diretora de Capital Humano

Partes Interessadas

A ARM, S.A., interage com um vasto número de entidades, numa multiplicidade de relações e influências fomentando parcerias que potenciam o desempenho da organização. Na figura seguinte, sistematiza-se o conjunto de Partes Interessadas (stakeholders) que influenciam, direta ou indiretamente, a gestão ou os resultados da empresa.



A auscultação das Partes Interessadas é realizada através de vários meios de comunicação, específicos a cada grupo de stakeholders, de forma a adequar às respetivas necessidades e expectativas. O site da ARM, S.A., e, bem assim, as suas páginas de Facebook, Twitter e Instagram são os meios de comunicação mais transversais a todas as partes interessadas.

Em 2021, as iniciativas de envolvimento e audição dos stakeholders da ARM, S.A., foram direcionadas, fundamentalmente para a comunidade, por via das campanhas dinamizadas pela ARM, S.A., no âmbito das temáticas das Águas e dos Resíduos, bem como da divulgação de comunicados nos media regionais.

Clientes

A ARM, S.A., dispõe de diversos instrumentos de relacionamento e audição de clientes, nomeadamente:

- ✔ Linhas Telefónicas (Linha Verde – gratuita - Linha Cliente e números gerais);
- ✔ Formulário de elogio, sugestão ou reclamação, enviado por correio ou meios digitais;
- ✔ Twitter, Facebook e Instagram;
- ✔ Balcão digital;
- ✔ Contacto presencial com os serviços, disponibilizando 6 balções de atendimento (2 dos quais nas lojas do cidadão da Madeira e do Porto Santo).

A análise de reclamações constitui um instrumento especialmente relevante para aferir a satisfação dos clientes, sendo elaborados relatórios anuais de “Análise das Reclamações” dos serviços prestados pela ARM, S.A.

”

O ano de 2021 foi mais uma vez caracterizado pela pandemia COVID-19 com as naturais implicações nos sistemas de informação, desde logo, e a exemplo do ano 2020, colocando problemas e oportunidades de melhoria. Se um dos maiores problemas que o ano 2021 trouxe à TI, foi sem dúvida a cibersegurança, por outro lado evidenciou oportunidades de melhoria também nessa área e noutras, nomeadamente na digitalização de processos. Em suma, ano extremamente desafiante e difícil, mas que abriu também a “janela” para muitas melhorias.

João Santana
Diretor de Sistemas de Informação

Colaboradores

Devido à situação pandémica verificada em 2021 e ao aprofundamento do teletrabalho foram fortemente condicionadas um conjunto de iniciativas junto dos colaboradores da empresa que visavam o reforço da partilha de informação e a facilitação de acesso a conteúdos e aplicações de interesse geral, tais como a realização de reuniões periódicas nas diversas instalações da empresa com a presença de todos os colaboradores dessas infraestruturas. Foram ainda suspensos os convívios com os colaboradores das diversas instalações da empresa, no entanto foram promovidas outras iniciativas, tendo em vista fortalecer o espírito de grupo e a cultura da empresa.

Deu-se continuidade ao estabelecimento de protocolos com diversas entidades e empresas em diferentes áreas de atividade que conferem benefícios para os trabalhadores e respetivos familiares.

Encontra-se em vigor um Acordo de Empresa, celebrado com os sindicatos representativos dos trabalhadores com vínculo privado, permitindo que as relações laborais dos mesmos sejam regidas por um único instrumento consensualizado com as diversas estruturas sindicais.

Este Acordo incluiu o Regime das Carreiras e funções existentes na empresa, a Tabela Salarial e o Regime das Progressões nas Carreiras.

Fornecedores

Na ARM, S.A., os processos de seleção e avaliação dos fornecedores apoiam-se, fundamentalmente, nas diretrizes estabelecidas nos seguintes documentos estruturantes:

- ✔ O Código de Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 18 de janeiro, e adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto;
- ✔ O Regulamento Interno de Aquisição de Bens e Serviços relativos aos sectores de atividades cuja contratação se encontra excluída do âmbito de aplicação do Código da Contratação Pública.

De salientar que, sempre que o valor contratual exceda determinados limites, os respetivos contratos são, nos termos legais, remetidos a visto prévio do Tribunal de Contas. Em 2021, não se verificaram quaisquer situações quer de visto tácito quer de recusa de visto.



O ambiente faz a gente mas a gente também faz o ambiente.

Jorge Ferreira
Diretor de Serviços Jurídicos

Acionistas

Os principais meios de envolvimento e auscultação dos acionistas incluem as Assembleias-Gerais que ocorrem com uma periodicidade mínima anual, onde são analisados em regra, os seguintes elementos:

- ✔ O Relatório e Contas e Demonstrações Financeiras do ano anterior;
- ✔ O Plano de Atividades quinquenal;
- ✔ O Orçamento de Investimentos (anual e quinquenal);
- ✔ O Orçamento de Exploração (anual e quinquenal).

No âmbito de reuniões periódicas com os acionistas são abordadas diversas matérias relacionadas com a atividade da ARM, S.A..



Assembleia Geral ARM, S. A.

Comunidade

Em matéria de sensibilização, divulgação e informação, promove-se a realização de visitas às instalações da empresa bem como a realização de diversas ações de sensibilização destinada à população em geral e ao público infante juvenil em particular.

Efetivamente a ARM, S.A., tem vindo, ano após ano, a reforçar a ligação com a comunidade, dando a conhecer as atividades desenvolvidas e as suas especificidades bem como educando e sensibilizando a população no sentido da adoção de comportamentos ambientalmente sustentáveis.

Os colaboradores da ARM, S.A., envolvem-se de diversas formas com a comunidade, colaborando em diversas causas sociais, nomeadamente com instituições de solidariedade social, mediante a angariação de donativos e entrega de roupas e bens alimentares.

Acresce referir que a ARM, S.A., está envolvida em diferentes projetos com diversas entidades, nomeadamente:

- ✔ Universidade da Madeira;
- ✔ Instituto Tecnológico de Canárias;
- ✔ Universidade de Las Palmas;
- ✔ Governo de Cabo Verde;
- ✔ FloatingParticle, Investigação e Desenvolvimento, S.A.

Além desta situação, importa notar a participação ativa da empresa nas associações que esta integra.

No ano de 2021, em virtude da pandemia da Covid-19, as atividades que implicavam um contacto físico de proximidade foram, naturalmente, restringidas.



Sabia que?

Pode visitar gratuitamente e conhecer as instalações da ARM?

Contacte a Direção de Comunicação, Imagem e Educação da ARM, S.A., através do 291 20 10 20 ou pelo email mkt@aguasdamadeira.pt



Entidades Oficiais

No contexto das suas atividades e competências são desenvolvidos os seguintes procedimentos junto das autoridades e/ou entidades competentes:

- ✔ Envio regular de relatórios e informações de natureza ambiental, fiscal, saúde, segurança no trabalho, entre outros, para as entidades competentes;
- ✔ Divulgação dos dados analíticos do controlo da qualidade da água para consumo humano junto dos clientes diretos, clientes municipais e Autoridade Regional da Água (DRAAC – Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas);
- ✔ Publicitação do Relatório e Contas, Regulamentos e Tarifários no site da empresa.

Por outro, periodicamente são efetuadas reuniões de articulação com as entidades oficiais com vista ao acompanhamento da atividade da empresa e o cumprimento das orientações estratégicas emanadas pela tutela Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas e Secretaria Regional das Finanças.

Desempenho e abordagem de gestão de âmbito económico, ambiental e social

Uma abordagem integrada, que tenha em consideração os diversos fatores que influenciam o desempenho de qualquer organização, é fundamental para o seu desenvolvimento de forma equilibrada e sustentável.

As principais preocupações e riscos decorrentes da atividade da ARM, S.A., correspondem, fundamentalmente, ao uso eficiente dos recursos, à sustentabilidade do modelo de gestão, à acessibilidade e à qualidade dos serviços prestados às populações e atividades económicas.

Estas preocupações determinam as abordagens e a gestão das diversas atividades da empresa, constituindo um desafio para a melhoria contínua e para a prestação de um melhor serviço e proteção do ambiente.

Aspetos Materiais ARM, S.A.,

Vertente Ambiental

Disponibilidade dos Recursos Hídricos

Monitorização da pluviosidade e Elaboração de Relatórios Hidrológicos.

Monitorização de caudais nas principais origens de água (superficiais e subterrâneas).

Gestão integrada e centralizada da informação no Sistema de Telegestão.

Implementação de medidas previstas no PGRH, nomeadamente:

- (i) intervenções nos sistemas de abastecimento e de distribuição de água, incluindo a criação de infraestruturas de Armazenamento de água superficial;
- (ii) Proteção da quantidade de água explorada em captações de água subterrânea;
- (iii) Proteção de Zonas de Infiltração Máxima.

Impactos sobre as Origens de Água

Estudo para elaboração de Planos de Segurança da Água (PSA).

Estudo para elaboração de Perímetros de proteção das origens de água.

Qualidade da água para consumo humano

Programa de Controlo Operacional da Qualidade da Água (PCO).

Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) fornecida ao cliente final.

Perímetros de proteção de origens de água dos Sistemas de Abastecimento.

Quantidades de resíduos rececionados com potencial de valorização

Aumento da eficácia e eficiência das redes de recolha seletivas e aquisição de viaturas de recolha de resíduos

Campanha de sensibilização em matéria de resíduos para a população em geral.

Otimização do processo de separação das escórias ferrosas.

Qualidade dos materiais valorizados

Otimização do sistema de triagem de resíduos de embalagens.

Fornecimento gratuito de composto nas principais instalações da empresa.

Distribuição gratuita de compostores domésticos.

Aspetos Materiais ARM, S.A.,

Vertente Ambiental	Otimização da Eficiência Energética	<p>Aprofundamento da Recuperação de energia na Central Dessalinizadora do Porto Santo.</p> <p>Substituição de equipamentos dos sistemas elevatórios de água da zona oeste do Funchal</p> <p>Instalação de Analisadores de Energia e de variadores de frequência nas instalações com maior consumo energético.</p> <p>Aquisição de serviços de Auditoria Energética e Elaboração do Plano de Racionalização Energética da Instalação de Incineração de Resíduos Sólidos Urbanos da Estação de Tratamento de Resíduos da Meia Serra.</p>
	Qualidade dos serviços e produtos	<p>Programa de Controlo Operacional da Qualidade da Água (PCO).</p> <p>Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA).</p> <p>Relatório Anual das reclamações de Clientes.</p> <p>Campanhas de caracterização de resíduos.</p>
Vertente Económica	Custos dos serviços/ produtos	<p>Gestão centralizada de compras e planeamento das contratações/aquisições.</p> <p>Otimização de processos de tratamento.</p> <p>Manutenção Preventiva e planeamento das intervenções.</p>
	Equilíbrio económico-financeiro da empresa, nos seus diversos setores de atividade	<p>Estudo de viabilidade, análise tarifária e económica da sociedade.</p>
Vertente Social	Educação e sensibilização ambiental	<p>Ações e campanhas de informação e sensibilização ambiental.</p> <p>Responsabilidade Social.</p> <p>Visitas guiadas às instalações (condicionado em 2020).</p>
	Condições de trabalho e formação	<p>Reuniões periódicas com os Representantes da Segurança e Saúde no Trabalho</p> <p>Plano anual de formação</p>
	Competências e know-how	<p>Desenvolvimento de formação profissional</p> <p>Sistema de avaliação do desempenho</p>

A identificação dos aspetos materiais considerados relevantes para a empresa teve por base processos de envolvimento informais de stakeholders (nomeadamente clientes e acionistas), bem como outros mecanismos de análise, nomeadamente a legislação, a experiência e os conhecimentos da equipa de gestão.

A abordagem dos aspetos económicos, ambientais e sociais da empresa é ainda efetuada no âmbito dos seguintes fóruns:

- ✔ Reuniões do Conselho de Administração;
- ✔ Reuniões periódicas de acompanhamento do desempenho entre o Conselho de Administração e os Gestores de Topo e Gestores Intermédios;
- ✔ Reuniões periódicas entre o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

São também identificados nos diversos documentos que reportam as principais atividades da empresa, nomeadamente:

- ✔ Relatórios de desempenho operacional elaborados pela gestão de topo e intermédia;
- ✔ Relatórios Ambientais e Relatórios de Monitorização, incluindo os elaborados no âmbito das licenças e que são periodicamente remetidos às entidades competentes;
- ✔ Relatório e Contas do exercício.

Componente Económica

A integração dos diversos sistemas de águas e de resíduos num único sistema de abrangência multimunicipal gerido pela ARM, S.A., com ambos os regimes de gestão de alta e de baixa, a partir de 2015, impôs uma reorganização dos serviços, visando a potenciação de economias de escala, gama e de processos, por via da redução dos custos e a afetação mais racional e eficiente dos recursos humanos e materiais.

O referido modelo consubstanciou não só uma resposta a especificidades próprias da Região Autónoma da Madeira mas também uma solução regional que é coerente com a legislação nacional, que preconiza a integração territorial e organizacional da gestão destas várias áreas ambientais.

Nestes termos, os custos dos serviços/produtos prestados pela ARM, S.A., assumem uma constante e fulcral preocupação da organização, já que este aspeto, entre outros, apresenta uma influência direta no acesso e continuidade aos serviços e na sustentabilidade económico-financeira da empresa.

Os custos destes serviços públicos de carácter estrutural traduzem uma condição fundamental para o estabelecimento de um sistema tarifário equitativo que reflita os custos, de forma a proporcionar maior sustentabilidade e transparência, em consonância com os princípios definidos nos regimes legais aplicáveis, sendo, desta forma, uma questão transversal às diversas partes interessadas.

No caso dos clientes, o acesso económico aos serviços passa pelo estabelecimento de tarifários compatíveis com a sua capacidade económica, monitorizadas através de indicadores de acessibilidade macroeconómica, e materializada na existência de uma tarifa volumétrica com escalões progressivos ou de um tarifário familiar para famílias numerosas.

Salienta-se, por último, que os setores de atividade desenvolvidos pela organização apresentam sérios riscos de envelhecimento infraestrutural, com elevados custos de manutenção, encontrando-se em curso um elevado volume de investimento para beneficiação de diversas infraestruturas.

Para garantir a viabilidade económica e financeira da ARM, S.A., é necessário prosseguir a trajetória de atualização tarifária média aprovada (e anexa ao contrato de concessão) por forma a assegurar a recuperação de custos e a prestação dos serviços com maior qualidade.

Para garantir a constante atualização dos quantitativos, custos, proveitos e tarifas bem como os investimentos necessários para salvaguardar a normal prestação de serviços e atingir a metas definidas, o estudo de viabilidade anexo ao contrato de concessão encontrava-se a ser revisto em 2021.

Políticas, práticas e proporções de Pagamento a fornecedores

A contratação de bens e serviços e de empreitadas encontram-se subordinadas ao previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação em vigor, adaptado à Região através do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação em vigor, que colocam especial enfoque nos princípios da transparência, da igualdade e da concorrência.

Pagamentos a Fornecedores	2021	%
Madeira	27 518 milhares €	81,78 %
Continente	5 829 milhares €	17,32 %
Açores	156 milhares €	0,46 %
União Europeia	132 milhares €	0,39 %
Países Terceiros	15 milhares €	0,04 %
TOTAL	33 650 milhares €	100 %

Pagamentos a fornecedores em 2020 (valores com IVA)

Em 2021, a ARM, S.A., efetuou transações/pagamentos com um total de 647 fornecedores, sendo 82% do volume das transações estabelecidas com fornecedores localizados na RAM.

As políticas e procedimentos de seleção e de avaliação dos fornecedores da ARM, S.A., em matérias como âmbito geográfico, avaliação ambiental, práticas laborais, direitos humanos e, ou impactos na sociedade encontram-se em conformidade com a regulamentação vigente, designadamente a subjacente à contratação pública.

No período em análise não ocorreram alterações significativas ao nível da cadeia de fornecedores da ARM, S.A.. No entanto, devido à pandemia por Covid 19, o abastecimento de bens e serviços por parte dos fornecedores esteve, por vezes, condicionado mas foram garantidas todas as necessidades sem ruturas prolongadas.

Combate à Corrupção

O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) da ARM, S.A., encontra-se disponível no site da empresa e divulgado por todos as Direções e Serviços, tendo em vista a sua correta implementação e permite um conhecimento acrescido das temáticas relativas à prevenção da corrupção e as medidas a implementar para a sua prevenção e mitigação dos riscos associados.

De salientar que o PGRCIC é alvo de monitorização, sendo revisto e complementado periodicamente de modo a incorporar novos riscos que sejam detetados e medidas preventivas que em face dos novos riscos ou em resultado da monitorização se justifiquem, procedendo-se à elaboração de um relatório anual sobre a execução do PGRCIC.

Os elementos referidos nos parágrafos anteriores são também remetidos ao Tribunal de Contas, nos termos da legislação vigente.

Componente Ambiental

As questões ambientais são para a ARM, S.A., um aspeto de primordial importância e de abordagem sistemática, dado que todas as atividades desenvolvidas pela ARM, S.A., visam a prestação de serviços públicos de caráter estrutural, essenciais ao bem-estar geral das populações, e a proteção do ambiente.

Águas

Disponibilidade dos Recursos Hídricos e efeitos das alterações climáticas

Impactos sobre as Origens de Água

Qualidade da água para consumo humano

Utilização Eficiente

Estas preocupações, para além de estarem refletidas nas variadas opções de gestão da empresa, encontram-se presentes na definição de estratégias da ARM, S.A..

Assume especial relevância a disponibilidade hídrica para utilização no regadio - dada a importância da atividade agrícola na Região em termos de subsistência e de contexto cultural - dando origem a conflituantes desafios de gestão, mormente a menor disponibilidade de água para rega em virtude da maior transferência de volumes para o abastecimento público e a maior frequência de períodos de seca, decorrentes das alterações climáticas.

De facto, a vulnerabilidade da RAM, pelas suas características climáticas e hidrogeomorfológicas, às alterações climáticas, é um fator limitante e determinante para a disponibilidade dos recursos hídricos na Ilha da Madeira. É quando a precipitação é mais escassa e quando há maior radiação solar e temperaturas mais elevadas, que os usos, consumos e maiores necessidades de água se fazem sentir com mais expressão (a necessidade de água para o regadio agrícola cresce exponencialmente durante os meses de verão, coincidindo com uma maior pressão por parte do abastecimento de água às populações, quer residentes, quer turistas).

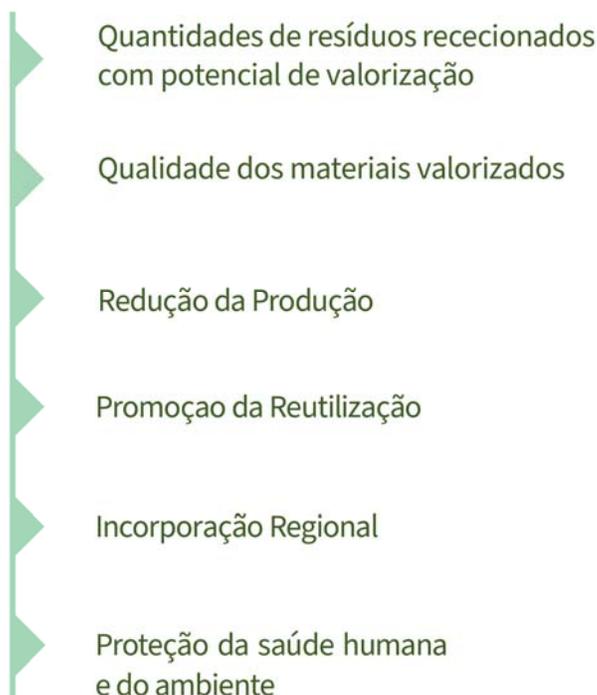
Criar reservas estratégicas de água, usá-las de forma eficiente e conciliar as necessidades dos seus diferentes utilizadores são condições essenciais para a boa gestão dos recursos hídricos em ambiente de escassez.

Paralelamente ao incremento da disponibilidade, assume uma enorme importância a eficiência do uso da água, a recuperação de sistemas e a criação de alternativas.

A qualidade de água para consumo humano é prioritária e da máxima relevância nas atividades de gestão da água desenvolvidas pela ARM, S.A., não fosse este um serviço público essencial ao bem-estar dos cidadãos e à saúde pública.

A água para consumo humano distribuída pela ARM, S.A., é sistematicamente analisada pelo Laboratório Regional de Controlo de Qualidade da Água. O controlo da qualidade da água para consumo humano é realizado de acordo com um Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), previamente aprovado pela Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC), na qualidade de Autoridade Regional da Água, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, na redação em vigor. O referido controlo incide sobre vários parâmetros distintos para cada seção de amostragem, que atendem a valores limite especificados na legislação aplicável.

Resíduos



No ano de 2020, em virtude da Pandemia do Covid-19 e os seus efeitos sobre a atividade económica, registou-se uma diminuição das quantidades totais de resíduos urbanos produzidos na RAM e, conseqüentemente, geridos pela ARM, S.A., invertendo a tendência dos últimos anos. No ano de 2021, retomou-se a tendência dos últimos anos, tendo se registado um aumento das quantidades totais de resíduos urbanos produzidos na RAM, tendo o valor se aproximado do verificado em 2019, após no ano de 2020, e em virtude da Pandemia do Covid-19 e os seus efeitos sobre a atividade económica, ter-se registado uma diminuição das quantidades totais de resíduos.

Simultaneamente e à semelhança de anos anteriores, foram dinamizadas campanhas de promoção, junto dos cidadãos de boas práticas ambientais em matéria de gestão de resíduos, com especial enfoque para a devida separação multimaterial.

Por outro lado, têm vindo a ser adotadas medidas tendentes à otimização do sistema de triagem de resíduos de embalagens através da instalação de vários equipamentos mecânicos, que têm por objetivo a melhoria de desempenho do atual sistema, reduzindo a percentagem de rejeitados e o conseqüente aumento da taxa de reciclagem.

Ainda na vertente ambiental, a energia revela-se uma questão fundamental. A ARM, S.A., tem vindo a potenciar a produção de energia elétrica conforme descrito no presente documento.

Materiais

Nas atividades de gestão de águas e resíduos desenvolvidas pela ARM, S.A., são consumidos uma diversidade de materiais.

Águas em Alta

Reagentes
Outros produtos químicos

Regadio

Materiais inertes

Águas em Baixa

Tubagem
Desinfetante
Materiais inertes

Resíduos

Reagentes
Outros produtos químicos



Edifício de Triagem da ETZL/ET

Material	Unidade	2019	2020	2021
Cimento	Ton	1 720	1 598	1 134
Contadores água	unidades	1 397	2 064	2 774
AdBlue	lts	10 020	10 254	11 721
Arame Galvanizado	kg	199	218	220
Inertes	m ³	934	905	827
Grenalha	kg	63 090	71 250	121 230
Tout-Venant	m ³	49	32	35
Betuminoso a Frio	m ³	57 860	59 750	42 750
Tubagens Diversas	ml	30 165	37 630	53 613
Hidróxido de sódio (30% e 50%)	Lts	3 110	1 020	1 020
Ácido clorídrico (33%)	Lts	1 330	1 385	1 280
Floculante LOCRON S	kg	6 622	6 697	9 997
Floculante WAC AB	Lts	24 100	9 620	26 330
Agente Anti-Incrustante	kg	4 000	3 600	3 360
Ácido acético (CH ₃ COOH)/Acetato de sódio (CH ₃ COONa)	kg	643	92	710
Carbonato de Cálcio (CaCO ₃) granulado	kg	14 400	32 100	22 400
Hipoclorito de sódio	kg	126 330	134 120	119 835
Cloro gasoso	kg	245 375	274 700	253 500
Cal viva (CaO)	Ton	1 055	1 070	886
Carvão Ativado	Ton	76	75	1 312
Ureia Técnica 46%N	Ton	126	114	83
Ácido cítrico monohidratado	kg	25	75	50
Aditivo Auspec 4500 Blue	Lts	1 248	1 272	600
Fosfato trissódico (Na ₃ PO ₄)	kg	48	42	40
Carbohidrazida KURINPOWER A 407	kg	325	265	180
Cal hidratada	kg	1 880	0	0
Combustíveis	Lts	1 001 218	997 179	976 935
Resíduos Florestais / Biomassa	Ton	7 886,60	5 425,06	6 000,72

Energia

O consumo de energia apresenta impactos significativos no desempenho das organizações, uma vez que tem efeitos diretos nos custos operacionais e na eficiência energética das empresas.

A escolha das fontes de energia introduz também consequências na pegada ambiental das instituições, nomeadamente ao nível das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e das alterações climáticas.

Na ARM, S.A., a utilização da energia constitui um fator determinante para o seu desempenho, variando consideravelmente as fontes e os consumos consoante os setores de negócio.

A principal forma de energia consumida pela organização corresponde à energia elétrica, seguindo-se o gasóleo e, com menor expressividade, a gasolina.

A maior parte do consumo de energia elétrica na ARM, S.A., está associado ao setor da gestão de água para abastecimento público devido, fundamentalmente, à elevação da água por bombagem e ao tratamento da água. Neste âmbito, a ARM, S.A., faz uma gestão otimizada dos consumos de energia dos sistemas elevatórios no seu sistema de Telegestão (maximizando as bombagens no período de vazio).

Relativamente aos combustíveis, a utilização do gasóleo concentra-se, sobretudo, no uso em viaturas, nomeadamente o consumo do combustível nas viaturas pesadas afetas à recolha e à transferência de resíduos. É ainda consumido gasóleo no processo de incineração de resíduos como combustível auxiliar e em diversos equipamentos operacionais.

Assim, a emissão de CO₂ decorrente da atividade exercida pela ARM nomeadamente a respeitante ao consumo de energia elétrica e aos combustíveis encontram-se sistematizados no quadro seguinte:

	Unidade Medida	2019	2020	2021
Consumo Energia Elétrica	GWh	48,6	48,5	42,9
Emissões CO ₂ pelo consumo de energia elétrica	t CO ₂ / ano	19.725	18.910	15.141
Consumo Combustíveis	ton/ano	837	834	817
Emissões CO ₂ pelo consumo de combustíveis	t CO ₂ / ano	2.640	2.630	2.577
Emissões totais de CO₂	t CO₂ / ano	22.365	21.540	17.718

✔ Conversão

O consumo de energia elétrica assume também importante representatividade na gestão de resíduos.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 68-A/2015 de 22 de maio, a Estação de Tratamentos de Resíduos sólidos da Meia Serra (ETRS) realizou em 2019 uma auditoria energética para a submissão ao Plano de Racionalização do Consumo de Energia (PREn). De acordo com Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE), esta instalação não está no âmbito do referido sistema, uma vez que o somatório da energia adquirida pela instalação em 2018, foi inferior a 500 tep (tonelada equivalente de petróleo). Ainda assim, a ARM S.A., optou por manter-se voluntariamente no SGCIE.

No quadro abaixo encontram-se as medidas de utilização racional de Energia a serem implementadas durante a vigência do Plano de Racionalização do Consumo de Energia.

N.º	Medida	ANO							
		2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
1	Eliminação das fugas de ar comprimido.			X					
2	Substituição dos arejadores da ETAR por outros mais eficientes.							X	
3	Instalação de Sistema de Gestão de Energia.							X	
4	Substituição dos sistemas de climatização existentes (Splits), por outros mais eficientes.							X	
5	Substituição da iluminação existente por tecnologias mais eficientes.			X					
6	Substituição de motores convencionais por motores de eficiência premium IE3.					X			

À Instalação de Incineração de Resíduos Sólidos Urbanos (IIRSU) é aplicável o Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de dezembro que aprova o regime geral da gestão de resíduos no que concerne à sua classificação de operação de tratamento. Assim sendo, e à imagem dos anos anteriores a IIRSU manteve a classificação de uma operação de gestão de resíduos de valorização R1 – Utilização principal como combustível ou outro meio de produção e energia.

No quadro abaixo encontram-se os valores de eficiência energética dos últimos seis anos.

Ano	Valor	Classificação
2016	0,63	R1 - Utilização principal como combustível ou outro meio de produção e energia
2017	0,66	R1 - Utilização principal como combustível ou outro meio de produção e energia
2018	0,62	R1 - Utilização principal como combustível ou outro meio de produção e energia
2019	0,64	R1 - Utilização principal como combustível ou outro meio de produção e energia
2020	0,643	R1 - Utilização principal como combustível ou outro meio de produção e energia
2021	0,611	R1 - Utilização principal como combustível ou outro meio de produção e energia

Ainda no âmbito da eficiência energética e na sequência da DECISÃO DE EXECUÇÃO (UE) 2019/2010 DA COMISSÃO, de 12 de novembro de 2019, que estabelece as conclusões relativas às melhores técnicas disponíveis (MTD) para incineração de resíduos, ao abrigo da Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, define na MTD 2 a determinação da eficiência elétrica bruta, da eficiência energética bruta ou da eficiência da caldeira da instalação de incineração no seu todo ou de todas as partes importantes desta.

No caso da Instalação de Incineração de Resíduos Urbanos da ETRS da Meia Serra, o parâmetro da eficiência energética associado às melhores técnicas disponíveis (VEEA-MTD) aplicado a esta instalação é o da eficiência elétrica bruta, que poderá estar no intervalo de 20 a 35. Neste momento encontra-se em preparação o estudo para a demonstração do cumprimento desta melhor técnica disponível a nível de eficiência energética.

Em suma, a ARM, S.A., tem vindo a potenciar a produção de energia elétrica para autoconsumo ou venda à Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.

No que se refere à produção de energia através da incineração de resíduos, para além de evitar o recurso a outras soluções de gestão para os respetivos resíduos, nomeadamente deposição em aterro - com a correspondente produção agravada de emissão de CO₂ - permite a produção de energia mais de 50% renovável.

Por outro lado, a construção de diversas micro e mini-hídricas com vista à promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis, associadas ao potencial

hidroenergético endógeno dos Sistemas de Abastecimento público, sob a gestão da ARM, S.A., permitirá aumentar a exportação de energia limpa e consolidar ainda mais a ARM, S.A., como uma empresa sustentável.

Neste momento a ARM, S.A., produz mais energia do que a necessita para a sua atividade tendo um balanço energético positivo de 7,3 GWh.



Água

Grande parte das atividades da ARM, S.A., alicerçam-se na gestão da água, nomeadamente a captação de água de origens subterrânea e/ou superficiais, o tratamento, a armazenagem, o transporte, o aproveitamento hidroenergético, o regadio e, no caso dos municípios aderentes, a distribuição da água até ao consumidor final. Assim, a utilização sustentável da água constitui um princípio fundamental da gestão da organização, e do ciclo hídrico dentro da empresa.

As atividades de gestão da água desenvolvidas pela organização, à exceção da limpeza dos filtros das estações, não envolvem utilizações significativas de água, sendo de focar somente o pequeno consumo associado a instalações sanitárias, balneários, refeitórios, laboratório, e outras utilizações de suporte.

Conforme já evidenciado neste documento, a distribuição de água em baixa para consumo humano regista em média perdas anuais de 10 065 m³ por km de rede, tendo no entanto se registado uma redução de 3,5 % face a 2021.

As perdas e fugas de água nos sistemas de abastecimento da ARM, S.A., (gestão em baixa) resultam, essencialmente, da antiguidade e precaridade das redes de abastecimento, enquanto que a perdas existentes na captação e tratamento da água dependem, substancialmente, da eficiência dos processos de tratamento e, portanto, muito difíceis de minimizar.

As perdas e,ou fugas de água constituem uma preocupação constante e muito presente da empresa, fazendo-a refletir na estratégia adotada pela ARM, S.A., para o curto-médio-prazo, através da aquisição de equipamentos de medição e monitorização, da promoção de programas de monitorização de perdas e fugas de água nos sistemas de abastecimento e da implementação de projetos de redução de perdas nos municípios que registam maiores percentagem de perda.

Está em vias de conclusão um investimento significativo de substituição de mais de 100 quilómetros de redes de abastecimento nos 5 municípios aderentes.

No que respeita às águas residuais, destaca-se o reaproveitamento de águas residuais urbanas tratadas na ETAR da Ponta, no Porto Santo, sendo utilizada para o rega do campo de golfe.

Componente Social

Na vertente social, e tal como já descrito ao longo do documento, destacam-se dois aspetos considerados mais relevantes para a organização:

- ✔ A educação e a sensibilização ambiental direcionadas para a comunidade;
- ✔ As condições de trabalho e formação dos colaboradores.

Relações Laborais

As relações laborais entre os trabalhadores e a ARM, S.A., são reguladas por vários instrumentos contratuais aplicáveis consoante a tipologia de vínculo a que os colaboradores estão adstritos.

Assim, para além do estipulados nos respetivos contratos de trabalho ou acordos de cedência de interesse público, dada a sua estruturação e natureza jurídica específicas, as relações laborais na ARM, S.A., cumprem com o estabelecido na legislação laboral vigente, regendo-se pela:

- ✔ Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na redação em vigor, que aprovou o Código do Trabalho (artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2014/M, de 16 de dezembro), no que se refere aos restantes colaboradores do quadro da empresa.
- ✔ Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação em vigor, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, no que se refere aos trabalhadores com vínculo de emprego público que tenham vindo a exercer funções na ARM, S.A., ao abrigo de acordo de cedência de interesse público celebrado até o dia 31 de julho de 2014;

As condições laborais dos trabalhadores da empresa são reguladas por um Acordo de Empresa, celebrado com sindicatos representativos dos trabalhadores, que tem como primordial intuito a concretização de medidas que privilegiem a igualdade, bem como uma mais eficaz proteção daqueles que constituem o imprescindível Capital Humano da empresa.

A empresa dispõe de um Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho (SIGAD), o qual permite a progressão na carreira dos colaboradores da ARM, S.A..

As condições laborais dos trabalhadores da empresa são reguladas por um Acordo de Empresa, celebrado com sindicatos representativos dos trabalhadores, que tem como primordial intuito a concretização de medidas que privilegiem a igualdade, bem como uma mais eficaz proteção daqueles que constituem o imprescindível Capital Humano da empresa.

A empresa dispõe de um Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho (SIGAD), o qual permite a progressão na carreira dos colaboradores da ARM, S.A..

Refira-se que qualquer notificação aos trabalhadores no âmbito da alteração de aspetos relevantes das condições de trabalho é efetuada nos prazos legalmente estipulados, cumprindo-se escrupulosamente a legislação, sendo igualmente salvaguardados os direitos e mecanismos de defesa dos trabalhadores.

Segurança e Saúde no Trabalho

A ARM, S.A., promove a implementação de medidas e ações que visam garantir que o desenvolvimento da sua atividade se efetua em conformidade com os requisitos legais de segurança e saúde do Trabalho, fomentando ambientes de trabalho seguros e saudáveis.

A empresa possui em vigor o Regulamento Interno de Prevenção e Controlo do Consumo de Álcool e Substâncias Psicotrópicas o qual visa a sensibilização, prevenção, dissuasão e controlo do consumo de álcool e substâncias psicotrópicas em todos os meios laborais sob responsabilidade da ARM, tendo como finalidade a proteção e segurança de todas as pessoas, sejam trabalhadores da ARM ou terceiros, e bens e cuja implementação é realizada através de profissionais de saúde. Foram realizados 221 testes em 2021, resultando em 13 inapos temporários.

Em 2021 ocorreram 87 acidentes de trabalho com os colaboradores da ARM, 1 mortal, sendo que 61 (70,1%) resultaram em baixa dos colaboradores, representando um total de 2144 dias perdidos e 25 sem baixa.

Os principais tipos de lesões registados na ARM corresponderam a “tipo de lesão desconhecido ou não especificado” e “lesões superficiais” com 24,1% e 13,8% respetivamente.

Diversidade e Igualdade de Oportunidades

A igualdade de oportunidades é para a ARM, S.A., um princípio básico do seu desempenho e do seu posicionamento institucional, não havendo, por isso, lugar à discriminação relativamente à idade, sexo, estado civil, raça, capacidade de trabalho reduzida, religião, entre outros, para com os colaboradores.

A composição do capital humano da ARM, S.A., caracteriza-se por uma prevalência significativa

A igualdade de oportunidades é para a ARM, S.A., um princípio básico do seu desempenho e do seu posicionamento institucional, não havendo, por isso, lugar à discriminação relativamente à idade, sexo, estado civil, raça, capacidade de trabalho reduzida, religião, entre outros, para com os colaboradores.

A composição do capital humano da ARM, S.A., caracteriza-se por uma prevalência significativa dos homens sobre as mulheres (83% da massa corporativa são homens), fruto da especificidade de algumas das atividades desenvolvidas na empresa, tais como a gestão de água para regadio, a gestão de água e dos resíduos (em baixa) onde, em média, o género masculino representa em mais de 90% dos colaboradores adstritos a essas atividades.

De salientar que:

- ✔ Os corpos de Gestão da ARM, S. A., (Conselho de Administração, Assessoria e Apoio à Gestão e Gestão de Topo e Intermédia) compreendem um total de 49 elementos, sendo que 21 são do sexo feminino (43 %) e 28 do sexo masculino (57 %).
- ✔ A mesa da Assembleia Geral da ARM, S.A., em 2021, era constituída por 3 membros, engloba o Presidente e um secretário do sexo masculino (66,7%) e 1 secretário do sexo feminino (33,3%).

Importa referir que são garantidos todos os direitos legalmente consagrados aos colaboradores, designadamente os relativos à proteção na parentalidade e à assistência a menores, independentemente do género do trabalhador.

Ainda no âmbito da promoção da igualdade, verifica-se que a remuneração entre géneros para as mesmas categorias profissionais é igual entre homens e mulheres, não se verificando assim qualquer tipo de discriminação em função do género do trabalhador.



*Por referência ao ano de 2020 e à remuneração mensal ganho, constante do Balanço das Diferenças Remuneratórias entre Mulheres e Homens da empresa, a que se refere a Lei n.º 60/2018, de 21 de agosto; $GPG = 1 - (\text{Remuneração Média Mulheres} / \text{Remuneração Média Homens})$

Saúde e Segurança do Cliente

A Saúde e Segurança do Cliente constitui uma prioridade para a organização nas suas diferentes áreas de atividade e competências.

Fornecimento de água para consumo humano

Garantir a qualidade da água desde as origens/captações até à torneira do consumidor é uma das principais preocupações da ARM, S.A., nos sistemas sob a sua gestão.

O Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, na redação em vigor, que regulamenta a qualidade da água para consumo humano, estabelece a periodicidade de amostragem de acordo com a população servida, e as normas de qualidade para

cada parâmetro cujo controlo é obrigatório.

Nestes termos, qualquer incumprimento de valor paramétrico é sujeito, para além da comunicação obrigatória às autoridades competentes, a um processo de averiguação com vista à identificação e análise das causas potencialmente relacionadas com a não conformidade detetada e definição de eventuais medidas corretivas e, ou preventivas para a sua resolução.

A gestão das águas residuais urbanas é regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, na sua atual redação, que transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1991, relativamente à recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas no meio aquático, pelo anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, na sua

atual redação, e pelo disposto nas licenças de rejeição de águas residuais geridas pela ARM, S.A..

Nestes termos, as inconformidades relativas ao impacto da gestão de águas residuais na saúde e segurança do cliente, durante o seu ciclo de vida, encontram-se asseguradas pela verificação e cumprimento da norma legal acima evidenciada.

Gestão de águas residuais

Gestão de resíduos

O Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua redação atual, que estabelece o regime geral da gestão de resíduos, tem por objeto a prevenção ou redução da produção de resíduos, o seu carácter nocivo e os impactes adversos decorrentes da sua produção e gestão, bem como a diminuição dos impactes associados à utilização dos recursos, de forma a melhorar

a eficiência da sua utilização e a proteção do ambiente e da saúde humana.

Deste modo, a conformidade na saúde e segurança do cliente dos eventuais impactos advenientes da gestão de resíduos, durante o seu ciclo de vida, é assegurada pelo cumprimento do referido Decreto-Lei.

TAXONOMIA DAS ATIVIDADES AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS

A Comissão Europeia adotou um conjunto de medidas destinadas a assegurar a neutralidade climática da Europa até 2025, orientando as empresas a realizar investimentos para tecnologias mais sustentáveis.

Estas medidas englobam a taxonomia da União Europeia (UE) no domínio climático, que visa apoiar o investimento sustentável esclarecendo quais são as atividades económicas que mais contribuem para a realização dos objetivos ambientais da UE, bem como diretrizes relativas à comunicação sobre a sustentabilidade pelas empresas, melhorando o fluxo de informações, e reforçando a fiabilidade e a comparabilidade das informações sobre a sustentabilidade no mundo empresarial.

A Taxonomia da UE é um instrumento de transparência robusto e baseado em dados científicos, para utilização pelas empresas e pelos investidores. Corresponde a um sistema de classificação, que permite identificar e catalogar oportunidades de investimento que contribuam de forma significativa para os objetivos ambientais, minimizando os impactos negativos em todas as áreas, inclusive na social.

Ao identificar atividades economicamente sustentáveis do ponto de vista ambiental será possível aumentar o investimento sustentável, promover a transparência nas operações económicas e financeiras e reorientar os fluxos de capital para investimentos verdes, alcançando um crescimento sustentável e inclusivo.

Em suma, é possível dizer que a taxonomia de sustentabilidade da UE permitirá que os investidores e as empresas classifiquem de forma consistente os produtos financeiros com base nas suas credenciais verdes.

Depois do Regulamento da Taxonomia Verde ter sido aprovado em 2020, em dezembro de 2021, através de atos delegados da Comissão Europeia, foram promulgados dois Regulamentos Delegados relativos à adoção da Taxonomia Verde, cuja entrada em vigor tornou-se efetiva a partir de 1 de janeiro de 2022, com aplicabilidade para o reporte de informação do ano de 2021.

O regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020 estabelece critérios para determinar se uma atividade económica é qualificada como sustentável do ponto de vista ambiental, com vista a estabelecer em que grau um investimento é sustentável do ponto de vista ambiental.

Com o objetivo de se determinar em que grau um investimento é sustentável do ponto de vista ambiental, uma atividade económica é qualificada como sustentável do ponto de vista ambiental se essa atividade económica contribuir substancialmente para a prossecução de um dos seguintes objetivos ambientais:

- ✔ A mitigação das alterações climáticas;
- ✔ A adaptação às alterações climáticas.

Contributo substancial para a mitigação das alterações climáticas

Uma atividade económica é qualificada como contribuindo substancialmente para a mitigação das alterações climáticas, se essa atividade contribuir, substancialmente, para a estabilização das concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera, a um nível que evite uma interferência antropogénica perigosa no sistema climático compatível com a meta de longo prazo em matéria de temperatura fixada no Acordo de Paris, através da prevenção ou redução das emissões de gases com efeito de estufa ou do aumento das remoções de gases com efeito de estufa.

Contributo substancial para a adaptação às alterações climáticas

Uma atividade económica é qualificada como contribuindo substancialmente para a adaptação às alterações climáticas, se essa atividade:

- ✔ Incluir soluções de adaptação que reduzem, substancialmente, o risco de efeitos negativos do clima atual e da sua evolução prevista para o futuro sobre essa atividade económica ou que reduzem, substancialmente, esses efeitos negativos, sem aumentar o risco de efeitos negativos sobre as pessoas, a natureza ou os ativos;

OU

- ✔ Proporcionar soluções de adaptação que contribuem, substancialmente, para evitar ou reduzir o risco de efeitos negativos do clima atual e da sua evolução prevista para o futuro sobre as pessoas, a natureza ou os ativos, sem aumentar o risco de efeitos negativos sobre outras pessoas, a natureza ou os ativos.

Para determinar se uma atividade económica contribui, substancialmente, para a mitigação das alterações climáticas ou para a adaptação às mesmas, utilizam-se os critérios técnicos de avaliação:

- ✔ Asseguram que essa atividade tem um impacto positivo no objetivo climático ou reduz o impacto negativo nesse objetivo;
- ✔ Remetem para limiares ou níveis de desempenho que a atividade económica deve atingir para se poder considerar que contribui, substancialmente, para o cumprimento de algum dos referidos objetivos climáticos;
- ✔ Especificam os requisitos mínimos que a atividade económica deve cumprir para se qualificar como sustentável do ponto de vista ambiental.

As atividades definidas nos anexos I e II do Regulamento Delegado (UE) 2021/2139, como atividades económicas passíveis de serem qualificadas como contribuindo substancialmente para a mitigação das alterações climáticas ou para a adaptação às alterações climáticas, nos domínios da “**Energia**” e “**Abastecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e descontaminação**”, onde se insere a atividade da ARM, S.A., são descritas nos itens seguintes, e enquadradas com as áreas de atuação da ARM, S.A..

De referir, que as atividades da ARM, S.A., que possam ser elegíveis para a Taxonomia Verde, dada a sua natureza, e considerando o Regulamento Delegado (UE) 2021/2139, serão simultaneamente atividades elegíveis para contribuir para os objetivos climáticos da mitigação das alterações climáticas bem como para a adaptação às alterações climáticas.

A 5.1 - Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água

A 5.2 - Renovação de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água

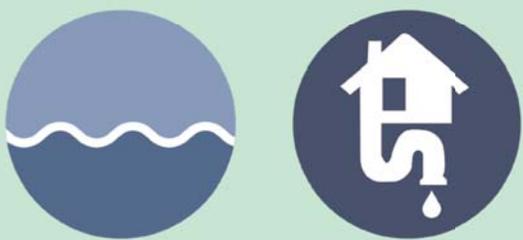
A ARM, S.A., tem a responsabilidade da gestão de água de abastecimento público em regime de alta, incluindo captação, transporte, produção, tratamento, armazenagem, adução, distribuição e aproveitamento hidroenergético, bem como a gestão de água de abastecimento público em regime de baixa, incluindo captação, transporte, tratamento, armazenagem e distribuição ao consumidor final;



Neste setor, as suas atividades são desenvolvidas em **alta** (em toda a Região, com exceção dos concelhos de São Vicente e Porto Moniz) e em **baixa** abrangendo a distribuição de água para consumo humano, na área geográfica que coincide com as áreas administrativas dos cinco Municípios aderentes aos sistemas concessionados (Câmara de Lobos, Machico, Porto Santo, Ribeira Brava e Santana). Para além do fornecimento de água em baixa aos municípios aderentes, a sociedade assegura, ainda, o fornecimento em baixa a clientes industriais relativamente aos quais os respetivos municípios não reuniam condições para prestar o serviço.

A 5.3 - Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais

A 5.4 - Renovação de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais



No **sector das águas residuais**, a ARM, S.A., tem a responsabilidade de assegurar a gestão de águas residuais urbanas em regime de alta e baixa, desde a drenagem até ao tratamento e/ou envio a destino final, na área geográfica que coincide com as áreas administrativas dos cinco Municípios aderentes aos sistemas concessionados (Câmara de Lobos, Machico, Porto Santo, Ribeira Brava e Santana), atividades que são elegíveis para a taxonomia verde.

A 5.5 - Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem

No sector dos resíduos, a ARM, S.A., é responsável pela **gestão de resíduos em baixa** na área geográfica que coincide com as áreas administrativas dos cinco Municípios aderentes aos sistemas concessionados (Câmara de Lobos, Machico, Porto Santo, Ribeira Brava e Santana), efetuando a recolha seletiva e indiferenciada de resíduos urbanos da competência municipal.

A atividade da recolha de resíduos urbanos indiferenciados não é elegível, pelo que a mesma não foi considerada no numerador dos ICD -Indicadores Chave de Desempenho.





A 5.8 - Compostagem de biorresíduos

A ARM, S.A., gere a Instalação de Compostagem da ETRS da Meia Serra que tem por finalidade a valorização orgânica dos resíduos de jardins, através do processo de degradação biológica aeróbia, permitindo assim a obtenção de um produto 100% natural, de valor acrescentado à prática da agricultura e que retornará ao meio ambiente.

A 5.9 - Recuperação de materiais a partir de resíduos não perigosos

No que se refere à **gestão de resíduos em alta**, que inclui as operações de valorização e eliminação de resíduos, nomeadamente transferência, triagem, valorização orgânica e energética, bem como outras formas de tratamento, e o envio ou deposição em destino final, a atividade da empresa abrange toda a área geográfica da RAM.

Os processos utilizados pela ARM, S.A., para dar resposta aos resíduos produzidos na RAM são aplicados consoante a tipologia de resíduo em questão: os resíduos sólidos urbanos não recicláveis são alvo de valorização energética, os resíduos provenientes da recolha seletiva são rececionados por fluxo e, ou fileira e posteriormente triados, consoante as especificações técnicas definidas pelas entidades gestoras e, ou encaminhados para reciclagem ou para outras formas de tratamento (valorização ou eliminação) na Região ou no Continente, enquanto outros resíduos são muitas vezes também reciclados ou valorizados de alguma forma.

Neste enquadramento nem toda a atividade de gestão de resíduos em alta é elegível para a Taxonomia Verde.



A 4.5 - Produção de eletricidade a partir de energia hidroelétrica



A atividade de abastecimento de água, permite que a empresa, como atividade complementar, produza energia elétrica.

Uma das condutas, designadamente a do sector ocidental, foi equipada com uma central mini-hídrica de 0,7 MW – a Central Mini-Hídrica da Terça, que turbina caudais tratados antes da injeção nos sistemas de distribuição sem qualquer prejuízo da qualidade da água.

Esta atividade é elegível no âmbito da Taxonomia Verde.

De referir que a ARM, S.A., exerce, ainda, atividades previstas no contrato de concessão ao nível da gestão de sistemas no **sector do regadio agrícola** em regime de alta e de baixa, incluindo captação, transporte, armazenamento e distribuição ao consumidor final. No entanto, e não obstante a agricultura desempenhar um papel central na mitigação das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que reverte a perda de biodiversidade e promove outros objetivos de desenvolvimento sustentável, uma vez que a União Europeia decidiu adiar a inclusão do setor agrícola até ao próximo Ato Delegado, considerou-se que nesta avaliação das atividades elegíveis para a taxonomia a Captação e Distribuição de água para regadio não é elegível.

Na tabela seguinte, relacionam-se as atividades da ARM, S.A., com as atividades económicas passíveis de serem qualificadas como contribuindo, substancialmente, para a **“Mitigação das Alterações Climáticas”** ou para a **“adaptação às alterações climáticas”**, no domínio da **“Energia”** e do **“Abastecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e descontaminação”**.

ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES DA ARM, S.A., NA TAXONOMIA VERDE

Área de Negócio/Atividade ARM	Atividade Taxonomia	Código NACE*1	Elegibilidade taxonomia
Abastecimento em alta			
ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ALTA			
CONSTRUÇÃO/EXPLORAÇÃO	A 5.1	E.36.00	MAC/AAC
RENOVAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO	A 5.2	E.36.00	MAC/AAC
PRODUÇÃO DE ENERGIA HÍDRICA	A 4.5	D.35.11	MAC/AAC
Saneamento em alta			
ÁGUAS RESIDUAIS EM ALTA			
CONSTRUÇÃO/EXPLORAÇÃO	A 5.3	E.37.00	MAC/AAC
RENOVAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO	A 5.4	E.37.00	MAC/AAC
Distribuição e Drenagem			
DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA EM BAIXA			
CONSTRUÇÃO/EXPLORAÇÃO	A 5.1	E.36.00	MAC/AAC
RENOVAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO	A 5.2	E.36.00	MAC/AAC
DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS			
CONSTRUÇÃO/EXPLORAÇÃO	A 5.3	E.37.00	MAC/AAC
RENOVAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO	A 5.4	E.37.00	MAC/AAC
Monitorização e controlo da qualidade da água			
ANÁLISES DE ÁGUA	NÃO ELEGÍVEL		
Regadio			
REGADIO			
CONSTRUÇÃO/EXPLORAÇÃO	NÃO ELEGÍVEL		
RENOVAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO	NÃO ELEGÍVEL		
Recolha de Resíduos			
RECOLHA DE RESÍDUOS			
RECOLHA SELETIVA	A 5.5		MAC/AAC
RECOLHA DE INDIFFERENCIADOS	NÃO ELEGÍVEL		
Resíduos em Alta			
COMPOSTAGEM			
COMPOSTAGEM DE BIORESÍDUOS	A 5.8	E.38.21	MAC/AAC
RECEÇÃO EM ECOCENTRO/TRIAGEM/TRANSPORTE DE RESÍDUOS PARA RECICLAGEM/VALORIZAÇÃO/TRITURAÇÃO DE PNEUS			
EMBALAGENS DE PAPEL/CARTÃO	A 5.9	E.38.32	MAC/AAC
EMBALAGENS DE PLÁSTICO	A 5.9	E.38.32	MAC/AAC
EMBALAGENS DE VIDRO	A 5.9	E.38.32	MAC/AAC
EMBALAGENS METÁLICAS	A 5.9	E.38.32	MAC/AAC
SUCATA	A 5.9	E.38.32	MAC/AAC
PNEUS USADOS	A 5.9	E.38.32	MAC/AAC
REEE NAO PERIGOSOS	A 5.9	E.38.32	MAC/AAC
REEE PERIGOSOS	NÃO ELEGÍVEL		
VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA			
RESÍDUOS ENCAMINHADOS PARA INCINERAÇÃO	NÃO ELEGÍVEL		
RESÍDUOS DEPOSITADOS EM ATERRO DE INERTES	NÃO ELEGÍVEL		
RESÍDUOS DEPOSITADOS EM ATERRO SANITÁRIO	NÃO ELEGÍVEL		
OUTROS	NÃO ELEGÍVEL		
PRODUÇÃO DE ENERGIA TÉRMICA	NÃO ELEGÍVEL		
PRODUÇÃO DE ESCÓRIAS FERROSAS	NÃO ELEGÍVEL		
TRATAMENTO DE RESÍDUOS HOSPITALARES			
RESÍDUOS HOSPITALARES - GRUPO III	NÃO ELEGÍVEL		
RESÍDUOS HOSPITALARES - GRUPO IV	NÃO ELEGÍVEL		

NACE - Nomenclatura estatística das atividades económicas estabelecida pelo Regulamento (CE) n.º 1893/2006

MAC - Atividade económica elegível para contribuir substancialmente para a Mitigação das Alterações Climáticas

AAC - Atividade económica elegível para contribuir substancialmente para a Adaptação às Alterações Climáticas

INDICADORES – CHAVE DE DESEMPENHO (ICD)

Uma vez identificadas as atividades elegíveis para contribuir para a prossecução dos objetivos ambientais de mitigação e adaptação às alterações climáticas, a ARM, S.A., determinou a proporção das atividades económicas elegíveis e não elegíveis para taxonomia em relação ao total do seu volume de negócios, despesas de capital e despesas operacionais nos seguintes termos:

ICD relacionado com o volume de negócios (ICD volume de negócios)

A proporção do volume de negócios foi calculada como a parte do volume de negócios líquido resultante de produtos ou serviços, nomeadamente intangíveis, associada a atividades económicas elegíveis pela taxonomia (numerador), dividida pelo volume de negócios líquido (denominador).



ICD relativo às despesas de capital (ICD CapEx)

A proporção das CapEx é calculada como o quociente entre o numerador e o denominador aferidos da seguinte forma:

- ✓ O denominador abrange os acréscimos aos ativos tangíveis e intangíveis durante o exercício considerado antes da depreciação, amortização e quaisquer remensurações;
- ✓ O numerador corresponde à parte das despesas de capital incluída no denominador que esteja relacionada com ativos ou processos associados a atividades económicas elegíveis para a taxonomia.

ICD relativo às despesas operacionais (ICD OpEx)

A proporção das OpEx é calculada como o quociente entre o numerador e o denominador aferidos da seguinte forma:

- ✓ O denominador deve cobrir os custos diretos não capitalizados relacionados com a investigação e desenvolvimento, as medidas de renovação de edifícios, a locação a curto prazo, a manutenção e a reparação, bem como quaisquer outras despesas diretas relacionadas com a manutenção diária dos ativos fixos tangíveis, pela empresa ou por terceiros a quem sejam subcontratadas atividades, que sejam necessárias para assegurar o funcionamento continuado e efetivo desses ativos;
- ✓ O numerador corresponde à parte das despesas operacionais incluída no denominador que esteja relacionada com ativos ou processos associados a atividades económicas elegíveis para a taxonomia, incluindo necessidades de formação e outras necessidades de adaptação dos recursos humanos, e custos diretos não capitalizados que representem investigação e desenvolvimento.

A informação contabilística da ARM, S.A., é classificada em quatro dimensões da contabilidade analítica da empresa, cuja respetiva conjugação permite que sejam individualizados os custos e proveitos por cada área de negócio e por cada atividade da empresa.

Código Dimensão	Dimensão Analítica
01	Unidade Orgânica
03	Atividade *1
04	Produto *2
06	Auxiliar

Dimensões suporte à contabilidade analítica da ARM, S.A.

*1 - A dimensão atividade individualiza as atividades da ARM, S.A..

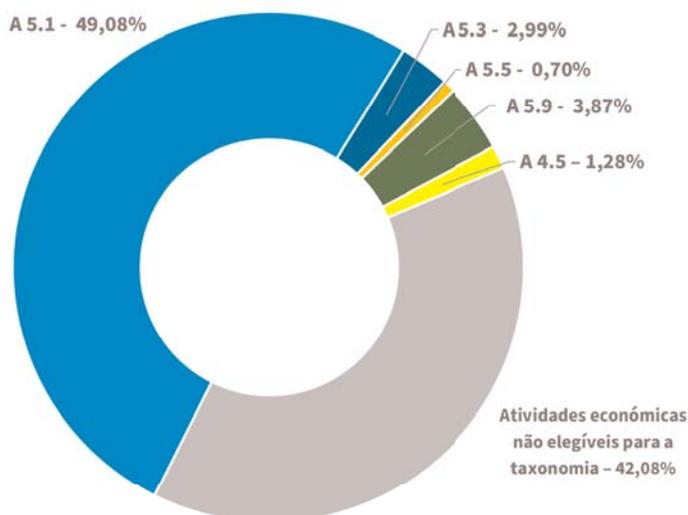
*2 - A dimensão produto individualiza os sistemas da ARM, S.A., ou fluxos de vendas.

Com base nesta informação e na sua análise, foi possível à ARM, S.A., distinguir dentro de cada atividade quais as proporções de volume de negócios, CapEx e OpEx são imputadas ao cálculo dos Indicadores – Chave de Desempenho (ICD) da empresa no âmbito da Taxonomia Verde, garantindo que não há uma dupla contabilização.

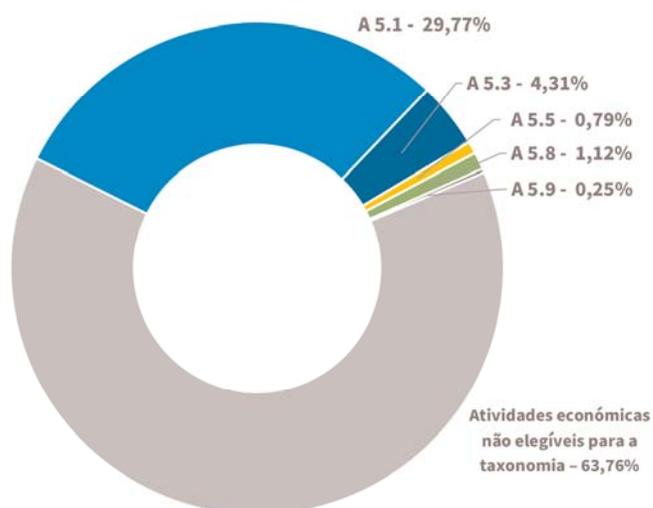
De salientar que os custos e as receitas que decorrem das atividades partilhadas pelas áreas de negócio da empresa não são contabilizadas como elegíveis.

A informação do volume de negócios e das despesas de capital relativas ao exercício de 2021 está detalhada nas páginas 106 e 101 deste relatório, respetivamente.

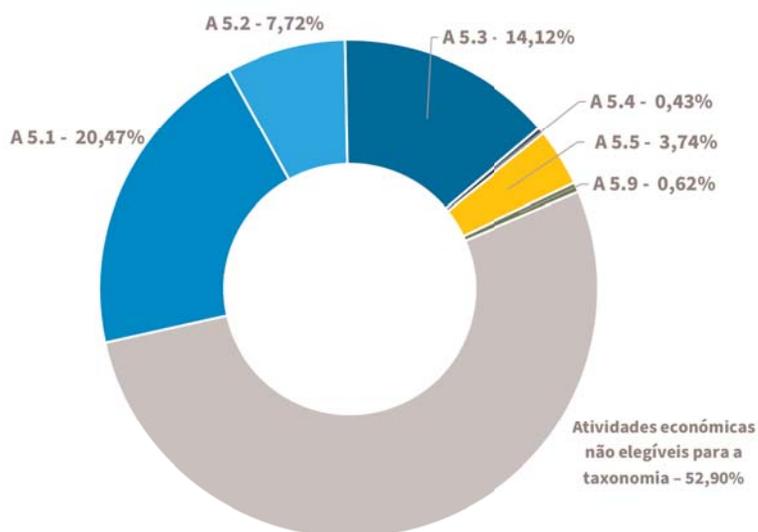
VOLUME DE NEGÓCIOS ARM



OPEX ARM

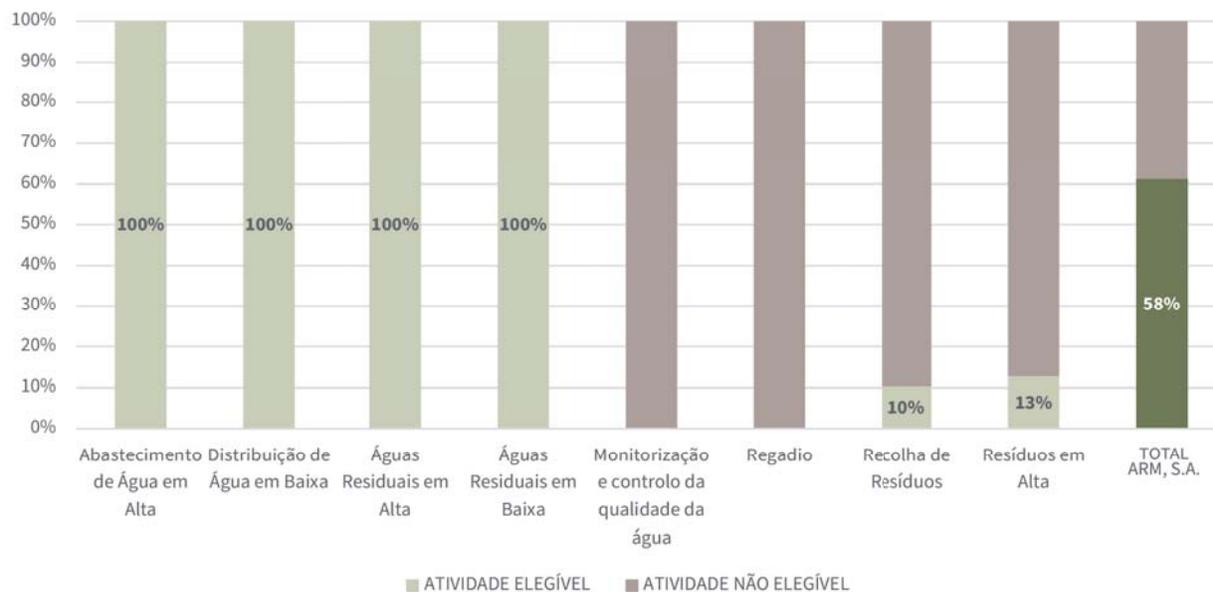


CAPEX ARM

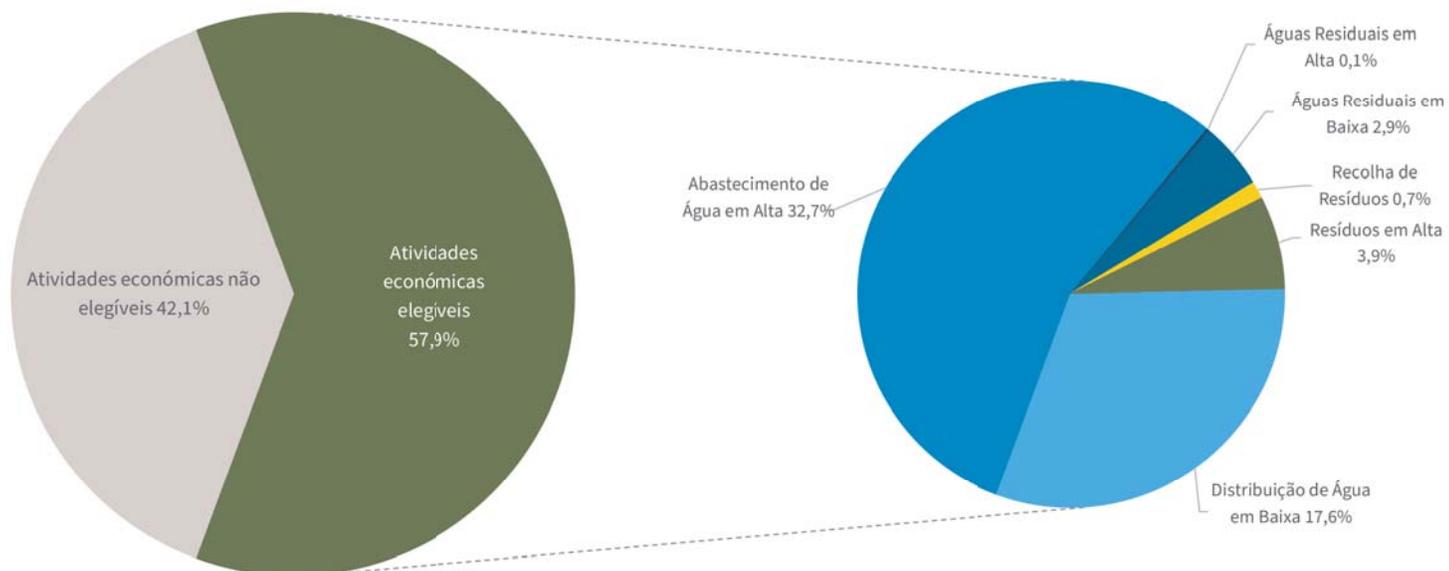


-  A 4.5 - Produção de eletricidade a partir de energia hidroelétrica
-  A 5.1 - Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água
-  A 5.2 - Renovação de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água
-  A 5.3 - Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais
-  A 5.4 - Renovação de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais
-  A 5.5 - Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem
-  A 5.8 - Compostagem de biorresíduos
-  A 5.9 - Recuperação de materiais a partir de resíduos não perigosos

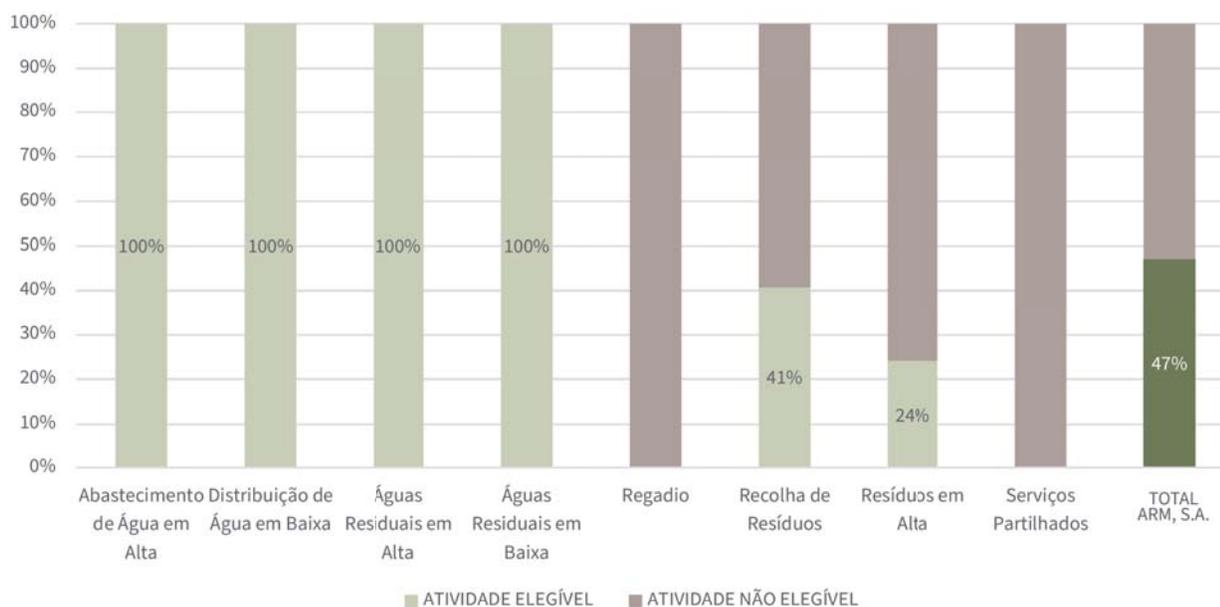
VOLUME DE NEGÓCIOS ELEGÍVEL PARA A TAXONOMIA VERDE POR ÁREA DE NEGÓCIO DA ARM



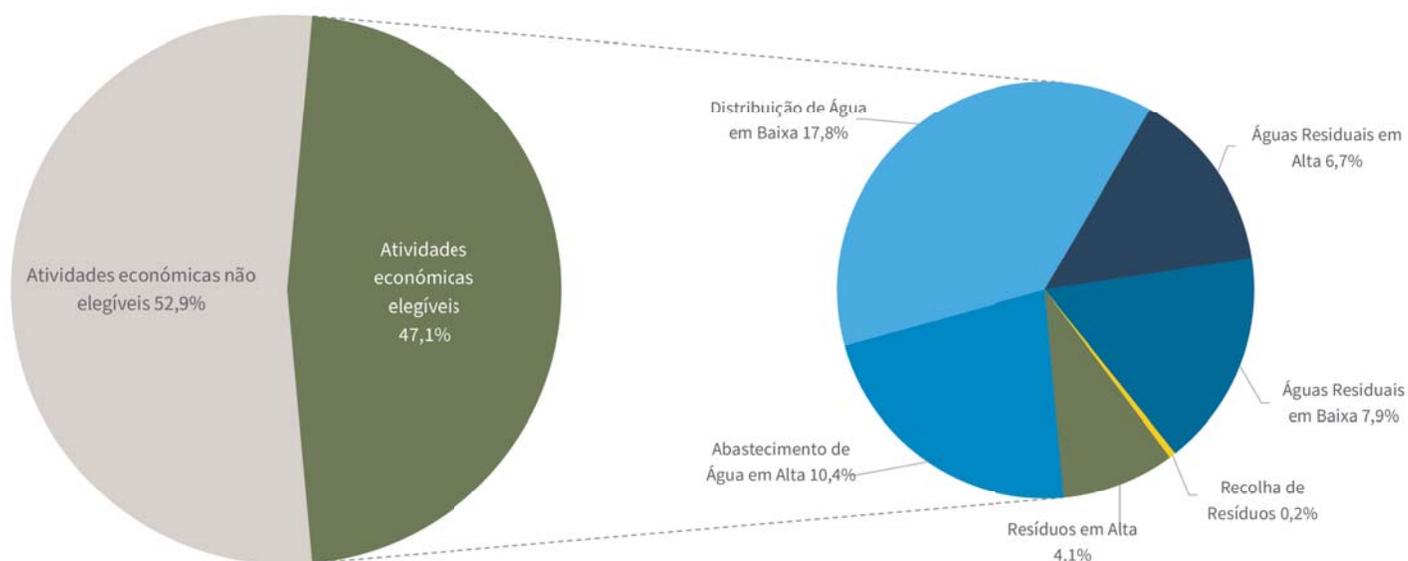
VOLUME DE NEGÓCIOS % de Elegibilidade por área de negócio



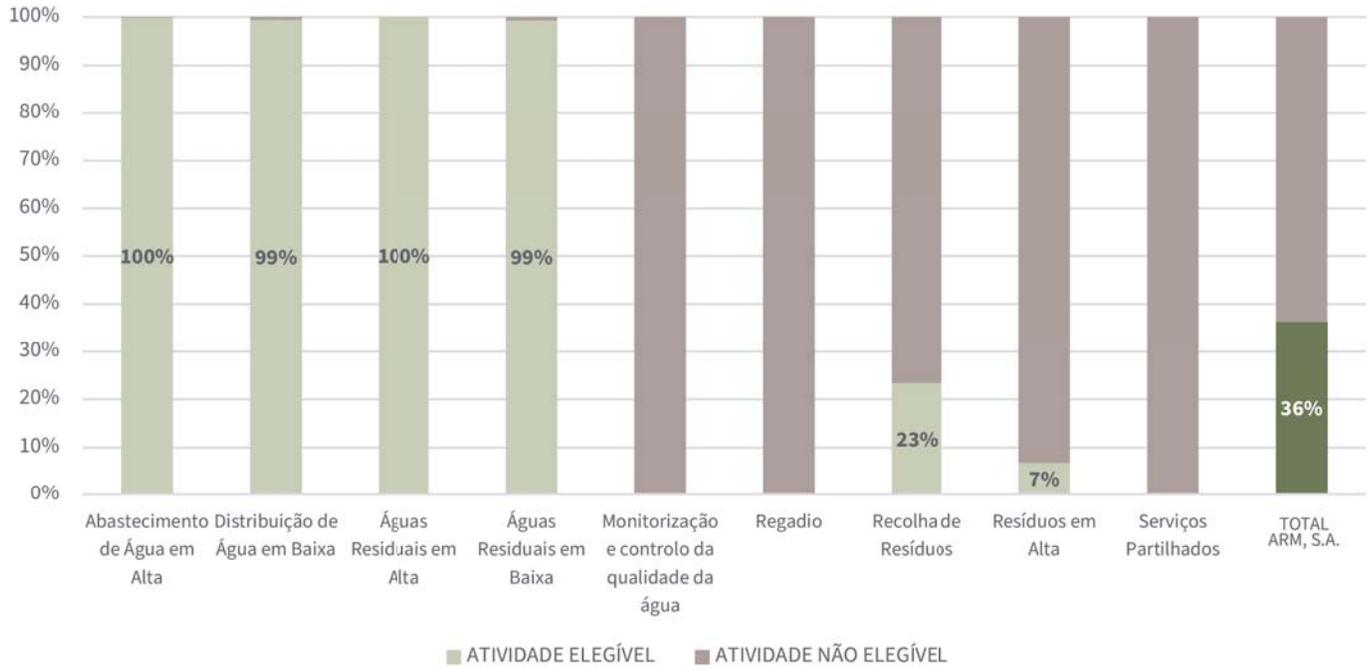
CAPEX ELEGÍVEL PARA A TAXONOMIA VERDE POR ÁREA DE NEGÓCIO DA ARM



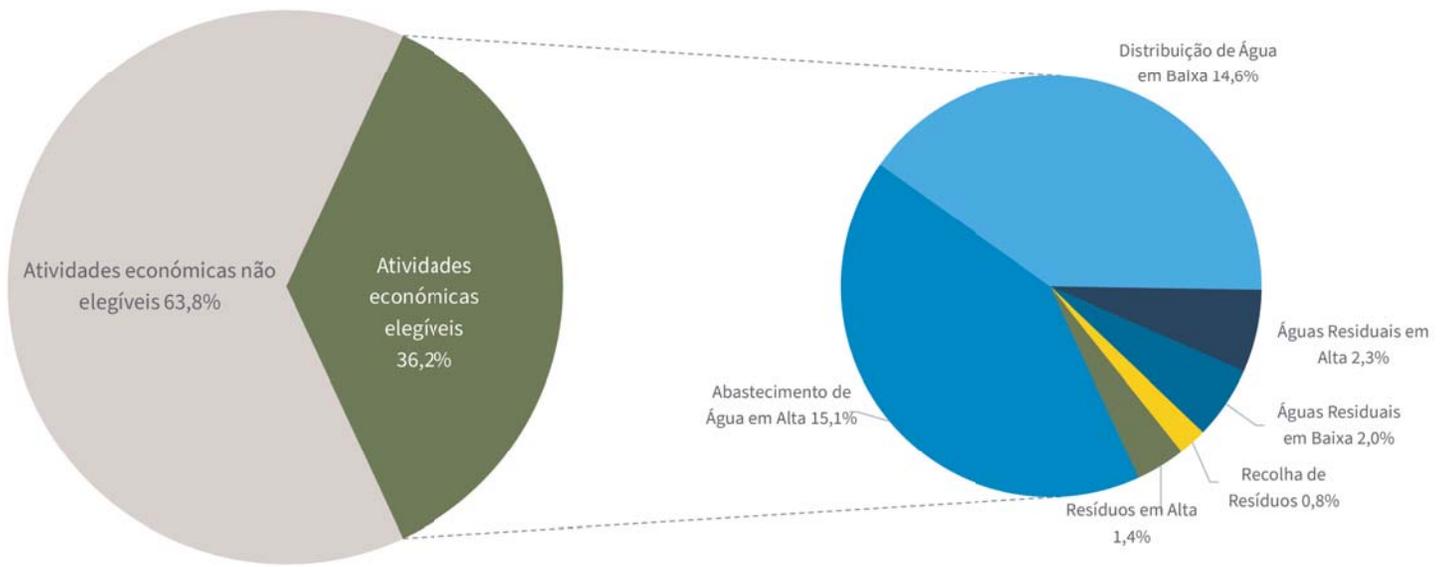
CAPEX % de Elegibilidade por área de negócio



OPEX ELEGÍVEL PARA A TAXONOMIA VERDE POR ÁREA DE NEGÓCIO DA ARM



OPEX % de Elegibilidade por área de negócio



Em resumo, a proporção das atividades económicas da ARM, S.A., elegíveis e não elegíveis para a Taxonomia Verde em relação ao total do volume de negócios, despesas de capital e despesas operacionais, é apresentada no quadro seguinte:

Indicador	Total (€M)	Atividades económicas elegíveis (%)	Atividades económicas não elegíveis (%)
Volume de negócios	35,60	61%	39%
Despesas de Capital (CapEx)	13,64	47%	53%
Despesas Operacionais (OpEx)	5,06	36%	64%

Sumário do Conteúdo da Demonstração Não Financeira

No quadro seguinte, é apresentado o sumário do conteúdo da demonstração não financeira, que aborda alguns dos aspetos materiais que refletem os impactos económicos, ambientais e sociais mais significativos para a organização e respetivos limites, no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021, enquadrando os temas apresentados com as orientações da Global Reporting Initiative (GRI).

De referir que, no exercício de 2021 não foi comunicada à Administração da ARM, S.A., através dos canais para o efeito disponíveis, qualquer ocorrência relacionada com matérias respeitantes a direitos humanos, corrupção e tentativas de suborno, pelo que não existem indicadores a reportar a este respeito.



GRI Standards	Divulgação	Observações / Página do relatório
GRI 102: CONTEÚDOS GERAIS	GRI: INDICADORES UNIVERSAIS	
	GRI 102-1	Nome da organização. 10
	GRI 102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços. 20-21
	GRI 102-3	Localização da sede da organização. 10
	GRI 102-4	Localização das operações da organização. 25;30;35;38;43;51;57;71;75
	GRI 102-5	Tipo e natureza jurídica da organização. 10-11
	GRI 102-6	Mercados abrangidos. 25;30;35;38;43;51;57;71;75
	GRI 102-7	Escala da organização. 16-19;20-75;105-119
	GRI 102-8	Informações sobre funcionários (próprios e terceiros). 15-19
	GRI 102-9	Cadeia de fornecedores. 146;154
	GRI 102-10	Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores. 146;154
	GRI 102-11	Princípio da precaução 139-140
	GRI 102-12	Iniciativas externas. 137-138
	GRI 102-13	Afiliações a associações. 138
	GRI 102-14	Mensagem do Presidente. 9
GRI 102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento. 14;141	
GRI 102-18	Estrutura de governança. 10-12;15	
GRI 102-40	Lista de grupos de partes interessadas da organização 143	

GRI Standards	Divulgação	Observações / Página do relatório	
GRI 100: INDICADORES UNIVERSAIS			
GRI 102: CONTEÚDOS GERAIS	GRI 102-41	Acordos coletivos de trabalho.	145
	GRI 102-42	Identificar e selecionar as partes interessadas.	143-149
	GRI 102-43	Abordagem para o envolvimento das partes interessadas.	143-149
	GRI 102-46	Definição do conteúdo do relatório e limites de cada tema material.	135-152
	GRI 102-47	Lista de temas materiais.	150-152
	GRI 102-50	Período coberto pelo relatório.	135
	GRI 102-52	Ciclo de emissão de relatórios.	135
	GRI 102-53	Dados para contato em relação ao relatório.	188
	GRI 102-54	Opção "de acordo" escolhida pela organização.	135
	GRI 102-55	Sumário de conteúdo GRI Standards.	184
	GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO	GRI 103-1	Tema material e âmbito
GRI 103-2		Abordagem de gestão e suas componentes	149-168
GRI 103-3		Avaliação da abordagem de gestão	149-168
GRI 200: ECONÓMICAS			
GRI 201: Desempenho Económico	GRI 201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	105-118
	GRI 201-4	Assistência financeira do Estado	107
GRI 204: Práticas de Aquisição	GRI 204-1	Proporção de custos com os fornecedores locais	154

GRI Standards	Divulgação		Observações / Página do relatório
GRI 205: Combate a Corrupção	GRI 205-1	Atividades analisadas quanto aos riscos relacionados com corrupção	141;155
GRI 300: AMBIENTAIS			
GRI 301: Materiais	GRI 301-1	Materiais usados em peso ou volume	159
GRI 302: Energia	GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização	75;160-163
GRI 303: Água	GRI 303-1	Água como recurso compartilhado	163-164
GRI 308: Análise ambiental dos fornecedores	GRI 308-1	Novos fornecedores que foram analisados em critérios ambientais	154
GRI 400: SOCIAIS			
GRI 401: Emprego	GRI 401-1	Novos colaboradores contratados e rotatividade dos colaboradores	16
GRI 402: Relações laborais	GRI 402-1	Prazo mínimo para notificação sobre mudanças operacionais	164-165
GRI 403: Saúde e segurança no trabalho	GRI 403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional	79-80;165
	GRI 403-5	Formação de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional	79-80;165
	GRI 403-6	Promoção da saúde do trabalhador	79-80;165
	GRI 403-7	Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente ligado por relações comerciais	79-80;165
	GRI 403-8	Trabalhadores abrangidos pelo sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional	79-80;165
	GRI 403-9	Lesões relacionadas com o trabalho	165

GRI Standards	Divulgação	Observações / Página do relatório
GRI 400: SOCIAIS		
GRI 404: Educação e formação	GRI 404-1 Média de horas de formação, por ano, por colaborador	19
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades	GRI 405-1 Diversidade nos órgãos de governo e nos colaboradores	166-167
GRI 413: Comunidades locais	GRI 413-1 Operações com programas de envolvimento, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento local	83-95
GRI 414: Análise social dos fornecedores	GRI 414-1 Novos fornecedores que foram avaliados em critérios sociais	154
GRI 416: Saúde e segurança dos consumidores	GRI 416-2 Episódios de não-conformidade relativos aos impactes dos produtos e serviços na saúde e na segurança	27;35

Sumário do Conteúdo da Demonstração Não Financeira



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





Entidade: ARM - Águas e Resíduos da Nadeira, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-21	31-dez-20
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9.1.	1 056 069,63	1 097 299,06
Ativos intangíveis	10.	252 079 656,58	257 933 768,72
Clientes	17.2.	409 108,83	786 208,84
Créditos a receber	19.2.	5 434 279,72	8 821 169,47
Ativos por impostos diferidos	15.3.	8 381 449,70	7 848 882,20
		267 360 564,46	276 487 328,29
Ativo corrente			
Inventários	12.1.	3 461 156,65	3 604 661,61
Clientes	17.1.	33 286 238,91	28 390 136,09
Estado e outros entes públicos	22.	861 679,55	494 210,77
Outros créditos a receber	19.1.	25 594 044,34	24 032 768,77
Diferimentos	23.	353 762,04	281 748,75
Caixa e depósitos bancários	6.	6 955 959,14	16 341 942,61
		70 512 840,63	73 145 468,60
Total do Ativo		337 873 405,09	349 632 796,89
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	21.	19 705 500,00	19 705 500,00
Reservas legais		3 941 100,00	3 941 100,00
Outras reservas		8 107 558,95	7 702 775,06
Resultados transitados		12 698 017,77	12 698 017,77
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	14.2.	117 263 697,32	118 531 310,22
Resultado líquido do período		2 490 297,96	404 783,89
Total do capital próprio		164 206 172,00	162 983 486,94
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16.	128 233 272,57	137 259 541,71
Financiamentos obtidos	7.	3 705 000,00	4 142 500,00
Outras dívidas a pagar	20.2.	21 773 174,24	23 083 158,44
		153 711 446,81	164 485 200,15
Passivo corrente			
Fornecedores	18.	6 534 641,70	3 971 050,41
Adiantamentos de clientes		69 250,18	27 169,23
Estado e outros entes públicos	22.	411 460,44	404 878,30
Financiamentos obtidos	7.	4 712 500,00	9 212 500,00
Outras dívidas a pagar	20.1.	7 627 507,50	7 896 406,59
Diferimentos	23.	600 426,46	652 105,27
		19 955 786,28	22 164 109,80
Total do passivo		173 667 233,09	186 649 309,95
Total do capital próprio e do passivo		337 873 405,09	349 632 796,89

Entidade: ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	13.	35 603 728,09	35 099 580,64
Subsídios à exploração	14.1.	5 662 446,95	5 304 566,42
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12.2.	-3 086 747,49	-2 701 499,17
Fornecimentos e serviços externos	24.	-13 566 410,51	-11 643 752,32
Gastos com o pessoal	25.	-16 940 865,36	-16 345 775,24
Imparidade das dívidas a receber (perdas/reversões)	11.1.	251 676,60	-227 225,23
Provisões (aumentos/reduções)	16.	552 253,38	198 826,60
Outros rendimentos	27.	6 258 281,65	6 100 948,56
Outros gastos	26.	-315 335,29	-655 964,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14 419 028,02	15 129 705,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	9./10.	-10 997 277,77	-10 760 679,11
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 421 750,25	4 369 026,65
Juros e rendimentos similares obtidos	28.	0,00	18,50
Juros e gastos similares suportados	28.	-7 209,29	-10 938,60
Resultado antes de impostos		3 414 540,96	4 358 106,55
Imposto sobre o rendimento do período	15.1.	-924 243,00	-3 953 322,66
Resultado líquido do período		2 490 297,96	404 783,89
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

Entidade: ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

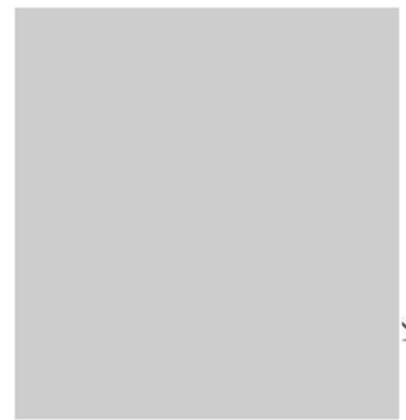
UNIDADE MONETÁRIA (Euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		30 410 999,16	29 964 964,79
Pagamento a Fornecedores		-13 356 533,03	-12 625 155,36
Pagamentos ao pessoal		-13 430 372,58	-13 055 791,16
Caixa gerada pelas operações		3 624 093,55	4 284 018,27
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-1 776 280,91	-3 478 361,09
Outros recebimentos / pagamentos		574 695,20	354 889,59
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		2 422 507,84	1 160 546,77
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos intangíveis		-14 317 843,01	-24 985 685,65
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		7 459 736,70	20 841 636,43
Juros e rendimentos similares		0,00	100,77
Fluxos das actividades de investimento (2)		-6 858 106,31	-4 143 948,45
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-4 937 500,00	-1 562 500,00
Juros e gastos similares		-12 885,00	-11 643,76
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-4 950 385,00	-1 574 143,76
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-9 385 983,47	-4 557 545,44
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		16 341 942,61	20 899 488,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.	6 955 959,14	16 341 942,61

(1) - O euro, admitindo-se em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão em milhares de euros

Entidade: ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2020

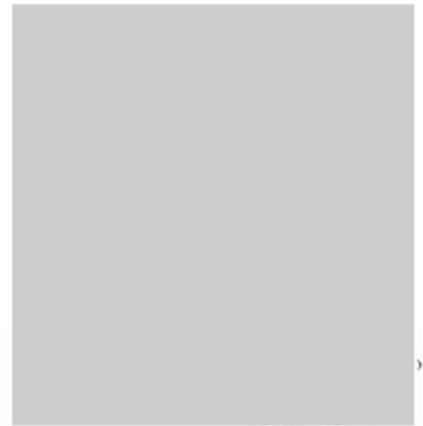
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020		19 705 500,00	3 941 100,00	4 317 654,16	12 698 017,77	110 207 774,50	3 385 120,90	154 255 167,33	0,00	154 255 167,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				3 385 120,90		6 319 672,01	-3 385 120,90	0,00	0,00	0,00
Aplicação do resultado do ano						6 319 672,01				6 319 672,01
Novos subsídios ao investimento em 2020 /Acerto subsídios anos anteriores						-1 386 536,04				-1 386 536,04
Novos subsídios ao investimento em 2020 /Acerto subsídios anos anteriores - efeito fiscal						-5 888 619,37				-5 888 619,37
Reconhecimento em resultados						1 291 963,09				1 291 963,09
Reconhecimento em resultados - efeito fiscal						7 987 056,03				7 987 056,03
Efeito fiscal - Atualização taxa I F	7	0,00	0,00	3 385 120,90	0,00	8 323 535,72	-3 385 120,90	8 323 535,72	0,00	8 323 535,72
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					404 783,89		404 783,89		404 783,89
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							8 728 319,61	0,00	8 728 319,61
OPERAÇÕES COM DEITENTES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital									0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão									0,00	0,00
Distribuições									0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas									0,00	0,00
Outras operações	10								0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6-7+8+10	19 705 500,00	3 941 100,00	7 702 775,06	12 698 017,77	118 531 310,22	404 783,89	162 963 486,94	0,00	162 963 486,94



Entidade: ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2021

UNIDADE MONETARIA (Euro)

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transladados	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021		19 705 500,00	3 941 100,00	7 702 775,06	12 698 017,77	118 531 310,22	404 783,89	162 983 486,94	0,00	162 983 486,94	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				404 783,89		3 456 464,36	-404 783,89	0,00		0,00	
Aplicação do resultado do ano						-541 282,43				3 456 464,36	
Novos subsídios ao investimento em 2021 /Acerto subsídios anos anteriores						-6 034 061,46				-541 282,43	
Novos subsídios ao investimento em 2021 /Acerto subsídios anos anteriores - efeito fiscal						883 552,02				-8 034 061,46	
Reconhecimento em resultados						867 714,61				883 552,02	
Reconhecimento em resultados - efeito fiscal						-1 267 612,90				867 714,61	
Efeito fiscal - Atualização taxa IF	7	0,00	0,00	404 783,89	0,00	-1 267 612,90	-404 783,89	-1 267 612,90	0,00	-1 267 612,90	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							2 490 297,96		2 490 297,96	
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							1 222 685,06		1 222 685,06	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de capital										0,00	
Realizações de prémios de emissão										0,00	
Distribuições										0,00	
Entradas para cobertura de perdas										0,00	
Outras operações	10									0,00	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6+7+8+10	19 705 500,00	3 941 100,00	8 107 558,95	12 698 017,77	117 263 697,32	2 490 297,96	164 206 172,00	0,00	164 206 172,00	



NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Empresa ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A. é uma sociedade anónima, constituída em dezembro de 2010, com sede na Rua dos Ferreiros, 148 – 150, 9000-082 Funchal, através do Decreto Legislativo Regional nº 7/2009/M, de 6 de março de 2009.

A Empresa começou a operar em 2011, após a data de assinatura do contrato de Concessão (24 de janeiro de 2011) e a celebração dos contratos de Adesão dos Municípios.

A 30 de dezembro de 2014, ocorre a fusão, incorporando a ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A. a totalidade do ativo e passivo das sociedades incorporadas IGSERV - Investimentos, Gestão e Serviços, S.A., IGH – Investimentos e Gestão Hidroagrícola, S.A., IGA – Investimentos e Gestão da Água, S.A e Valor Ambiente - Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A., que em consequência se extinguem.

Os ativos e passivos das sociedades incorporadas foram transferidos para a sociedade incorporante pelos mesmos valores contabilísticos, reportados a 1 de janeiro de 2014, tendo em apreço o normativo fiscal, de modo a que a fusão se operasse ao abrigo do regime da neutralidade fiscal, consignado nos artigos 73º e seguintes do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Na mesma data, é assinado o “Contrato de Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Águas e de Resíduos da Região Autónoma da Madeira em regime de serviço público e de exclusividade entre a Região Autónoma da Madeira e a ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.”, por um período de 30 anos. Este contrato substitui os anteriores contratos de concessão das empresas fusionadas IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A., Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A. e IGH – Investimentos e Gestão Hidroagrícola, S.A.

A Empresa tem por principal atividade a Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Águas e Resíduos da Região Autónoma da Madeira, em regime de concessão de serviço público e de exclusividade.

A Empresa é detida em 98,21% pela Região Autónoma da Madeira. A representação do acionista Região Autónoma da Madeira é assegurada pela Vice-Presidência do Governo Regional e pela Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, conforme determinado no Contrato de Concessão e nas Bases da mesma. A sede social da Secretaria Regional do Ambiente situa-se na Rua Dr. Pestana Júnior, n.º 6 – 5.º Andar, 9064-506 Funchal.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

As presentes demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), que inclui as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro

("NCFR"), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 10 de março de 2022, são expressas em Euro e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual.

As políticas contabilísticas apresentadas na Nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2021 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2020.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Não existiram derrogações às disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCFR

As NCFR não estão a ser aplicadas pela primeira vez na Empresa.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se nos parágrafos seguintes.

4.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCFR requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são

apresentados na Nota 4.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações e de perdas por imparidade acumuladas.

i. Aquisição de software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos ativos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

ii. Direitos de utilização de infraestruturas da concessão

Em 2014, foi celebrado o atual “Contrato de Concessão da Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Águas e de Resíduos da Região Autónoma da Madeira em regime de serviço público e de exclusividade entre a Região Autónoma da Madeira e a ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.”. Este contrato define como responsabilidade da ARM a conceção e construção de infraestruturas e a aquisição dos equipamentos necessários à sua plena implementação. A este respeito, o contrato de concessão especifica quais as intervenções de reparação, manutenção e renovação das infraestruturas a serem efetuados pela ARM até ao fim da concessão, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

De acordo com o modelo de negócio, traduzido nas bases da concessão, os serviços de reparação, manutenção e renovação das infraestruturas durante o período da concessão são compensados pelo direito de aceder e operar as infraestruturas para prestar serviços públicos em nome do concedente e, em função dessa prestação, cobrar um preço aos utentes do referido serviço.

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) emitiu em julho de 2007 a Interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia, em 25 de março de 2009, sendo aplicável para os períodos que se iniciaram após aquela data.

A ARM adotou a IFRIC 12 pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Deste modo, foi utilizada a quantia anteriormente escriturada na rubrica de ativos fixos tangíveis para mensuração deste ativo intangível.

A IFRIC 12 é aplicável ao contrato de concessão da ARM, no qual o concedente controla e regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas, bem como o preço dessa prestação, e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos.

A concessionária tem acesso às infraestruturas, a fim de prestar o serviço público por conta da entidade concedente, de acordo com as condições especificadas no contrato. As infraestruturas afetas à concessão serão entregues ao concedente no termo do contrato de concessão, sem que exista nesse momento qualquer contrapartida para a ARM.

Atendendo às características do contrato de concessão da ARM, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal, o modelo de contabilização que se adequa à realidade da Empresa é o que resulta no reconhecimento de um ativo intangível, na medida em que enquanto concessionária a ARM recebeu um direito (licença) de cobrar aos utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança porque esses montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço (risco de procura).

Deste modo, enquanto concessionária do Sistema Multimunicipal de Águas e de Resíduos da RAM, a ARM apresenta no seu balanço um ativo intangível relativo ao direito de utilização das infraestruturas (DUI). Este direito decorre de uma troca de bens dissemelhantes, sendo o ativo intangível valorizado no reconhecimento inicial ao seu justo valor, conforme previsto na NCRF 6.

No âmbito deste contrato de concessão, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, a ARM não tem margem na construção dos ativos afetos a concessões.

Conforme já referido, a ARM aceitou no momento inicial da concessão, e como contrapartida para os direitos que recebeu, certas obrigações. O operador tem o direito de cobrar aos utilizadores, desde o momento inicial, assumindo a obrigação de efetuar determinados investimentos no futuro, sendo que desses investimentos futuros não resultarão novos fluxos de rédito. Por esse motivo, a mensuração dos DUI considera os montantes estimados de investimento a realizar no futuro, que se encontram registados como uma provisão para fazer face a estas obrigações.

A estimativa dos investimentos futuros é revista anualmente de forma a identificar eventuais ajustamentos necessários, face a revisões do plano global de investimentos ou face a alterações nas condições de mercado que conduzam a uma alteração nas taxas de inflação ou de desconto consideradas no cálculo desta provisão. Ver a Nota 4.2 g) relativamente à mensuração desta provisão.

Os DUI da concessão são amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período definido no contrato de concessão, que termina em 30 de dezembro de 2044.

b) Ativos fixos tangíveis

Todos os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição acrescidos dos custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições de funcionamento, deduzido das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Empresa, ou seja, quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas. Os custos com a manutenção e reparação, que não aumentam a vida útil destes ativos fixos, são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

Os terrenos não são depreciados.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base duodecimal, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas e taxas de amortização médias:

Ativos tangíveis	Anos	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	10 - 50	2% - 10%
Equipamento de transporte	2 - 5	20% - 50%
Equipamento administrativo	1 - 8	12,5% - 100%
Outros ativos fixos tangíveis	2 - 10	10% - 50%

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados, prospectivamente.

No decorrer de 2016 foi alterada a política contabilística relativa à contabilização do Edifício Sede. Este deixou de estar revalorizado e passou a estar registado ao custo de aquisição acrescidos dos custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições de funcionamento, deduzido das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

c) Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade anteriormente reconhecidas já não existam ou tenham diminuído. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia escriturada original do ativo.

d) Gastos/Rendimentos de financiamento

Os gastos/rendimentos de financiamento incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados. Os encargos financeiros com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, pelo método do custo amortizado, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que estejam concluídas todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda.

e) Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao seu custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados durante o período.

f) Instrumentos financeiros

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a Empresa mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

- i. Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados

- que estejam associados a, e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- ii. Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a Empresa designa, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas de imparidade;
 - iii. Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva menos qualquer perda por imparidade; ou
 - iv. Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- i. Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- ii. Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- iii. Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Após o reconhecimento inicial, a Empresa mensura, em cada data de relato, todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto a passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

g) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

A rubrica de provisões inclui a estimativa dos montantes de investimento com que a Empresa se comprometeu efetuar em troca dos DUI que recebeu, ao abrigo do contrato de concessão, aplicando a esse respeito a NCRF 21 – Provisões e Passivos Contingentes, isto é, são constituídas provisões resultantes da obrigação contratual de restaurar, manter ou repor a infraestrutura em condições normais de funcionamento.

Esta estimativa é atualizada anualmente:

- i) Pelo efeito financeiro do tempo decorrido sobre o montante da referida provisão. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida em resultados.
- ii) Pela revisão da estimativa das respetivas responsabilidades futuras. Face a revisões do plano global de investimentos ou face a alterações nas condições de mercado que conduzam a uma alteração nas taxas de inflação ou de desconto consideradas no cálculo desta provisão.

As revisões da estimativa são registadas por contrapartida do DUI apresentado como ativo intangível.

A taxa de desconto considerada reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro, na medida em que as estimativas dos fluxos de caixa futuros incorporam os riscos específicos deste passivo.

Ver a Nota 4.2 a) relativamente aos DUI.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Empresa. A Empresa não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras, mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Empresa forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

h) Impostos sobre o rendimento do período

A Empresa está sujeita ao regime fiscal consagrado no Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. De acordo com o normativo fiscal português, as declarações de impostos sobre lucros e outros impostos podem ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais nos quatro anos, para períodos de tributação iniciados a partir de 2014 (cinco para a Segurança Social). O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2014 a 2016 é de 12 anos. Para os exercícios de 2012 e 2013, bem como para os períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de cinco anos. Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta

regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa. A Empresa encontra-se sujeita a IRC à taxa de 14,7% sobre a matéria coletável.

Adicionalmente, o lucro tributável superior a 1.500.000,00 Euros está sujeito a Derrama Regional às seguintes taxas:

- 2,1% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000,00 Euros e 7.500.000,00 Euros;
- 3,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000,00 Euros e 35.000.000,00 Euros;
- 6,3% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000,00 Euros.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se estimam vigiar no momento em que é esperada a sua reversão.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como as resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e o contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

i) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso, do subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício, exceto nos casos em que se destinem a financiar *deficits* de exploração de exercícios futuros, caso em que imputam aos referidos exercícios.

j) Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes de rendimento reconhecido e de gastos incorridos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

k) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimada quando todas as condições são satisfeitas: i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada; ii) seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade; iii) a fase de acabamento da transação à data de balanço, possa ser fiavelmente mensurada; iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes: i) a Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens; ii) a Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; iii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada; iv) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

l) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa, em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

m) Eventos subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 10 de março de 2022, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a

data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.3. Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4. Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. Para o efeito, recorreu à avaliação económica e ao Estudo de viabilidade económico-financeira. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

- a) Provisões para investimento futuro – a preparação da estimativa da provisão relativa a responsabilidades com investimento futuro de obrigações decorrentes do contrato de concessão envolve julgamentos ou incertezas derivados essencialmente dos efeitos de eventuais alterações dos pressupostos financeiros (taxa de desconto e taxa de inflação) e da calendarização do plano de investimento futuro.
- b) Provisões com litígios – a preparação da estimativa da provisão relativa a potenciais responsabilidades com litígios e/ou reclamações envolve incertezas quanto ao desfecho final dos litígios. No processo de preparação da estimativa, o Conselho de Administração obtém e analisa os pareceres e informações legais dos técnicos internos e externos.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados. No processo de preparação da estimativa, o Conselho de Administração obtém e analisa os pareceres e informações legais dos técnicos internos e externos.

4.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.5. Principais fontes de incerteza das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 4.3.

Detalham-se abaixo, as principais fontes de incertezas nas estimativas consideradas mais relevantes:

i) Contrato de concessão

A ARM é concessionária da exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Águas e de Resíduos da RAM, bem como a concessão e construção das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos necessários à sua plena implementação. A concessão inclui construção, exploração, manutenção, reparação e renovação das infraestruturas.

A provisão calculada no que respeita ao plano de investimentos futuros envolve a consideração de estimativas, as quais geram assim uma fonte de variabilidade, designadamente quanto à tempestividade da execução dos investimentos, taxas de inflação e taxas de desconto.

ii) Instrumentos financeiros

Os atrasos significativos no recebimento de alguns clientes geram uma incerteza relevante sobre os respetivos ativos financeiros: os montantes por receber contestados por municípios podem ter um efeito significativo que poderá afetar a quantia dos mesmos, por via do momento e segurança de fluxos de caixa futuros, incluindo risco de taxa de juro e risco de crédito.

iii) Evolução da situação do vírus Covid-19

Apesar de ainda não se terem verificado impactos materiais na atividade da ARM, a recente evolução do vírus Covid-19 introduziu uma fonte de incerteza. A administração irá continuar a monitorizar as implicações no negócio e implementar medidas de gestão desta situação.

5. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não existiram acontecimentos após a data do balanço que devessem estar registados nas demonstrações financeiras. De salientar, contudo, entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras existiram os seguintes fatos relevantes:

No dia 24 de fevereiro de 2022, a Federação da Rússia invadiu a Ucrânia, comprometendo a segurança e a estabilidade na Europa e no mundo. Esta guerra provocará enormes consequências a nível europeu e mundial, o aumento da inflação, o abrandamento do consumo e do investimento e a instabilidade dos mercados financeiros são alguns dos efeitos esperados no atual cenário de guerra, que podem ainda ser agravados se se confirmar um cenário de sanções económicas de larga escala.

Esta situação afeta diretamente a atividade da ARM,S.A, nomeadamente no que concerne ao aumento dos preços das matérias primas, energia e de outros materiais, cuja cotação futura pode atingir aumentos na ordem dos 50%. De acordo com as mais recentes projeções do BCE a inflação poderá atingir níveis históricos, estimando-se para 2022, uma inflação de 5,1%, sendo que num cenário adverso poderá atingir os 7,1%.

Desta forma, perspectiva-se que o impacto económico deste conflito seja muito relevante e poderá incluir:

- i) aumento dos preços das commodities, sendo de realçar os combustíveis fósseis e os metais;
- ii) aumento da incerteza económica global, sendo de esperar mais volatilidade nas taxas de câmbio, nas taxas de juro e um aumento da taxa de inflação;
- iii) eventual aumento dos cyber- attacks, que poderão surgir sobre entidades públicas e privadas dos principais sectores da economia, em especial nos países que impuseram sanções à Rússia ou que apoiem a Rússia.

Não obstante a Empresa não estar diretamente exposta aos mercados dos países em conflito, a gestão considera que as pressões macroeconómicas acima mencionadas e a volatilidade e incerteza inerente ao referido conflito, poderão ter impacto nos fluxos financeiros futuros da Empresa, nomeadamente nos gastos de investimento e operacionais, que a esta data não é possível quantificar.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros e dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31.12.2021, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31-12-2021	31-12-2020
Caixa e equivalentes de caixa	2 878,24	3 621,75
Depósitos bancários à ordem	6 953 080,90	16 338 320,86
TOTAL	6 955 959,14	16 341 942,61

Do montante de 6.953.080,90 Euros, 3.772.404,17 Euros estão afetos a contas bancárias associadas a projetos de investimento financiados pelo POSEUR e PRODERAM2020.

7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A 31.12.2021, o saldo de “Financiamentos Obtidos” decompõe-se da seguinte forma:

	31-12-2021		31-12-2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Instituições de crédito e sociedades financeiras:	437 500,00	875 000,00	4 937 500,00	1 312 500,00
Participantes de capital	4 275 000,00	2 830 000,00	4 275 000,00	2 830 000,00
TOTAL	4 712 500,00	3 705 000,00	9 212 500,00	4 142 500,00

Em 2004 foram assinados contratos de financiamento com o BEI (Banco Europeu de Investimento), relativos ao Projeto “Madeira Water & Environment II” que consistia na elaboração dos estudos, construção, fiscalização e receção das obras que constavam no programa de investimentos da IGA. Este financiamento foi constituído por uma *tranche* de 7.000.000,00 Euros sujeita a uma taxa variável. À data de fecho das contas, encontrava-se em dívida 1.312.500,00 Euros.

Em 2021, a análise dos financiamentos obtidos por maturidade, é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 1 ano	4 712 500,00	9 212 500,00
De 1 a 2 anos	437 500,00	437 500,00
De 2 a 3 anos	437 500,00	437 500,00
De 3 a 4 anos	-	437 500,00
De 4 a 5 anos	-	-
Superior a 5 anos	2 830 000,00	2 830 000,00
TOTAL	8 417 500,00	13 355 000,00

Os suprimentos, que não apresentam uma data de reembolso definida, são apresentados no passivo corrente.

Os suprimentos com data de reembolso definida, apresentam os seguintes prazos e valores:

	Montante	Prazo de reembolso
Contrato de 06-09-2018	1 370 000,00	11 anos
Contrato de 19-03-2018	1 460 000,00	10 anos
TOTAL	2 830 000,00	

8. PARTES RELACIONADAS

8.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

O Conselho de Administração auferiu a título de remuneração, no ano de 2021, o montante de 201.774,93 Euros e o Conselho Fiscal o montante de 38.884,16 Euros.

Pessoal chave da gestão:

Presidente do Conselho de Administração - Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves

Vice-Presidente do Conselho de Administração - Ricardo Nuno Rodrigues Fernandes Manica - saída a 12.11.2021

Vice-Presidente do Conselho de Administração - Olga Maria Silva Alves Faria Erra - entrada a 13.11.2021

Vice-Presidente do Conselho de Administração - João Pedro Trindade Pita Nunes de Castro - saída a 31.12.2021

8.2. Saldos com partes relacionadas

Os saldos com as entidades relacionadas, a 31 de dezembro de 2021, são os seguintes:

a) Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas:

	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos Obtidos:		
Suprimentos	7 105 000,00	7 105 000,00
TOTAL	7 105 000,00	7 105 000,00

	31/12/2021	31/12/2020
Outros créditos a receber:		
Protocolo/Adenda:		
Fundo de Coesão	1 783 131,98	1 783 131,98
Despesas suportadas com os arbitrais	744 631,50	744 631,50
Encargos com o empréstimo ao Deutsche Bank	681 306,60	681 306,60
Outras despesas no âmbito do Protocolo	751 342,25	751 342,25
Contratos Programa	6 501 383,19	5 472 034,96
Prestações de serviços	13 502,90	-
TOTAL	10 475 298,42	9 432 447,29

Para melhor compreensão do detalhe deste quadro ver Nota 19.1 e Nota 19.2.

b) Dívidas dos Municípios Aderentes:

	Clientes			Total
	Dívida com acordos	Dívida sem acordos	Outros devedores	
Município de Câmara de Lobos	228 831,87	-	-	228 831,87
Município de Machico	204 076,44	11 779,67	-	215 856,11
Município da Ribeira Brava	72 832,67	66,02	-	72 898,69
Município de Santana	-	749,71	-	749,71
Município do Porto Santo	-	5 177,52	-	5 177,52
TOTAL	505 740,98	17 772,92	-	523 513,90

c) Dívidas aos Municípios Aderentes:

	Outros credores		Total
	Dívida com acordos	Dívida cobranças meses adesão	
Município de Câmara de Lobos	-	5 145,99	5 145,99
Município de Machico	-	3 100,49	3 100,49
Município da Ribeira Brava	-	268,50	268,50
Município de Santana	-	1 120,10	1 120,10
Município do Porto Santo	-	31 414,03	31 414,03
TOTAL	-	41 049,11	41 049,11

As transações com as entidades relacionadas, a 31 de dezembro de 2021, são os seguintes:

	Vendas e Serviços Prestados	Subsídios à Exploração
Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas	1 609,84	5 475 961,30
Município de Câmara de Lobos	4 280,60	
Município de Machico	15 666,23	
Município da Ribeira Brava	164,31	
Município de Santana	191,06	
Município do Porto Santo	31 847,85	
TOTAL	53 759,89	5 475 961,30

9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

2021						
ATIVO BRUTO	Saldo em 31.12.2020	Adições	Reversões	Alienações	Transferência e abates	Saldo em 31.12.2021
Terrenos e recursos naturais	212 088,87	-	-	-	-	212 088,87
Edifícios e outras construções	1 572 829,67	-	-	-	-	1 572 829,67
Equipamento de transporte	166 890,00	-	-	-	-	166 890,00
Equipamento administrativo	46 641,87	-	-	-	-	46 641,87
Outros ativos fixos tangíveis	425 991,67	-	-	-	-	425 991,67
Investimento em curso	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2 424 442,08	-	-	-	-	2 424 442,08
DEPRECIACÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2020	Adições	Reversões	Alienações	Transferência e abates	Saldo em 31.12.2021
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-701 331,30	-37 319,08	-	-	-	-738 650,38
Equipamento de transporte	-166 890,00	-	-	-	-	-166 890,00
Equipamento administrativo	-46 183,15	374,67	-	-	-	-46 557,82
Outros ativos fixos tangíveis	-412 738,57	-3 535,68	-	-	-	-416 274,25
TOTAL	-1 327 143,02	-41 229,43	-	-	-	-1 368 372,45
VALOR LIQUIDO	1 097 299,06	-41 229,43	-	-	-	1 056 069,63

ARM – ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 31 DE DEZEMBRO DE 2021

2020						
ATIVO BRUTO	Saldo em 31.12.2019	Adições	Reversões	Alienações	Transferência e abates	Saldo em 31.12.2020
Terrenos e recursos naturais	212 088,87	-	-	-	-	212 088,87
Edifícios e outras construções	1 572 829,67	-	-	-	-	1 572 829,67
Equipamento de transporte	166 890,00	-	-	-	-	166 890,00
Equipamento administrativo	46 641,87	-	-	-	-	46 641,87
Outros ativos fixos tangíveis	425 991,67	-	-	-	-	425 991,67
Investimento em curso	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2 424 442,08	-	-	-	-	2 424 442,08

DEPRECIACÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2019	Adições	Reversões	Alienações	Transferência e abates	Saldo em 31.12.2020
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-563 977,15	-37 354,15	-	-	-	-701 331,30
Equipamento de transporte	-166 890,00	-	-	-	-	-166 890,00
Equipamento administrativo	-44 416,24	-1 766,91	-	-	-	-46 183,15
Outros ativos fixos tangíveis	-409 004,72	-3 733,85	-	-	-	-412 738,57
TOTAL	-1 284 288,11	-42 854,91	-	-	-	-1 327 143,02

VALOR LÍQUIDO	1 140 153,97	-42 854,91	-	-	-	1 097 299,06
---------------	--------------	------------	---	---	---	--------------

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis refere-se essencialmente aos Direitos de utilização e exploração de infraestruturas (DUI) do Sistema Multimunicipal de Águas e de Resíduos da Região Autónoma da Madeira até ao fim da concessão, ou seja, até 30 de dezembro de 2044.

O montante da rubrica de DUI inclui os investimentos realizados até à data de balanço, bem como os investimentos futuros definidos no contrato de concessão. Os investimentos futuros são registados no momento inicial por contrapartida de provisões – ver Nota 16.

A evolução registada para os períodos apresentados é a abaixo indicada.

	Direitos de Utilização de Infraestruturas	Programas de Computador	Total
Saldo em 31.12.2020			
Custo de Aquisição	404 796 097,87	411 138,49	405 207 236,36
Amortizações acumuladas	-146 862 329,19	-411 138,45	-147 273 467,64
VALOR LÍQUIDO	257 933 768,68	0,04	257 933 768,72
Movimentos do período			
Alteração ao plano de investimentos e nas projeções de taxas futuras de inflação e desconto	5 119 909,66	-	5 119 909,66
Regularizações	-17 973,45	-	-17 973,45
Amortizações do período	-10 956 048,34	-	-10 956 048,34
TOTAL DO PERÍODO	-5 854 112,13	-	-5 854 112,13
Saldo em 31.12.2021			
Custo de Aquisição	409 898 034,07	411 138,49	410 309 172,57
Amortizações acumuladas	-157 818 377,53	-411 138,45	-158 229 515,98
VALOR LÍQUIDO	252 079 656,54	0,04	252 079 656,58

ARM – ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 31 DE DEZEMBRO DE 2021

A 31 de dezembro de 2021, não foram identificados quaisquer indícios de imparidade relativamente aos DUI. Tal avaliação teve em consideração o estudo de imparidade, efetuado por perito independente, com referência a 31 de dezembro de 2016. As alterações ocorridas em 2021, nos pressupostos sobre os quais assentava tal estudo, não são, no entender da ARM, indicativas de uma diminuição no valor recuperável dos DUI.

	Direitos de Utilização de Infraestruturas	Programas de Computador	Total
Saldo em 31.12.2019			
Custo de Aquisição	405 798 549,43	411 138,49	406 209 687,92
Amortizações acumuladas	-136 144 504,99	-411 138,45	-136 555 643,44
VALOR LÍQUIDO	269 654 044,44	0,04	269 654 044,48
Movimentos do período			
Alteração ao plano de investimentos e nas projeções de taxas futuras de inflação e desconto	-1 060 247,67	-	-1 060 247,67
Regularizações	57 796,11	-	57 796,11
Amortizações do período	-10 717 824,20	-	-10 717 824,20
TOTAL DO PERÍODO	-11 720 275,76	-	-11 720 275,76
Saldo em 31.12.2020			
Custo de Aquisição	404 796 097,87	411 138,49	405 207 236,36
Amortizações acumuladas	-146 862 329,19	-411 138,45	-147 273 467,64
VALOR LÍQUIDO	257 933 768,68	0,04	257 933 768,72

O custo de aquisição dos DUI, com referência a 31 de dezembro de 2021, decompõe-se do seguinte modo, de acordo com as áreas de negócio:

Área de Negócio	Investimento realizado		Investimento Futuro	Investimento Futuro	Total
	Até 2013	2014 a 2021	2022-2024	2025-2044	
Abastecimento em alta	107 617 797,46	13 860 065,43	8 384 396,69	11 659 512,70	141 521 772,28
Saneamento em alta	13 638 754,67	9 707 267,40	7 760 844,09	4 383 189,18	35 490 055,35
Distribuição e Drenagem	13 281 765,51	35 333 924,20	23 599 655,39	4 210 576,50	76 425 921,59
Regadio	5 585 747,47	21 301 347,46	17 725 951,52	10 409 288,65	55 022 335,11
Recolha de Resíduos	12 554 867,08	2 995 292,61	2 417 336,54	3 687 914,21	21 655 410,43
Transferência e triagem	26 592 597,19	1 998 358,97	6 056 659,40	1 830 604,68	36 478 220,24
Valorização e tratamento de resíduos	9 021 834,80	8 792 767,98	11 658 458,31	1 792 706,83	31 265 767,92
Estrutura	6 248 711,45	1 033 072,58	1 696 322,69	3 060 444,44	12 038 551,16
TOTAL	194 542 075,62	95 022 096,62	79 299 624,63	41 034 237,19	409 898 034,07

A execução até à presente data representa 41% do valor projetado no plano de investimento, no montante de 216,5M€.

O investimento realizado e o investimento ainda por realizar, com término em 2044, final da concessão, atende a um conjunto geral de objetivos que se desagregam entre as principais áreas de negócio, da seguinte forma:

Para o triénio de 2022-2024 estima-se ter uma elevada execução, com o intuito de maximizar o aproveitamento dos apoios ao investimento do atual Quadro Comunitário de Apoio, nomeadamente por enquadramento no programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência

no Uso de Recursos (POSEUR), do Plano de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM 2020) e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A execução de tais investimentos, embora nitidamente exigente do ponto de vista financeiro e de meios técnicos e humanos para a ARM, S.A., é extremamente importante, pois permite capacitar o sistema com os recursos estruturais necessários à boa gestão da concessão e à eficaz e eficiente realização dos fins do Sistema Multimunicipal de Águas e Resíduos da RAM.

De entre os principais investimentos a executar entre 2022 e 2024 destacam-se os seguintes:

- **Rega e Fins Múltiplos:** As obras referentes ao sistema H2 designadamente “Recuperação da Levada do Norte – Túnel do Pedregal”, “Recuperação da Rede Principal de Regadio no Eixo Ribeira Brava-Câmara de Lobos”, e a construção de reservatórios de armazenamento que representam cerca de 12M€.
- **Distribuição e Drenagem:** a continuação do investimento de Renovação e Execução de novas Redes de Abastecimento e Saneamento da ARM quer na ilha da Madeira quer na ilha do Porto Santo, a concretização da obra de Otimização e Melhoria da Qualidade da Água dos Sistemas de Abastecimento Sob a Gestão Da ARM, atendendo à contínua melhoria do serviço e redução de perdas, estão igualmente previstos cerca de 17M€ de investimento. Acresce ainda a execução da obra de “Reforço de adução ao Reservatório da Trompica (PRR P9)” que representa um investimento de cerca de 3.0M€.
- **Abastecimento em Alta:** destacam-se os projetos de “Reformulação da Adução ao Reservatório dos Barreiros – Zimbreiros” e a “Reformulação do Sistema do Aproveitamento dos Tornos” (5M€), este último essencial para a reduzir o risco de interrupção do abastecimento ao Eixo Funchal Machico. Relewa-se ainda a execução de um conjunto de mini-hídricas associadas ao Sistema Adutor da Zona Sudeste, que promoverão a produção de energia “limpa” reduzindo a pegada ecológica da ARM.
- **Saneamento em alta:** destaca-se a “Remodelação do sistema de drenagem e recolha de águas residuais de Machico - Machico e Caniçal (6,8M€). Destaca-se também a previsão da execução da “Reformulação do destino final das Águas Residuais da Ribeira Brava - Fase 2” (1,4M€).
- **Recolha de Resíduos:** destaca-se um conjunto de investimentos que visam a otimização dos sistemas e gestão de resíduos, designadamente o Projeto “Singere” (0,65M€) e reforço de recolha Seletiva (0,6M€) assim como a aquisição de frota e equipamentos móveis (2,7M€) associados à recolha e a implementação de sistemas enterrados de maior capacidade para recolha de resíduos sólidos urbanos.
- **Transferência e Triagem:** Relewa-se o início de execução no ano de 2021 do “Ecocentro da Ribeira Brava” (3,9M€), obra que durará cerca de dois anos. Acresce ainda os investimentos associados à “Aquisição de viaturas transporte de resíduos” (2,5M€), assim como a “Ampliação da célula fusível da CPRS do Porto Santo” (0,8M€).
- **Valorização e Tratamento:** Destaca-se o Projeto de otimização da separação de escória ferrosa, não ferrosa e inertes das escórias resultantes do processo de incineração de resíduo” (1,6M€) permitindo a recuperação e integração no sistema de uma solução para a separação de diversas frações de resíduos valorizáveis, assim como “Solução para a valorização e tratamento de resíduos silvícolas/biomassa residual” (6,5M€), a “Reformulação da ETAL da ETRS” (0,6M€) com vista à redução da poluição nas massas de água de forma a assegurar a proteção do ambiente em geral.

Releva-se ainda a instalação de um sistema de lavagem automático de contentores no tratamento de resíduos hospitalares na ETRS da Meia Serra, promovendo uma melhoria significativa nas condições de trabalho dos colaboradores da ARM. (0,40M€)

11. IMPARIDADE DE ATIVOS

11.1. Decomposição dos movimentos relativos ao reconhecimento de perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade efetuados no presente período

As perdas e reversões de imparidade, ocorridas no exercício findo em 31.12.2021, foram reconhecidas na formação do resultado, pelo total de impacto determinado na rubrica correspondente. O impacto foi calculado do seguinte modo:

	Dividas a receber	Inventários	Activo intangível Afeto Concessão	TOTAL
Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados:				
Imparidade de dívidas a receber	153 066,37	-	-	153 066,37
	153 066,37	-	-	153 066,37
Reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados:				
Imparidade de dívidas a receber	404 742,97	-	-	404 742,97
	404 742,97	-	-	404 742,97
TOTAL	-251 676,60	-	-	-251 676,60

11.2. Perdas por imparidade agregadas e reversões agregadas de perdas por imparidade reconhecidas durante o período

Durante o exercício findo em 31.12.2021, ocorreram os seguintes movimentos em perdas por imparidade:

Imparidades reconhecidas	Saldo inicial	Utilização	Reforço/Reversão Resultados	Saldo final
Imparidade de inventários	41 051,39	-	-	41 051,39
Imparidade dívidas a receber - Clientes	5 432 245,35	-	-251 676,60	5 180 568,75
Imparidade dívidas a receber - Outros devedores	1 330 793,93	-	-	1 330 793,93
TOTAL	6 804 090,67	-	-251 676,60	6 552 414,07

12. INVENTÁRIOS

12.1. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários descriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31-12-2021	31-12-2020
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 502 208,04	3 645 713,00
Perdas de imparidade	-41 051,39	-41 051,39
TOTAL	3 461 156,65	3 604 661,61

12.2. Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o exercício foi como se segue:

	2021	2020
	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Inventário Inicial	3 604 661,61	3 334 412,51
Perdas por imparidade em existências	-41 051,39	-41 051,39
Compras	3 538 832,35	3 037 596,81
Reclassificação e regularização de Inventários	-554 538,43	-24 797,15
Inventário Final	3 461 156,65	3 604 661,61
TOTAL	3 086 747,49	2 701 499,17

13. RÉDITO

13.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, incluindo o rédito proveniente de:

	2021	2020
Vendas	3 266 548,81	3 718 666,71
Prestações de Serviços	32 337 179,28	31 380 913,93
TOTAL	35 603 728,09	35 099 580,64

13.2. Vendas e prestações de serviços por atividade

As vendas e prestações de serviços em 2021 e 2020 distribuíram-se da seguinte forma:

	2021	2020
Vendas e Prestações de Serviços:		
Atividade 01610 - Atividades dos serviços relacionados com a agricultura	709 272,36	696 261,95
Atividade 35111 - Produção de eletricidade de origem hídrica	517 919,27	443 611,57
Atividade 35113 - Produção de eletricidade de origem geotérmica	3 120 935,77	3 623 192,06
Atividade 36001 - Captação e tratamento de água	11 553 266,03	11 609 561,05
Atividade 36002 - Distribuição de água	6 740 645,07	6 647 754,40
Atividade 37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	1 097 929,20	1 072 088,98
Atividade 37002 - Tratamento de águas residuais	44 093,01	37 732,77
Atividade 38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	2 426 062,74	2 449 203,51
Atividade 38211 - Trat. e eliminação de resíduos inertes	5 336,45	3 435,88
Atividade 38212 - Trat. e eliminação de outros resíduos não perigosos	8 534 711,42	7 790 592,42
Atividade 38220 - Trat. e eliminação de resíduos perigosos	821 249,21	694 357,66
Atividade 71200- Atividades de ensaios e análises técnicas	32 307,56	31 788,39
TOTAL	35 603 728,09	35 099 580,64

A rubrica prestações de serviços refere-se essencialmente às vendas de água em alta, às vendas de resíduos em alta, ao regadio e aos serviços em baixa (distribuição, drenagem e recolha de resíduos).

Em 2021, a Empresa não procedeu à atualização quer das tarifas globais da empresa, quer das tarifas praticadas ao cliente final, mantendo-se o diferencial entre tarifas igual ao ano de 2020. Este diferencial foi subsidiado pelo Governo Regional através de Protocolos de Subsidição. Assim, a variação da rubrica decorreu da variação do nível de atividade do ano.

14. CONTABILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO GOVERNO E DIVULGAÇÃO DE APOIOS DO GOVERNO

14.1. Subsídios à exploração

A 31 de dezembro de 2021, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo à exploração:

ARM – ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Descrição do subsídio	2021	2020
Protocolo Subsidição ao Preço de Venda de Água para Regadio	3 009 171,43	3 005 415,22
Protocolo Subsidição ao Aumento do Tarifário de 2020_Serviços em baixa	574 849,63	470 492,59
Protocolo Subsidição ao Aumento do Tarifário de 2020_Serviços em Alta	1 132 895,14	709 339,13
Protocolo Subsidição Isenção Covid	-	1 072 174,48
CP Reparação dos danos causados pela intempérie de dezembro de 2020 - Levada dos tornos-lanço sul	176 457,21	-
CP Reparação dos danos causados pela intempérie de dezembro de 2020 - Levada do barreiro	171 529,94	-
CP Intempérie de dezembro de 2020 - Intervenções nas levadas da Fajã do Amo e Cardais	128 490,00	-
CP Intempérie de dezembro de 2020 - intervenções nas levadas das queimadas e do cantinho	84 791,40	-
CP Intempérie de dezembro de 2020 - intervenções na levada das cruzinhas	189 526,75	-
POSEUR - Otimização e reforço da rede de recolha seletiva da ARM	6 812,50	-
POSEUR - Elaboração do Cadastro das Infraestruturas de Drenagem da ARM	6 835,05	-
POSEUR - Elaboração do Cadastro das Infraestruturas de Abastecimento da ARM	5 602,50	-
POSEUR - Execução da Remodelação e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento da Zona Oeste - Municípios de Câmara de Lobos e Ribeira Brava	5 270,00	-
POSEUR - Remodelação e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento da Zona Leste - Municípios de Machico e Santana	5 209,62	-
POSEUR - Execução da remodelação e ampliação dos Sistemas de Abastecimento do Porto Santo - fase 1	2 635,00	-
POSEUR - Reforço da Recolha Selectiva da ARM	2 737,00	-
PRODERAM20 - Adaptação Alterações Climáticas	6 112,50	-
PRODERAM20 - Remodelação do Sistema de Regadio na ARM na ilha da Madeira - Fase 1 (Redes) e Atualização do Cadastro das Infraestruturas do Sistema de Regadio Agrícola Regional	106 481,41	-
ADAPTARES - Adaptação às alterações climáticas na Macaronésia através do uso eficiente da água e a reutilização	33 704,98	-
DESAL - Incremento das capacidades de I+D da macaronésia em matéria de dessalinização de águas e melhoria da conexão água -energia	5 084,69	-
Outros	8 250,20	47 145,00
	5 662 446,95	5 304 566,42

A Região Autónoma da Madeira celebrou, a 4 de novembro de 2021, um contrato-programa com a Empresa, para a subsidição do preço de venda de água para o uso agrícola em 2021, no montante global de 3.159.630,00 Euros.

A 22 de setembro de 2021, foram celebrados dois contratos-programa entre a Região Autónoma da Madeira e a Empresa, para subsidição do aumento de tarifário dos serviços de Águas e Resíduos em Alta para o ano de 2021, no valor de 1.290.000,00 Euros e para a subsidição do aumento tarifário dos serviços em Baixa, nomeadamente Distribuição de Água, Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos para o ano de 2021, no montante de 630.000,00 Euros. Estes contratos-programa tiveram como objeto a atribuição de uma compensação financeira com vista à subsidição do aumento de tarifário a efetivar para o ano de 2021.

14.2. Subsídios ao investimento reconhecidos diretamente no capital próprio:

Descrição do subsídio	31-12-2020	Novos Subsídios em 2020 / Acerto Subsídios anos anteriores	Reconhecimento em resultados	31-12-2021
POPRAM III	4 854 695,43		-202 297,78	4 652 397,65
Contrato Programa	13 748 246,40	376 780,00	-585 860,34	13 539 166,06
Fundo de Coesão 1ª Fase	17 351 030,28		-723 014,17	16 628 016,11
PRODERAM	20 359 581,58		-848 319,54	19 511 262,04
INTERVIR +	5 791 324,70		-241 308,73	5 550 015,97
INTERREG III B-AQUAMAC	11 376,55		-473,88	10 902,67
Fundo de Coesão 2ª Fase	6 964 814,88		-290 203,75	6 674 611,13
IFADAP	135 037,89		-5 626,18	129 411,68
POVT	6 739 404,77		-280 809,03	6 458 595,74
PRODERAM 2020	23 869 099,60	416 371,49	-1 004 098,97	23 281 371,54
POSEUR	38 632 385,82	2 372 824,50	-1 708 384,08	39 296 826,24
FSUE	26 528,61		-1 105,42	25 423,19
Intemp. 20 Fev	1 542 468,35	290 489,05	-76 373,26	1 756 584,14
Terrenos	1 588 473,76		-66 186,36	1 522 287,40
	141 614 468,62	3 456 465,04	-6 034 061,47	139 036 871,58
Efeito fiscal	-23 083 158,48	-541 282,43	983 552,02	-22 640 888,88
Efeito fiscal atualização da taxa de IRC				867 714,62
TOTAL	118 531 310,15	2 915 182,61	-5 050 509,45	117 263 697,32

O variação dos subsídios ao investimento no montante de 2.577.596,43 Euros é decomposto da seguinte forma:

- i) Novos subsídios atribuídos em 2021 – 2.856.570,00 Euros;
- ii) Reprogramações Subsídios anos anteriores – 599.895,04 Euros;
- iii) Reconhecimento do proveito no exercício – 6.034.061,46 Euros.

Para melhor entendimento do efeito fiscal ver Nota 15.3.

15. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

15.1. Desagregação entre o efeito do imposto corrente e do imposto diferido

	2021	2020
Imposto corrente:	1 456 810,50	2 517 947,38
Imposto diferido:		
Subsídios não depreciáveis	17 056,39	90 780,87
Amortizações não aceites fiscalmente	-679 698,47	840 095,90
Efeito Valor Descontado	-54 871,61	43,52
Juros não aceites	43 131,47	390 388,42
Imparidade de clientes	41 151,06	238 097,61
Imparidade outros devedores	10 646,35	79 448,40
Subsídios	0,00	-278 249,10
Outras Provisões	90 017,30	74 769,65
	924 243,00	3 953 322,66

15.2. Reconciliação da taxa de imposto

Reconciliação da taxa efetiva de imposto	2021	2020
Resultado antes de impostos	3 414 540,96	4 358 106,55
Taxa de imposto	16,61%	23,65%
Imposto teórico	567 303,88	1 030 719,51
Efeito taxa na constituição de IDAs de financeiros, amortizações e subsídios	49 498,03	440 319,51
Tributações autónomas	26 568,45	24 198,87
Efeito de alteração da taxa de IRC e derrama na RAM	309 805,44	2 364 196,00
Efeito taxa imparidades Dívidas a Receber	-28 617,92	83 434,49
Outros efeitos	-314,88	10 454,29
Imposto do exercício	924 243,00	3 953 322,66

15.3. Impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2021, os ativos por impostos diferidos discriminam-se da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos por impostos diferidos		
Imparidade de clientes	533 607,55	574 758,62
Imparidade outros devedores	221 044,87	231 691,22
Gastos financeiros não aceites	1 237 047,77	1 280 179,24
Amortizações não aceites fiscalmente	6 798 258,29	6 118 559,76
Subsídios (Terrenos)	228 615,68	245 672,13
Subsídios	-637 124,45	-691 996,06
Provisões	-	90 017,30
TOTAL	8 331 449,70	7 848 882,20

Um ativo por impostos diferidos deve ser reconhecido para o reporte de perdas fiscais não usadas e créditos tributáveis não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros

estarão disponíveis contra os quais possam ser usados perdas fiscais não usadas e créditos tributáveis não usados.

15.4. Ajustamentos por impostos futuros de subsídios ao investimento

Os impostos futuros resultam dos subsídios ao investimento não reembolsáveis. Isto porque a quantia escriturada dos ativos com que os subsídios se relacionam é igual à base fiscal desse ativo. Desta forma, não existe lugar ao reconhecimento de qualquer passivo por imposto diferido, pelo que, a componente de imposto associada a estes subsídios é apresentada na rubrica “Outras dívidas a pagar”. Adicionalmente, a reversão do período da componente do imposto registado nas Outras contas a pagar é registada por contrapartida da rubrica “Ajustamentos/Outras variações no capital próprio”. Para melhor entendimento ver Nota 20.2.

A 31 de dezembro de 2021, os impostos futuros sobre os subsídios discriminam-se da seguinte forma

	31-12-2021	31-12-2020
Impostos futuros	21 773 174,24	23 083 158,44
TOTAL	21 773 174,24	23 083 158,44

16. PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões – Investimentos futuros:

Descrição	Saldo Inicial	Alteração ao plano de investimentos e nas projeções de taxas futuras de inflação e desconto	Efeito de unwind da provisão para investimento futuro	Realizado	Saldo Final
Provisões - Investimentos Futuros	136 707 288,32	5 119 909,67	45 550,66	-13 639 476,08	128 233 272,57
TOTAL	136 707 288,32	5 119 909,67	45 550,66	-13 639 476,08	128 233 272,57

Os pressupostos utilizados no cálculo da provisão para a responsabilidade com os investimentos futuros, incluem uma estimativa de inflação de 1,8% para 2022, com um decréscimo em 2023 e 2024 mantendo-se a longo prazo e até final da concessão uma taxa de inflação de 2%. Incluem igualmente taxas de desconto que refletem as avaliações correntes de mercado, do valor temporal do dinheiro e variam, consoante o ano de realização do investimento, num intervalo entre 0% e 1,007%.

O Efeito de *unwind* da provisão para investimento futuro encontra-se registado na rubrica “Outros gastos e perdas”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram os seguintes movimentos relativos a Outras Provisões:

ARM – ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Outras Provisões	552 253,38	-	-	-552 253,38	-
TOTAL	552 253,38	0,00	0,00	-552 253,38	0,00

No decorrer de 2021, foi revertido o valor total das Outras Provisões, que faziam face a eventuais contingências decorrentes da atividade.

17. CLIENTES

17.1. O detalhe da rubrica de “Clientes” corrente, a 31 de dezembro de 2021, é o seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Corrente:		
Clientes- c/c - gerais	33 286 238,91	28 390 136,09
Clientes - c/c - valor descontado	-	-
Clientes cobrança duvidosa	5 180 568,75	5 432 245,35
Perdas por imparidade acumuladas	-5 180 568,75	-5 432 245,35
TOTAL	33 286 238,91	28 390 136,09

Os principais clientes, a 31 de dezembro de 2021, são os seguintes:

	Corrente	Não corrente	Total
Clientes gerais c/c:			
Municípios	31 321 671,62	214 732,67	31 536 404,29
Outros Clientes	1 964 567,29	194 376,16	2 158 943,45
TOTAL	33 286 238,91	409 108,83	33 695 347,74

As perdas de imparidade acumuladas de clientes respeitam a:

	Imparidade acumulada
Municípios	3 180 449,43
Outros clientes	2 000 119,32
TOTAL	5 180 568,75

A constituição, reforço ou reversão das imparidades teve em conta, a evidência de não pagamento ou incumprimento dentro dos prazos estabelecidos, a prescrição, o não pagamento ou incumprimento da amortização da dívida no prazo estabelecido em acordos ou contratos e a probabilidade de o cliente/devedor pagar.

Em abril de 2017, a Empresa procedeu à atualização do Tarifário dos Serviços de Águas e Resíduos. Decorrente deste fato, o Município do Funchal intentou a ação sob o processo nº 303/17.5BEFUN. Deixou de pagar, nas águas, a parte relativa à atualização do tarifário de 2015 e de 2017, pagando em consequência, cerca de 85% do valor da fatura emitida. Nos resíduos, não obstante o tarifário de 2017 contemplar uma tarifa unicamente variável, o Município mantém a contestação, quer

sobre a componente que vigorou até março de 2017 e contesta a transformação da tarifa fixa em variável.

17.2. O detalhe da rubrica de “Clientes” não corrente, a 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Não Corrente:		
Clientes- c/c - gerais	409 108,83	786 208,84
Clientes - c/c - valor descontado	-	-
TOTAL	409 108,83	786 208,84

Os clientes foram desagregados entre correntes e não correntes com base em contratos e acordos de regularização de dívida.

Para a generalidade dos clientes, institucionais ou não, a Empresa aplica juros de mora, à taxa comercial em vigor, pelo atraso de pagamento das faturas. Para este efeito, o valor nominal corresponde ao valor descontado. Para os restantes casos, em que foram celebrados acordos de pagamento, com prazos mais dilatados e sem juros, a taxa de desconto utilizada reflete as avaliações correntes de mercado, do valor temporal do dinheiro e variam, consoante o ano de realização.

18. FORNECEDORES

O detalhe da rubrica de “Fornecedores”, a 31 de dezembro de 2021, é o seguinte:

	31-12-2021	31-12-2020
Corrente:		
Fornecedores - c/c - gerais	6 487 559,06	3 909 666,41
Faturas em receção e conferência	47 082,64	61 384,00
TOTAL	6 534 641,70	3 971 050,41

Os fornecedores foram desagregados, entre corrente e não corrente, com base em contratos e acordos de pagamento existentes.

Para a generalidade dos fornecedores, não foi efetuado o valor descontado, por os mesmos aplicarem juros de mora à taxa comercial em vigor. Para estes o valor descontado é igual ao valor nominal.

19. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

19.1. O detalhe da rubrica de “Outros créditos a receber” corrente, em 31 de dezembro de 2021, é o seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Corrente:		
Remunerações a pagar	3 453,34	3 453,34
Devedores por acréscimos de rendimentos	2 969 720,53	3 000 870,87
SRARN-Protocolo/Adenda	3 960 412,33	3 960 412,33
SRARN-Protocolo/Adenda - Imparidades	-1 330 793,93	-1 330 793,93
SRARN-CP Exploração 2005	-510 291,15	-510 291,15
FSE	279 903,17	4 758,60
SRARN-CP Levada do Norte - Lanço Sul - Túnel do Pedregal	1 264 485,32	1 297 847,00
SRARN-Protocolo Subsídio Água de rega	3 159 630,00	918 116,00
SRARN-Protocolo Subsídio Aumento Tarifário 2019	-95 676,28	731 881,31
Intempérie 2010 - Lei de Meios	-	215 508,80
Contratos programa GRM	1 127 575,30	-
IFAP	8 252 830,94	5 018 560,14
POSEUR	6 138 784,36	10 306 130,87
Municípios	41 049,11	45 895,91
Outros Devedores diversos	214 052,42	242 082,80
Adiantamentos a fornecedores	118 908,88	128 335,89
TOTAL	25 594 044,34	24 032 768,77

O valor remanescente do Protocolo/Adenda, no montante de 2.629.618,40 Euros que foi reconhecido com devido à ARM pela SRAAC, através do relatório de IRF, encontra-se em fase de conciliação, sendo expectável que no decorrer de 2022 a situação se encontre regularizada.

Para a generalidade dos “Outros créditos a receber”, não foi efetuado o valor descontado, por serem aplicados juros de mora à taxa comercial em vigor. Para estes o valor descontado é igual ao valor nominal.

Para os “Outros créditos a receber” para os quais existem acordos de pagamento, sem pagamento de juros, a taxa de desconto utilizada reflete as avaliações correntes de mercado, do valor temporal do dinheiro e variam, consoante o ano de realização.

Ao abrigo do antigo contrato de Concessão da Valor Ambiente e do “Protocolo/Adenda”, a ARM tem a receber valores do Governo Regional.

No decorrer de 2021, foram assinados 3 contratos de financiamento, de projetos candidatados ao PRODERAM20, POSEUR e CP, nomeadamente:

Projeto	Descrição
PRODERAM20-4.3.2-FEADER-002034	Reservatório de rega em chapa zincada
POSEUR - PROJETO 01-1001-FC-000038	Valorização energética Biomassa
RAM-CP FURO 3 - SANTA CRUZ	CP Furo 3 de Santa Cruz

19.2. O detalhe da rubrica de “Créditos a Receber” não corrente, em 31 de dezembro de 2021, é o seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Não Corrente:		
IFAP	739 914,60	3 751 642,05
POSEUR	3 098 260,92	1 918 067,72
FSE	40 444,21	332 025,80
Contratos Programa	1 555 659,99	2 819 433,91
TOTAL	5 434 279,72	8 821 169,47

Os “Créditos a Receber” não correntes correspondem aos seguintes subsídios ao investimento:

ARM – ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Projeto	Descrição	Saldo a 31/12/2021
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-001057 - AMPL.	Execução da remodelação e ampliação dos Sistemas de Drenagem do Porto Santo - fase 1	3 004,29
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-001058 - REMOD.	Execução da remodelação e ampliação dos Sistemas de Abastecimento do Porto Santo - fase 1	126 591,31
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-001060 - EQUIP.	Aquisição de equipamentos para deteção e controlo de fugas de água	9 257,85
POSEUR - PROJETO 03-1911-FC-000102	Otimização e reforço da rede de recolha seletiva da ARM	39 499,21
POSEUR - PROJETO 03-1911-FC-000190 - REFORÇO	Reforço da Recolha Selectiva da ARM	141 080,67
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-000777 - REM. R.	Execução da Remodelação e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento da Zona Oeste - Municípios de Câmara de Lobos e Ribeira Brava	347 370,31
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-000780 - REM. AM	Remodelação e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento da Zona Leste - Municípios de Machico e Santana	434 331,12
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-000781 - REM. AM	Execução da Remodelação e Ampliação dos Sistemas de Drenagem da Zona Oeste - Municípios de Câmara de Lobos e Ribeira Brava	206 992,51
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-000782 - REF. AM	Reformulação e Ampliação dos Sistemas de Drenagem da Zona Leste - Municípios de Machico e Santana	141 924,19
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-000803 - CADASTR	Elaboração do Cadastro das Infraestruturas de Drenagem da ARM	3 006,25
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-000804 - CADASTR	Elaboração do Cadastro das Infraestruturas de Abastecimento da ARM	4 105,41
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-000809 - REDES	Redes de Drenagem da Freguesia do Curral das Freiras - Fase 2	26 600,14
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-001056 - REDES	Redes de Abastecimento de Água da freguesia do Curral das Freiras - Fase 2	71 191,18
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-001064 - VIATURA	Aquisição de viatura limpa-fossas	16 282,43
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-001081 - EEAR DO	Reformulação e Ampliação da Estação Elevatória de Águas Residuais do Caniçal	43 211,34
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-001419 - FECHO	Fecho de sistemas de saneamento de águas residuais (Ribeira Brava, Câmara de Lobos, Machico e Porto Santo)	47 159,77
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-001421 - RENOV.	Renovação das Redes de Abastecimento de Água (Ribeira Brava, Câmara de Lobos, Machico e Santana)	26 093,37
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-001425 - OTIMIZ.	Otimização e Melhoria da Qualidade da Água dos Sistemas de Abastecimento sob a gestão da ARM	355 372,64
POSEUR - PROJETO 03-2012-FC-001427 - INTERV.	Intervenções nas Redes de Abastecimento de Água com vista à redução de perdas	1 060 186,93
PRODERAM20-4.3.2-FEADER-000080	Recuperação da Levada do Norte - Lanço Sul - Túnel do Espigão	520 915,35
PRODERAM20-4.3.2-FEADER-001058 - REMOD. SIS	Remodelação do Sistema de Regadio na ARM na ilha da Madeira - Fase 1 (Redes) e Atualização do Cadastro das Infraestruturas do Sistema de Regadio Agrícola Regional	170 526,59
PRODERAM20-4.3.2-FEADER-001262 - RECUP. LEV	Recuperação da Levada do Norte - Lanço Sul - Túnel do Pedregal	48 472,66
FSE - PROJETO M1420-10-5763-FSE-000012 - FOR	Formação Profissional para a Administração Pública	40 444,21
RAM-CONTRATO PROGRAMA RECUP. LEVADA DO NORTE-LANÇO	Recuperação da Levada do Norte - Lanço Sul - Túnel do Pedregal	1 555 659,99
		5 434 279,72

20. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

20.1. O detalhe da rubrica de “Outras dívidas a pagar” corrente, a 31 de dezembro de 2021, é o seguinte:

	31-12-2021	31-12-2020
Corrente:		
Pessoal	3 348,48	2 215,57
Fornecedores de Investimentos	2 618 895,63	3 510 793,59
Credores por acréscimos de gastos	4 581 828,05	4 032 636,42
Municípios	186 820,82	186 820,82
Cauções	164 608,82	66 444,73
Outros credores diversos	72 005,70	97 495,46
TOTAL	7 627 507,50	7 896 406,59

20.2. O detalhe de “Outras dívidas a pagar” não corrente, a 31 de dezembro de 2021, é o seguinte:

	31-12-2021	31-12-2020
Não Corrente:		
Efeito fiscal dos subsídios ao investimento	21 773 174,24	23 083 158,44
TOTAL	21 773 174,24	23 083 158,44

Para a generalidade das “Outras dívidas a pagar”, não foi efetuado o valor descontado, por os mesmos aplicarem juros de mora à taxa comercial em vigor. Para estes o valor descontado é igual ao valor nominal.

Para melhor entendimento do efeito fiscal ver Nota 14.2.

21. CAPITAL SOCIAL

21.1. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2021, a Empresa detinha um capital social de 19.705.500,00 euros, completamente realizado.

21.2. Ações representativas do capital social

O capital social da Empresa, a 31.12.2021, é detido 98,21% pela Região Autónoma da Madeira e o restante pelos municípios de acordo com o quadro abaixo indicado:

ARM – ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Acionista	Categoria	Nº de ações	Valor nominal	Capital social realizado	Total capital social a realizar	Período de autorização formal do CGRM da subscrição/transmissão das ações
RAM	A	3 701 100	5,00	18 505 500,00	-	30-12-2014
RAM	B	169 500	5,00	847 500,00	-	30-12-2014
Município de Câmara de Lobos	B	22 500	5,00	112 500,00	-	03-03-2011
Município de Machico	B	17 500	5,00	87 500,00	-	03-03-2011
Município da Ribeira Brava	B	12 000	5,00	60 000,00	-	03-03-2011
Município de Santana	B	9 500	5,00	47 500,00	-	03-03-2011
Município do Porto Santo	B	9 000	5,00	45 000,00	-	03-03-2011
		3 941 100		19 705 500,00	-	

21.3. Variação do número de ações em circulação durante o período

A variação no número de ações em circulação, até 31 de dezembro de 2021, discrimina-se no quadro seguinte:

Detentor de capital	Nº de ações 31.12.2021	Novas emissões	Warrants	31.12.2021
RAM	3 870 600			3 870 600
Município de Câmara de Lobos	22 500			22 500
Município de Machico	17 500			17 500
Município da Ribeira Brava	12 000			12 000
Município de Santana	9 500			9 500
Município do Porto Santo	9 000			9 000
	3 941 100			3 941 100

22. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica de “Estado e Outros entes Públicos”, em 31 de dezembro de 2021, é o seguinte:

	31-12-2021	31-12-2020
Ativo:		
Imposto sobre o valor acrescentado	109 260,05	60 904,34
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	752 419,50	433 306,43
	861 679,55	494 210,77

ARM – ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	31-12-2021	31-12-2020
Passivo:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	92 737,22	99 339,78
Contribuições para a Caixa Geral Aposentações	74 889,94	76 523,69
Contribuições para a Segurança Social	241 624,63	227 419,79
Fundos de Compensação FGCT/FCT	2 208,65	1 595,04
TOTAL	411 460,44	404 878,30

23. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	31-12-2021	31-12-2020
Ativo:		
Seguros	10 078,84	6 752,33
Rendas e alugueres	2 716,68	1 357,61
Outros gastos a reconhecer	340 966,52	273 638,81
TOTAL	353 762,04	281 748,75

	31-12-2021	31-12-2020
Passivo:		
Outros rendimentos a reconhecer	600 426,46	652 105,27
TOTAL	600 426,46	652 105,27

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 2021 e 2020, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte decomposição:

	2021	2020
Subcontratos	753 487,25	681 838,74
Trabalhos especializados	1 694 200,41	1 741 565,66
Conservação e reparação	5 536 415,26	3 284 054,61
Rendas e alugueres	534 424,27	423 070,03
Seguros	97 611,44	91 661,02
Comunicações	72 104,39	87 153,47
Energia e Fluidos	4 206 050,53	4 598 943,68
Outros fornecimentos e serviços	672 116,96	735 465,11
TOTAL	13 566 410,51	11 643 752,32

25. GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe da rubrica de “Gastos com pessoal”, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é o seguinte:

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	240 659,09	251 281,18
Remunerações do pessoal	13 324 032,23	12 775 963,04
Indemnizações	5 390,05	16 473,14
Encargos sobre remunerações	3 022 981,41	2 897 736,47
Seguro de acid. trab e doenças profissionais	247 933,19	282 818,86
Outros gastos com o pessoal	99 869,39	121 502,55
TOTAL	16 940 865,36	16 345 775,24

O número de trabalhadores da Empresa a 31 de dezembro de 2021 era de 847 e a 31 de dezembro de 2020 era de 787.

Os gastos com o pessoal estão influenciados pela contabilização do valor inerente às férias não gozadas e ao adicional de três dias de férias atribuídos aos funcionários com vínculo privado.

26. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos” tem, no exercício de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

	2021	2020
Outros gastos		
Impostos	139 778,91	189 880,57
Perdas em Inventários	55 102,01	3 009,91
Correções de exercícios anteriores	14 215,14	1 376,77
Insuficiência de estimativa de impostos	539,14	69 877,94
Donativos	45 550,66	77 007,21
O. Gastos e Perdas Finan. Difer. Valor Descontado	1 617,96	239 604,84
Juros suportados	4 094,45	20 564,91
Outros gastos e perdas de financiamento	54 437,02	5 679,11
Outros	-	48 963,24
TOTAL	315 335,29	655 964,50

O detalhe da conta “Outros gastos e perdas financeiras - Diferenças do valor descontado” é o seguinte:

	2021	2020
O. Gastos e Perdas Finan. Difer. Valor Descontado:		
Efeito de unwind da provisão para investimento futuro	45 550,66	239 604,84
TOTAL	45 550,66	239 604,84

27. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros rendimentos” tem, no exercício de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

	2021	2020
Outros rendimentos		
Rendimentos suplementares	24 892,05	54 137,98
Ganhos em inventários	174 793,11	138 667,62
Reconhecimento de subsídios ao investimento	6 034 061,46	5 888 619,37
O. Rend. Similares Diferenças Valor Descontado	-	186,14
Outros	24 535,03	19 337,45
TOTAL	6 258 281,65	6 100 948,56

O detalhe da conta “Outros rendimentos similares - Diferenças do valor descontado” é o seguinte:

	2021	2020
O. Rend. Similares Diferenças Valor Descontado:		
Clientes	-	186,14
TOTAL	0,00	186,14

28. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte decomposição:

	2021	2020
Gastos e perdas de financiamento		
Juros de financiamentos	7 209,29	10 938,60
TOTAL	7 209,29	10 938,60
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		
Juros obtidos	-	18,50
TOTAL	0,00	18,50

29. PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS LITÍGIOS EM CURSO

A Empresa tem pendentes, em tribunal, as seguintes ações:

- a) Processo 280/16.0BEFUN - Processo intentado pela Andrade Gutierrez e Afavias contra a ARM, S.A.. Esta ação diz respeito à “Empreitada de Recuperação da Lagoa do Santo da Serra” cuja receção provisória ocorreu em 2013. A Andrade Gutierrez e Afavias pedem o pagamento de sobrecustos e trabalhos a mais alegadamente executados nesta empreitada, no montante de 2.820.948,15 Euros. Continua a aguardar julgamento.

A Administração entende que não terá que pagar os montantes peticionados, respeitantes a alegados sobrecustos e trabalhos adicionais, porque não foram reconhecidos nem autorizados pela ARM, conforme legislação aplicável e porque as respetivas quantificações e custos não se encontram devidamente demonstradas nem foram alegadas tempestivamente.

- b) Processo 235/14.9BEFUN - A 12 de fevereiro de 2015 a Empresa foi notificada, pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, que os Municípios do Funchal e de Santa Cruz intentaram uma ação, requerendo a declaração de ilegalidade e a não aplicação da Resolução n.º 131/2014, que atualizou o preço da venda de água em regime de alta, no ano de 2014. Numa primeira fase, o Tribunal declarou-se incompetente em razão da matéria por sentença proferida em 24 de abril de 2015. Os Municípios reclamaram para a conferência e o Tribunal entendeu que a ação deveria passar a correr como ação em matéria tributária, aproveitando-se o processado. Atualmente aguarda-se marcação de Audiência Prévia. Posteriormente, foram celebrados acordos de pagamento entre a ARM e os Municípios, prevendo que a parte controvertida da dívida será paga à ARM se aquela ação for julgada improcedente. Se for julgada procedente, isto é, favoravelmente aos Municípios, far-se-á o acerto contabilístico da faturação emitida pela IGA/ARM.

A data de fecho das contas, o valor contestado pelo Município do Funchal é de 2.379.038,76 Euros e o valor contestado pelo Município de Santa Cruz é de 801.410,65 Euros relativamente ao processo nº 235/14.9BEFUN.

Encontra-se constituída imparidade sobre estes montantes, por existir eventual risco desta ação ser considerada procedente.

- c) Processo 63/15.4BEFUN - A 3 de julho de 2015, a Empresa foi notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal que os Municípios do Funchal, de Santa Cruz e de Machico intentaram uma ação, requerendo a declaração de ilegalidade e a não aplicação das Resoluções n.º 870/2005, de 22 de junho, 1405/2006, de 19 de outubro e 130/2014, de 27 de fevereiro, que aprovaram as tarifas a aplicar pela utilização do sistema de tratamento de resíduos sólidos, bem como a condenação da Região Autónoma da Madeira no pagamento de 30.074.491,27 Euros, respeitantes aos valores já liquidados pela então Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A., atual ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A. a título de tarifas fixas, desde a entrada em vigor da Resolução n.º 870/2005, até à declaração de inconstitucionalidade da mesma, acrescida de 5.691.855,87, a título de juros indemnizatórios, até integral pagamento da primeira quantia. Foi apresentada contestação, não sendo expectável que aos municípios assista a razão pelos argumentos invocados.

Resultante desta situação, os Municípios de Santa Cruz e do Funchal, deixaram de pagar a parte contestada das faturas. À data de fecho das contas os valores contestados e não pagos pelo Município de Santa Cruz ascendem a 1.604.804,88 Euros e os contestados e não pagos pelo Município do Funchal são de 8.652.866,03 Euros. Machico não tem valores não pagos, porque em 2011 aderiu ao Sistema Multimunicipal de Águas e de Resíduos da RAM.

Uma vez que os elementos constantes de a ação não apresentam matéria de facto e de direito, que no entender da ARM, possam representar riscos da Empresa ter de vir a suportar o pagamento de quaisquer verbas, não foram constituídas quaisquer perdas por imparidade nem quaisquer provisões.

- d) Processos 199/18.0BEFUN a 256/18.2BEFUN, 260/18.0BEFUN a 263/18.5BEFUN - No decorrer de 2018, a Empresa enviou para execução fiscal, o Município do Funchal, por dívidas referentes a faturas de tratamento de resíduos e juros que totalizam 11.028.099,01 Euros. Dos sessenta e dois processos, sessenta já transitaram em julgado com decisão favorável para a ARM e os restantes dois aguardam decisão do Tribunal Constitucional. Esta dívida diz respeito à parte contestada pelo Município, à data da ação.
- e) Processos 205/19.0BEFUN a 209/19.3BEFUN, 237/19.9BEFUN, 238/19.7BEFUN, 251/19.4BEFUN, 272/19.7BEFUN, 273/19.5BEFUN, 320/19.0BEFUN, 346/19.4BEFUN e 351/19.0BEFUN - No decorrer de 2019, a Empresa enviou para execução fiscal, o Município do Funchal, por dívidas referentes a faturas de águas e faturas de tratamento de resíduos que totalizam 9.204.404,10 Euros. A 31 de dezembro de 2021, doze processos aguardam decisão e dois processos possuem sentença favorável à ARM, que já transitou em julgado. Esta dívida diz respeito à parte contestada da fatura pelo Município, à data da ação.
- f) Processos 198/20.1BEFUN a 199/20.0BEFUN, 247/20.3BEFUN, 275/20.9BEFUN, 52/20.7BEFUN, 53/20.5BEFUN, 64/20.0BEFUN e 72/20.1BEFUN – No decorrer de 2020, a Empresa enviou para execução fiscal, o Município do Funchal, por dívidas referentes a faturas de águas e faturas de tratamento de resíduos que totalizam 3.966.641,08 Euros.
- g) Processos 5/21.1BEFUN, 27/21.9BEFUN, 100/21.3BEFUN, 119/21.4BEFUN, 192/21.5BEFUN e 234/21.4BEFUN – No decorrer do ano de 2021, a empresa enviou para execução fiscal, o Município do Funchal, por dívidas referentes a faturas de águas e faturas de tratamento de resíduos que totalizam 4.233.069,66 Euros.

- h) Processos 266/21.2BEFUN, 267/21.0BEFUN, 255/21BEFUN, 258/21.1BEFUN, 263/21.8BEFUN, 265/21.4BEFUN, 262/21.0BEFUN, 257/21.3BEFUN, 269/21.BEFUN, 254/21.9EFUN, 259/21.0BEFUN, 256/21.5BEFUN, 268/21.9BEFUN, 264/21.6BEFUN, 260/21.3BEFUN, 270/210BEFUN e 261/21.1.BEFUN- No decorrer do ano de 2021 o Município do Funchal interpôs reclamação judicial na sequência da decisão da AT, em indeferir o pedido da execução fiscal que totalizam 3.978.589,02 Euros. O tribunal já proferiu decisão de indeferimento da reclamação judicial, a qual já transitou em julgado,
- i) Processo nº 303/17.5BEFUN – Impugnação do Tarifário dos Serviços de Águas e Resíduos aprovado para 2017. O Município do Funchal intentou esta ação com vista à anulação da deliberação do Conselho de Administração da ARM, que decidiu aprovar o Tarifário dos Serviços de Águas e Resíduos – 2017. Defendem que a ARM aprovou uma revisão do tarifário e não uma fixação anual das tarifas, que viola as regras do DLR 17/2014/M, pelo que deve ser anulada e a ARM impedida de cobrar os serviços ao abrigo desse novo tarifário. A ARM contestou, defendendo que o Tarifário está em linha com o Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Concessão e não viola o DLR 17/2014/M..

Resultante desta situação, a partir da entrada em vigor do novo tarifário, o Município do Funchal deixou de pagar a parte contestada das faturas da água e dos resíduos nos montantes de 1.149.882,70 Euros e 2.365.400,40 Euros, respetivamente.

É forte convicção da Administração que não existem quaisquer expectativas de perda relativamente a este processo, pelo que não foi constituída qualquer perda por imparidade.

O tarifário aprovado para 2018 e de 2019 não foi contestado, em tribunal, pelo Município do Funchal.

- j) Processo 310/16.5BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, em que a Empresa requer a anulação da liquidação das taxas de ocupação do domínio público municipal, com referência aos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, emitidas pelo Município de Santa Cruz, no valor de 1.499.400,00 Euros. Em 2 de dezembro de 2016, a Empresa deduziu impugnação judicial contra aqueles mesmos atos de liquidação. No âmbito deste processo de impugnação, foi proferido despacho liminar, com data de 13 de dezembro de 2016, dando conta de que foi admitida liminarmente a referida impugnação judicial e que se ordena a notificação da entidade demandada para contestar e solicitar a produção de prova adicional, devendo ainda juntar o processo administrativo. Por despacho, de 4 de dezembro de 2017, foi a ARM notificada da apensação do processo administrativo aos autos. Em março de 2018, a ARM apresentou requerimento de junção de documento e cópia de recurso de despacho interlocutório com alegações apresentados no âmbito do Processo de Impugnação Judicial n.º 310/16.5BEFUN. Em junho de 2018, apresentou as suas alegações.

Processo 236/16.2BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, em que a Empresa faz a impugnação judicial do ato de liquidação de taxas de ocupação do domínio público municipal, ano de 2016, subjacente à fatura nº 4526/2016, de 7 de abril de 2016, emitidas pelo Município de Santa Cruz, no valor de 120.540,00 Euros. No âmbito deste processo de impugnação, foi proferido despacho liminar, com data de 11 de novembro de 2016, dando conta de que foi admitida liminarmente a referida impugnação judicial e que se ordena a notificação da entidade demandada para contestar e solicitar a produção de prova adicional, devendo ainda juntar o processo administrativo.

Em 18 de dezembro de 2017, a ARM apresentou requerimento de junção de documento e cópia de recurso de despacho interlocutório com alegações apresentadas no âmbito do

Processo de Impugnação Judicial nº 236/16.2BEFUN. Em janeiro de 2018, a ARM apresentou as suas alegações.

Processo 191/16.9BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, em que a ARM faz oposição à execução fiscal ao processo de execução nº 3961/16 e apensos instaurado para cobrança coerciva da dívida relativa às taxas de ocupação do domínio público municipal, com referência aos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, liquidadas pelo Município de Santa Cruz.

A 22 de abril de 2016 foram emitidas as certidões de dívida 3963/16, 3962/16, 3961/16 e 1994/16 no valor global de 1.499.400,00 Euros. A 9 de maio de 2016, a Câmara Municipal de Santa Cruz citou a ARM para efetuar o pagamento dos valores constantes das certidões de dívida. Em 8 de junho, foi apresentado requerimento, na Câmara Municipal de Santa Cruz, solicitando que, na sequência da dedução de oposição no âmbito do processo de execução fiscal nº 3961/16 e apensos (3962/16, 3963/16 e 1994/16) fosse determinada a respetiva suspensão, sem prestação de garantia.

Por despacho judicial de 26 de setembro de 2016, foi a ARM notificada da contestação apresentada pelo Município de Santa Cruz.

Por despacho judicial de 10 de novembro de 2017, foi determinada a suspensão deste processo até ao trânsito em julgado da sentença a proferir nos autos do processo nº 310/16.5BEFUN.

Processo 310/18.0BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, em que a ARM faz a impugnação judicial dos atos de liquidação de taxa de ocupação do domínio público municipal, com referência ao ano de 2017 emitidos pelo Município de Santa Cruz, com vista à anulação dos atos de liquidação, no referido valor de 120.540,00 Euros.

A ARM foi notificada a 3 de dezembro de 2018 da contestação apresentada pelo Município de Santa Cruz e da apensação do processo administrativo.

Por despacho de 29 de janeiro de 2019, a ARM e o Município foram notificados para indicarem que facticidade pretendiam submeter a prova testemunhal. Na sequência, o Município de Santa Cruz, em 31 de janeiro de 2019, e a ARM, em 11 de fevereiro de 2019, indicaram a facticidade que pretendiam submeter a prova testemunhal.

Na sequência destes processos, a Administração entende que a probabilidade de vir a ter de pagar os valores liquidados a título de taxa de ocupação do subsolo é muito reduzida por as mesmas não estarem economicamente fundamentadas como determinada a lei. Para o efeito, não foram constituídas quaisquer provisões.

A aprovação da Adenda ao Contrato de Concessão, a 7 de fevereiro de 2017, veio permitir a aplicação de tarifários diferentes aos municípios e a consequente possibilidade de refletir a taxa municipal pela ocupação do domínio público municipal nesse município, de acordo com a cláusula vigésima primeira, número dois.

- k) Processo 03153/07 – Relativamente ao 1º Arbitral, a 20 de fevereiro de 2017, o Tribunal Administrativo do Sul veio conferir provimento à ação de anulação de decisão arbitral que havia sido proposta pela então Valor Ambiente. Neste processo, cuja sentença foi anulada, o ACE ETRSU da Meia Serra pediu a condenação da Valor Ambiente ora ARM, no pagamento de quantia a título de maior onerosidade, prorrogação de prazo da empreitada, outros danos e revisão de preços. Apreciada a causa, o Tribunal Arbitral, na sentença de 2007, veio a condenar a Valor Ambiente em 14.722.358,71 Euros (incluindo parte de juros na referida data) e 424.777,71 Euros a título de revisão de preços. Em sede de anulação, o que acontece é que a sentença, neste caso, o acórdão do tribunal que conhece da anulação, tem um efeito meramente cassatório. Ou seja, o acórdão que conhece dos fundamentos da anulação e os reconhece, no todo ou em parte, não altera nem modifica a sentença arbitral sanando os

vícios dela constante, antes se limitando a anulá-la num todo. Não obstante, o acórdão do Tribunal Central Administrativo ter sido proferido com voto de vencido relativamente a uma matéria particular que reside na violação do princípio do dispositivo por parte do Tribunal Arbitral e, portanto, na fundamentação da anulação e não nesta em si mesma, considera-se que o acórdão está suficientemente fundamentado, pelo que, sendo o Acórdão suscetível de recurso para o STA, dificilmente, o Supremo Tribunal Administrativo irá rever o mesmo. O ACE veio a recorrer do Acórdão proferido pelo Tribunal dando origem ao processo 872/17 – Recurso de Revista para o Supremo Tribunal Administrativo do Acórdão de Anulação da Sentença Arbitral proferido pelo Tribunal Central Administrativo Sul. Já foram apresentadas alegações pelo Recorrente e alegações pela Recorrida, ou seja, pela ARM e até à presente data, não foi proferida qualquer decisão.

Assim, com a anulação da decisão do 1º Processo Arbitral pelo Tribunal Administrativo do Sul, o passivo foi desreconhecido em 2016, por a Administração considerar que atendendo aos desenvolvimentos ocorridos em Tribunal, deixou de existir expectativa que venham a ocorrer exfluxos financeiros. Adicionalmente e em consequência do desreconhecimento do passivo, foi também desreconhecido o valor do ativo a receber do Governo Regional, reconhecido com a celebração do Protocolo e respetivas adendas com o próprio Governo Regional.

- l) Processo 1462/2019 – A Empresa foi acusada pela Direção Regional do Território e Ambiente de ter procedido à extração de materiais inertes sem a prévia licença na obra realizada na foz da ribeira da Tabua. Segundo a Direção Regional a ARM cometeu duas contraordenações ambientais muito graves, puníveis cada uma, com uma coima entre 24.000,00 Euros e 144.000,00 Euros, em caso de negligência e entre 240.000,00 Euros e 5.000.000,00 Euros, em caso de dolo. A ARM apresentou defesa escrita, refutando todas as acusações e imputações que lhe são dirigidas.
Durante o ano de 2021 este processo teve desfecho favorável para a sociedade, tendo inclusive a ARM revertido a provisão constituída no montante de 288.000,00€.
- m) Processo 148/20.5BEFUN – A Empresa Sales, Faria & Andrade, Lda. impugnou a exclusão da sua proposta no concurso público para a adjudicação das “Obras de requalificação e beneficiação da ETAR de Santana”. O Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal julgou a ação procedente e anulou a adjudicação e o contrato já celebrado com a Tecnovia. A ARM recorreu. Durante o ano de 2021 a ARM perdeu o recurso e terá de pagar uma indemnização, neste momento aguarda que seja efetuado o pedido de execução da sentença.

30. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como se segue:

Banco/ Beneficiário	Descrição	Data Inicial	Valor
BPI	Expropriação por utilidade pública destinada à empreitada de "Reforço do Abastecimento Público de Água ao Paul do Mar"	18-02-2004	7 180,00
BPI	Expropriação por utilidade pública destinada à empreitada de "Construção do Reservatório das Rabaças (2.000 m3)"	09-11-2004	7 640,00
BPI	Expropriação por utilidade pública destinada à empreitada de "Construção da ETA do Curral das Freiras"	22-11-2004	37 728,00
Santander Totta	Condições impostas na Licença de deposição de resíduos em aterro (2ª fase B do aterro sanitário)	29-12-2015	126 899,48
Santander Totta	Condições impostas na Licença Ambiental da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra quanto à atividade de deposição de resíduos na 3ª Fase do Aterro - célula B	29-12-2015	124 066,74
Santander Totta	Condições impostas na Licença de deposição de resíduos em aterro (aterro para resíduos não perigosos)	29-12-2015	10 983,89
Santander Totta	Condições impostas na Licença Ambiental da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra quanto à atividade de deposição de resíduos na 3ª Fase do Aterro - célula A1	29-12-2015	131 545,25
Santander Totta	Condições impostas na Licença de deposição de resíduos em aterro (aterro para resíduos inertes)	29-12-2015	18 141,34
BBVA	Expropriação por utilidade pública destinada à Obra "Execução da Construção e Operação dos Sistemas de Transferência e Triagem de Resíduos Sólidos da RAM-Centro de Processamento de Resíduos Sólidos da Ilha de Porto Santo	18-08-2005	3 240,00
			467 424,70

No decorrer de 2015, a ARM declarou que possui ativos que cobrem o valor de 750.000,00 Euros garantindo fundo próprio reservado à assunção de quaisquer responsabilidades ambientais inerentes às atividades exercidas pela empresa.

31. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

31.1. Informação requerida pelo artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais:

- a) Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar.
- b) Proposta de aplicação de resultados

Nos termos do disposto no Artigo 26º Dos Estatutos da ARM, O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2021, no montante de 2.490.297,96 Euros (dois milhões, quatrocentos e noventa mil, duzentos e noventa e sete euros e noventa e seis centimos), seja aplicado integralmente no reforço das reservas livres.

- c) Detalhe dos serviços faturados durante o período pelo Revisor Oficial de Contas e outros Consultores (valores com IVA):

	2021	2020
Revisão legal de contas	47 360,40	51 850,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade*	27 328,00	18 300,00
Consultoria fiscal	10 248,00	8 735,20
Outros serviços	11 907,20	18 836,80
Consultoria Financeira	26 791,20	29 470,32
Análise à qualidade e integridade dos dados do ficheiro SAF-T	6 100,00	0,00
TOTAL	129 734,80	127 192,32

* Os serviços incluídos na rubrica “Outros serviços de garantia de fiabilidade”, correspondem ao procedimento “Avaliação e teste à eficácia operacional dos controlos executados pela CGI Portugal com impacto nas operações da ARM”, que no exercício de 2021 foram prestados pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. e pela CGITI Portugal, S.A.. O valor correspondente a esta rubrica ainda não foi faturado.

Os serviços prestados no âmbito da consultoria financeira, ainda por faturar, foram prestados pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., e dizem respeito à atualização do estudo de viabilidade económico-financeiro.

O total de honorários de serviços prestados relativamente ao exercício de 2021, pela KPMG & Associados SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas, ascendeu a 33.300,00 Euros acrescidos da taxa de IVA em vigor. Em 2021, foram contratos à KPMG serviços de análise à qualidade e integridade do ficheiro SAF-T, ainda não faturados no montante de 5.000,00 +IVA.

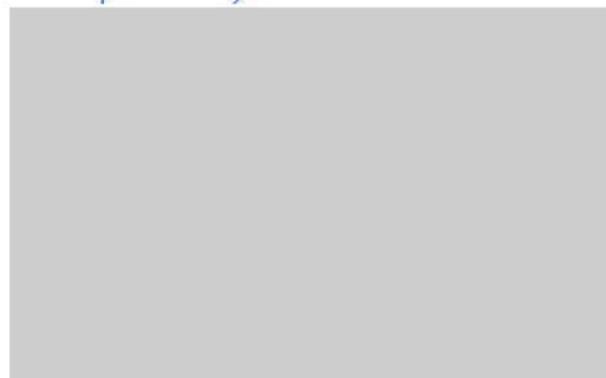
31.2. Informações requeridas pelo artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 e pelo Decreto-Lei nº 534/80:

- a) A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- b) A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

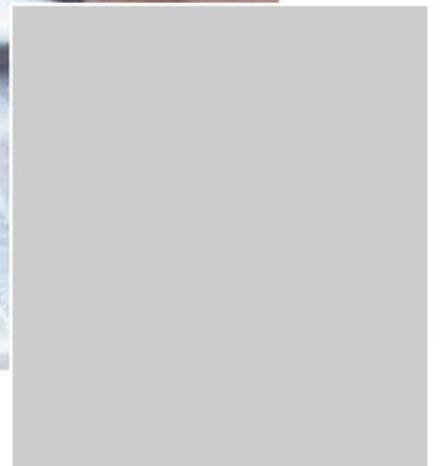
O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



CERTIFICAÇÃO DO
REVISOR E RELATÓRIO
DO CONSELHO FISCAL







P

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Burgo - Avenida da Boavista, 1837, 16.º
4100-133 Porto - Portugal
+351 220 102 300 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 337.873.405,09 euros e um total de capital próprio de 164.206.172,00 euros, incluindo um resultado líquido de 2.490.297,96 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Recuperabilidade de saldos a receber de municípios (33,8 milhões de euros)

Ver notas 4.3, 17 e 29 e política contabilística descrita na nota 4.2 f) das demonstrações financeiras.

O Risco

Existem ações em curso contra a Entidade, ou tendo a Entidade como parte contra interessada, intentadas por municípios, que contestam: (i) a tarifa fixa de tratamento de resíduos sólidos em alta que vigorou entre 2006 e 2016; (ii) o tarifário de abastecimento de água alta que vigorou entre 2014 e 2016; e (iii) o tarifário dos serviços de águas e resíduos em alta de 2017. Os valores em dívida destes municípios respeitantes às referidas ações ascendem a cerca de 17 milhões de euros. Adicionalmente, pese embora não tenha sido apresentada qualquer ação de impugnação dos tarifários de 2018, 2019, 2020 e 2021, os aumentos incorporados nestes tarifários não foram pagos por um dos municípios, no montante aproximado de 16,8 milhões de euros.

O processo de avaliação da recuperabilidade dos saldos a receber dos municípios que intentaram as referidas ações, assim como o eventual impacto dessa avaliação sobre o reconhecimento do rédito da componente contestada, envolve incertezas e elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração da Entidade, sendo por isso considerada uma matéria relevante de auditoria.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação dos principais controlos definidos pela Entidade ao nível do processo de identificação e apuramento de perdas por imparidade;
- Analisámos as ações de impugnação de tarifário instauradas por municípios contra a Entidade, ou tendo a Entidade como parte contra interessada, e dos correspondentes valores a receber contestados, conforme informação do departamento jurídico da Entidade;
- Efetuámos testes substantivos de detalhe sobre a antiguidade de saldos a receber;
- Efetuámos a confirmação externa de saldos com municípios;
- Efetuámos a leitura e análise das atas do Conselho de Administração;
- Indagámos o Conselho de Administração sobre as bases das suas estimativas e julgamentos e desafio dos pressupostos assumidos;
- Analisámos as respostas aos pedidos de informação efetuados aos advogados externos e reunimos subsequentemente com os advogados para obtenção de esclarecimentos adicionais;
- Analisámos os processos de execução fiscal de dívida.
- Avaliámos a adequação das divulgações aplicáveis nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Responsabilidades com investimento futuro (128.2 milhões de euros)

Ver notas 4.3 e 16 das demonstrações financeiras e política contabilística descrita na nota 4.2 a) e g) das demonstrações financeiras.

O Risco

A provisão para responsabilidades com investimento futuro resulta das obrigações que decorrem do contrato de concessão conforme política contabilística descrita nas notas 4.2 a) e g) das demonstrações financeiras.

A preparação da estimativa da provisão para responsabilidades com investimento futuro envolve julgamentos e incertezas resultantes, essencialmente, dos efeitos de eventuais alterações da calendarização dos investimentos e de alterações dos pressupostos financeiros (taxa de desconto e taxa de inflação), sendo por isso considerada uma matéria relevante de auditoria.

A alteração dos pressupostos financeiros inerentes ao apuramento do valor dos investimentos futuros poderá igualmente vir impactado pelas atuais circunstâncias macroeconómicas.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação dos principais controlos definidos pela Entidade ao nível do processo de acompanhamento de investimentos futuros;
 - Analisámos o plano de investimentos futuros face aos compromissos de investimento assumidos no contrato de concessão;
 - Avaliámos a metodologia e dos pressupostos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da provisão para investimento futuro e análise retrospectiva da estimativa efetuada em anos anteriores;
 - Desafiámos os pressupostos que suportam a estimativa do Conselho de Administração e efetuámos uma análise de tendência com o objetivo de identificar inconsistências com períodos anteriores;
 - Considerámos a análise de sensibilidade aos impactos de alterações nos pressupostos financeiros e na calendarização dos investimentos;
 - Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.
-

Litígios e reclamações

Ver notas 4.3 e 29 das demonstrações financeiras e política contabilística descrita na nota 4.2 g) das demonstrações financeiras.

O Risco

Existem processos judiciais em curso contra a Entidade envolvendo eventuais quantias a despende de valor material. São registadas provisões para litígios pendentes e reclamações em curso sempre que se considere provável um desfecho desfavorável, de acordo com a política contabilística descrita na nota 4.2 g) das demonstrações financeiras.

A preparação da estimativa da provisão para litígios pendentes e reclamações em curso envolve incertezas e elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração da Entidade, sendo por isso considerada uma matéria relevante de auditoria.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação dos principais controlos definidos pela Entidade ao nível da revisão da estimativa para processos judiciais;
 - Analisámos as ações instauradas por terceiros contra a Entidade, conforme informação preparada pelo departamento jurídico da Entidade, verificando a sua evolução face ao ano transato;
 - Efetuámos procedimentos de circularização junto dos advogados externos da Entidade, analisámos as respostas obtidas e reunimos subsequentemente com os advogados para obtenção de esclarecimentos adicionais;
 - Efetuámos a leitura e analisámos as atas do Conselho de Administração;
 - Indagámos o Conselho de Administração sobre as bases das suas estimativas e julgamentos e desafio dos pressupostos assumidos;
 - Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.
-

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão e demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.



Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 52.º, n.º 2, do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do referido Decreto Legislativo Regional.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 24 de agosto de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2018 e 2020. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de abril de 2021 para um terceiro mandato compreendido entre 2021 e 2023.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 25 de março de 2022.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

28 de março de 2022

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

representada por
Pedro Manuel Bouça de Moraes Alves da Costa

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da ARM-Águas e Resíduos da Madeira S.A. (a Sociedade), referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

1. RELATÓRIO ANUAL SOBRE A AÇÃO FISCALIZADORA

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Sociedade, o Conselho Fiscal procedeu, no decorrer do período de 2021, ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Sociedade, em especial no que respeita:

- ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- à observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- à adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- à eficácia dos sistemas de controlo interno.

Por se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do Artº 3º da Lei nº148/2015 de 9 de setembro, o Conselho Fiscal está ainda obrigado aos seguintes deveres:

- Informar o órgão de administração dos resultados da Revisão legal de Contas (individual) e explicar o modo como esta contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel que o Conselho Fiscal desempenhou nesse processo;
- Acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira individual e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- Fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco, no que respeita ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, sem violar a sua independência;
- Acompanhar a Revisão Legal de Contas anuais, nomeadamente a sua execução, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), enquanto autoridade competente pela supervisão de auditoria;
- Verificar e acompanhar a independência do Revisor Oficial de Contas e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nos termos legais, incluindo o artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e, em especial, verificar a adequação e aprovar a prestação de outros serviços, caso aplicável, para além dos serviços de auditoria, nos termos do artigo 5.º do referido regulamento; e
- Selecionar os Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas a propor à Assembleia Geral para eleição e recomendar justificadamente a preferência por um deles, nos termos do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

Para o efeito, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no período em apreço, as seguintes ações:

- analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- acompanhou a revisão da estrutura organizativa da Sociedade, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Sociedade;
- analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira;
- participou em reuniões do Conselho de Administração que tiveram por objeto matérias relacionadas com as atribuições do Conselho Fiscal, nomeadamente naquelas em que foram apreciadas as Demonstrações Financeiras e a evolução da atividade da Sociedade;
- reuniu, quando necessário, com o Presidente do Conselho de Administração, os Administradores Executivos e os primeiros responsáveis das Direções, para informação e esclarecimento sobre aspetos específicos da gestão da Sociedade;
- analisou, caso aplicável, os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo Revisor Oficial de Contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;
- Reconduziu a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e propoz à Assembleia Geral a sua eleição, nos termos do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.
- analisou a confirmação de independência e o relatório adicional preparados pelo Revisor Oficial de Contas nos termos do Artº 24º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei 148/2015 de 9 de setembro;
- reuniu, quando necessário, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inteirando-se das principais conclusões e recomendações pelos mesmos formuladas, no âmbito do desempenho das respetivas atribuições;

O Conselho Fiscal examinou, além disso, nos termos do Art.º 452 do Código das Sociedades Comerciais:

- o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio a Demonstração dos fluxos de caixa e as Notas Anexas às demonstrações financeiras relativos a 31 de Dezembro de 2021;
- Relatório de Governo Societário respeitante ao período 2021
- o Relatório de Gestão do Conselho de Administração respeitante ao período de 2021;
- a Certificação Legal de Contas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas, emitida sem reservas.

2. PARECER SOBRE O RELATÓRIO, CONTAS E PROPOSTA APRESENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

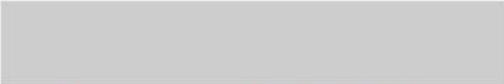
- as Demonstrações Financeiras, o Relatório de Gestão e o Relatório de Governo Societário estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados individuais da Sociedade;
- o Relatório de Gestão expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios e o da Sociedade bem como a informação não financeira, encontrando-se em concordância com as contas do exercício;

pelo que recomenda consequentemente a sua aprovação, bem como da proposta de aplicação de resultados, na Assembleia Geral anual de Acionistas.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Sociedade e ao Revisor Oficial de Cortas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Lisboa, 29 de março de 2022

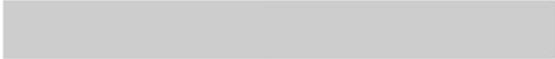
O CONSELHO FISCAL


João Augusto

Presidente do Conselho Fiscal


José Ivo Correia

Vogal


Ricardo Nuno Abreu da Nóbrega

Vogal



RELATÓRIO E CONTAS



RELATÓRIO E CONTAS

2021

ARM

Águas e Resíduos da Madeira,
S.A.

Rua dos Ferreiros

n.º 148-150

9000-082 Funchal - Madeira

+351 291 20 10 20

geral@aguasdamadeira.pt

